

**CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO PED E DESENHO DE NOVOS INDICADORES E
LEVANTAMENTOS**

**BOLETINS SISTEMA PED – “A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO
METROPOLITANO” E “A INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO
METROPOLITANO”**

Meta A: Fortalecer a Coordenação e Articulação do Sistema PED

A3. Supervisão regional do DIEESE nos estados onde há PED

A3.4 - Supervisionar a elaboração dos Boletins Sistema PED –
“A inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Metropolitano” e “A inserção da População Negra
no Mercado de Trabalho Metropolitano”

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos

2011

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Roberto Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

Carlo Roberto Simi

Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES

Rodolfo Peres Torelly

Coordenadora-Geral de Emprego e Renda - CGER

Sandra Elisabeth Lage Costa

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-6264
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório – Presidenta

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Pedro Celso Rosa - Secretário

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Ana Tércia Sanches - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Sousa - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

José Carlos Souza - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira - Diretora Executiva

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Tadeu Moraes de Sousa - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

José Silvestre Prado de Oliveira - Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@dieese.org.br / <http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica**Coordenação do Projeto**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional
Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas
Lúcia dos Santos Garcia – Coordenadora do Sistema PED
Rosana de Freitas - Coordenadora Administrativa e Financeira
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos
Sirlei Márcia de Oliveira – Supervisora Técnica de Projetos
Isabel Cristina Sant'Anna – Apoio Administrativo

Equipe Regional PEDs¹**Apoio**

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

DIEESE

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

¹ Outros profissionais que não foram citados se envolveram na execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
BOLETINS SISTEMA PED – “A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO” E “A INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO”	7

APRESENTAÇÃO

O presente documento retrata de modo sintético a execução de atividades realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010, com o propósito de ***Fortalecer a Coordenação e Articulação do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego***, por meio de uma ***Supervisão Regional do DIEESE nos Estados onde há PED***. Este Sistema é constituído por sete pesquisas domiciliares realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal, que foram gradativamente implantadas entre 1984 e 2008, a partir da demanda de governos estaduais que buscavam alternativas de geração local de informações confiáveis sobre seus mercados de trabalho urbanos.

Com a adesão a uma mesma metodologia PED, incluindo conceitos e procedimentos operacionais, foi viabilizada a construção de séries estatísticas comparáveis e passíveis de integração. Contudo, avanços como a produção de análises regionais nacionalmente coordenadas, a realização de pesquisas capazes de complementar e/ou suplementar àquelas corriqueiramente levantadas ou promoção inovações metodológicas, necessitam de permanente estímulo e articulação.

A necessidade de uma Coordenação Técnica do Sistema está diretamente associada à manutenção de uma equipe dedicada ao apoio e integração das ações rotineiras e voltadas ao avanço técnico das PEDs. Isto ocorre porque as tarefas e funções desta Coordenação, além das atividades cotidianas de assistência técnica, comportam: dar o suporte à capacitação técnico-operacional para a execução da pesquisa; desenvolver um banco de dados integrado; produzir um boletim inter-regional mensal e emitir atestados comprobatórios da efetiva aplicação da metodologia desenvolvida pela Fundação SEADE – DIEESE e da adequada execução da pesquisa em suas diferentes etapas.

Este Relatório apresenta os **Boletins Sistema PED – “A inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Metropolitano” e “A inserção da População Negra no Mercado de Trabalho Metropolitano”** (divulgados nos meses de março de 2010 e novembro de 2010) relativos aos mercados de trabalho das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

Boletins Sistema PED – “A inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Metropolitano” e “A inserção da População Negra no Mercado de Trabalho Metropolitano”

Entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010 foram elaborados, revisados e divulgados 16 Boletins Sistema PED – “A inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Metropolitano” e “A inserção da População Negra no Mercado de Trabalho Metropolitano”: 8 em março de 2010 e 8 em novembro de 2010, sempre um para cada região, e um metropolitano).

Os boletins tiveram o seguinte cronograma de divulgação e abarcaram os seguintes temas:

Boletim	Divulgação	Tema
“A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Metropolitano” (2010)	4 de março de 2010	As características do Trabalho doméstico remunerado nos mercados de trabalho metropolitanos.
“A Inserção da População Negra no Mercado de Trabalho Metropolitano” (2010)	18 de novembro de 2010	Os Negros no mercado de trabalho e o acesso sistema público de emprego, trabalho e renda.

Os 16 boletins regionais elaborados descritos acima seguem na íntegra em CD (anexo) e podem ser encontrados no site do DIEESE (www.dieese.org.br).

O EMPREGO DOMÉSTICO NO PERÍODO DE 2000 A 2009

No ano em que a Organização Internacional do Trabalho – OIT inclui o trabalho doméstico como tema de sua 99ª Conferência Internacional,¹ torna-se de extrema valia a reflexão sobre o assunto, de forma a se conhecer mais profundamente as relações estabelecidas nesse tipo específico de ocupação.

Considerado tipicamente feminino, o trabalho doméstico sempre esteve associado a baixa qualificação, rendimentos reduzidos, extensas jornadas e limitadas garantias trabalhistas. Foi, e em alguns casos ainda é, porta de entrada de meninas no mercado de trabalho.

Entretanto, esse quadro vem se alterando gradativamente. Hoje, a legislação garante, além de direito a carteira de trabalho assinada e rendimento nunca inferior ao salário mínimo, férias anuais remuneradas com um terço adicional ao salário normal, 13º salário, repouso semanal remunerado, aviso prévio, salário-maternidade, estabilidade no emprego até o quinto mês após o parto e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS opcional.² Novas iniciativas regulatórias de ampliação dos direitos desse segmento estão em andamento, como abono salarial; salário-família; benefícios por acidente de trabalho; adicional de periculosidade e insalubridade; pagamento de horas extras; jornada de trabalho fixada em lei e adicional por trabalho noturno.

Sem dúvida, muito ainda deve ser feito, conforme demonstram as informações sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas.³ Porém, apesar de as desigualdades ainda persistirem, a participação feminina no mundo do trabalho vem crescendo e ocupando espaços antes masculinos.

Este boletim, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, propõe, mais uma vez, abordar a inserção da mulher no mercado de trabalho, elegendo para este ano o tema do trabalho doméstico remunerado, que é considerado um dos itens da agenda do trabalho decente.

1. INTERNATIONAL LABOUR OFFICE – ILO. *Decent work for domestic workers*. Geneva, 2010. Disponível em: < www.ilo.org >.

2. A legislação que regula os serviços domésticos encontra-se em: < www.mte.gov.br >.

3. Ver especialmente: FUNDAÇÃO SEADE. *Boletim Mulher & Trabalho*, vários números sobre a inserção feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo. Disponível em: < www.seade.gov.br >.

Introdução

As atividades associadas ao trabalho doméstico remunerado restringem-se quase exclusivamente ao âmbito da casa, em afazeres que historicamente estiveram ligados às habilidades consideradas femininas, tais como cozinhar, limpar, lavar, passar e cuidar de crianças. Por isso mesmo, é exercido predominantemente por mulheres: em 2009, elas correspondiam a 96,2% dos ocupados que exerciam tal atividade. Mais ligado à execução de serviços gerais no domicílio privado, trabalhador doméstico também é o termo usado para cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros. Dado seu caráter singular, sem finalidade lucrativa, em que o empregador é pessoa física, a legislação que regula a profissão é bastante específica, limitando os direitos trabalhistas desses profissionais em comparação aos de outras ocupações.

A profissão de empregado doméstico foi reconhecida em 1972, com atribuição de direitos baseados em lei, os quais foram ampliados pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, por lei de 2006. Esses diplomas legais garantiram piso salarial, irredutibilidade de salário, férias de 30 dias, estabilidade para gestantes e folga em feriados civis e religiosos, entre outros.⁴

No entanto, mesmo o direito básico de ter o contrato de trabalho registrado ainda não é totalmente respeitado, uma vez que, do total de empregadas domésticas mensalistas, apenas pouco mais da metade tem sua carteira de trabalho assinada. As relações peculiares entre empregado e empregador⁵ exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir proteção social a essas trabalhadoras.⁶

Nos últimos anos, os Serviços Domésticos, na Região Metropolitana de São Paulo, vinham perdendo importância na estrutura ocupacional feminina, embora ainda sejam seu segundo maior empregador,⁷ superados apenas pelo setor de Serviços. Essa tendência foi interrompida em 2009, quando a participação dos Serviços Domésticos na ocupação feminina chegou a 17,1%, diante dos 16,3% observados em 2008. Esse comportamento pode ser parcialmente explicado pelo aumento da taxa de desemprego e pela redução do nível de ocupação no Comércio e na Indústria, observados em 2009, que levaram parte dessas mulheres a buscar alternativas diferentes das que lançariam mão se o mercado de trabalho tivesse outro tipo de demanda.

O segmento doméstico é o único em que os homens são minoritários e ainda perdem espaço para as mulheres. Em 2000, elas ocupavam 94,5% desses postos de trabalho e, em 2009, passaram a ocupar 96,2%. Dada essa característica, optou-se por considerar apenas o contingente feminino neste estudo, em que se apresentam aspectos do emprego doméstico (tipo de contratação, tempo de permanência no trabalho, número de horas trabalhadas na semana, contribuição à Previdência Social e rendimentos) e algumas características de suas ocupantes (faixa etária, posição no domicílio e escolaridade), além de destacar as diferenças mais relevantes entre domésticas negras e não-negras.⁸

A análise indica a relativa precariedade dessa profissão e pode subsidiar o atual debate legislativo sobre a ampliação de seus direitos trabalhistas e de sua proteção social. Desse modo, pretende-se oferecer um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade e chamar

4. Ver seção sobre trabalho doméstico em <www.mte.gov.br>. Em 2008, o Decreto 6.481 regulamentou a convenção 182 da OIT, que trata da eliminação das piores formas de trabalho infantil e proíbe o trabalho do menor de 18 anos nos serviços domésticos. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

5. ÁVILA, Maria Betania de Melo. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, fev. 2009.

6. OIT - Brasil. *Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil*. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br>.

7. Com a expansão da inserção feminina no mercado de trabalho, em muitos casos delegam-se os encargos familiares e domésticos a outras mulheres, na forma de emprego doméstico. Esse fenômeno, mais recente nos países europeus, com o crescimento da migração, há muito tempo é observado no Brasil. Ver HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007.

8. O grupo de negras refere-se às mulheres negras e pardas e o de não-negras corresponde às brancas e amarelas.

a atenção para sua importância e para os problemas mais evidentes. Para tanto, utilizaram-se informações do período de 2000 a 2009 da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada na Região Metropolitana de São Paulo pela Fundação Seade e pelo Dieese, precedida por breve análise da inserção da mulher no mercado de trabalho na RMSP, em 2009.

Inserção Feminina no Mercado de Trabalho em 2009 – Principais Resultados

Diminui a participação da mulher no mercado de trabalho e desemprego decresce pelo sexto ano consecutivo

Diminuiu a proporção de mulheres com dez anos de idade ou mais na situação de ocupadas ou desempregadas – que define a taxa de participação feminina – na Região Metropolitana de São Paulo, ao passar de 56,4%, em 2008, para 55,9%, em 2009. É a segunda retração observada desde o início da década (a primeira foi em 2007), alterando a tendência de crescimento que vinha se delineando. Entre os homens, também houve diminuição, praticamente na mesma intensidade (de 72,0% para 71,5%).

Mesmo em um ano que se iniciou com expectativas muito negativas para o mercado de trabalho, a taxa de desemprego total feminina decresceu pelo sexto ano consecutivo, passando de 16,5% para 16,2%, entre 2008 e 2009. Em contraste, a taxa de desemprego total dos homens aumentou de 10,7% para 11,6%, como reflexo dos efeitos da crise internacional sobre o mercado de trabalho, que atingiu com particular intensidade o segmento industrial, onde a presença masculina é grande.

Em parte, a redução da taxa de desemprego total feminina refletiu a diminuição de sua taxa de participação, mas foi também influenciada pelo aumento de seu nível de ocupação. Para os homens, cuja taxa de participação também decresceu, a retração do nível de ocupação implicou aumento da taxa de desemprego total.

Os principais segmentos que explicam o relativo bom desempenho da ocupação feminina num ano particularmente difícil são os Serviços Domésticos e, em menor medida, os Serviços. No caso dos homens, mesmo com alguma expansão do nível de ocupação nos Serviços e na Construção Civil, as expressivas retrações observadas na Indústria e no Comércio reduziram suas oportunidades de inserção produtiva.

Outro elemento positivo do desempenho das mulheres no mercado de trabalho em 2009 foi o crescimento de seu rendimento médio real por hora em relação ao ano anterior (3,0%), que passou a corresponder a R\$ 6,17, em 2009, em contraste à retração observada entre os homens (1,4%) levando sua remuneração média por hora a R\$ 7,73, naquele ano.

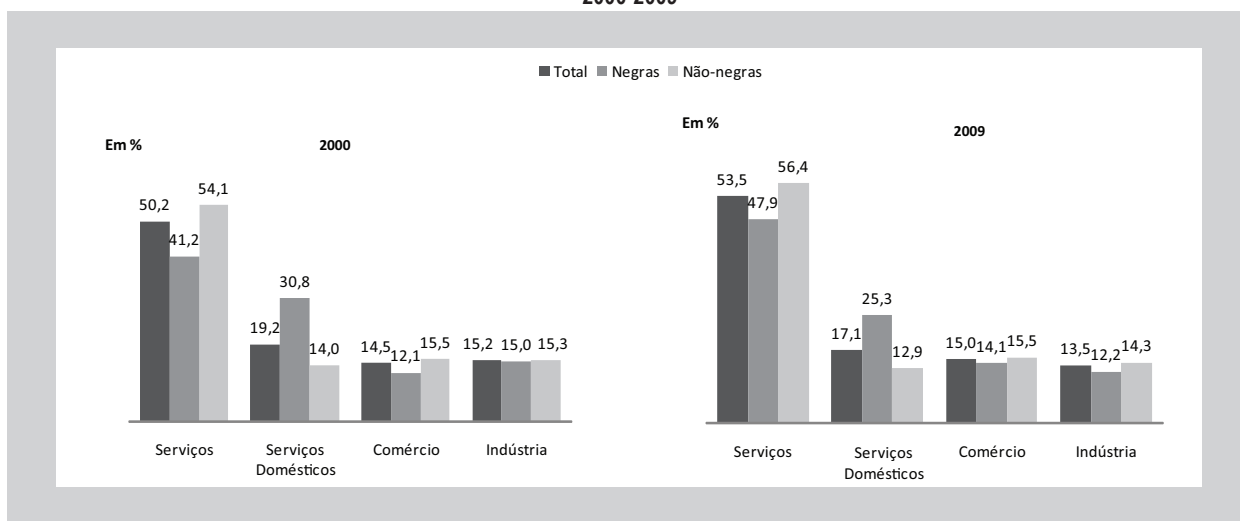
Emprego Doméstico

Emprego Doméstico ainda é Alternativa Importante de Trabalho para as Mulheres

As mulheres vêm ampliando gradativamente sua participação no total de ocupados da RMSP: esta passou de 42,4%, em 2000, para 45,3%, em 2009. Em termos setoriais, os Serviços continuam como o principal setor gerador de empregos femininos e até ampliaram sua importância entre 2000 e 2009, seguidos pelos Serviços Domésticos, cuja relevância vem se reduzindo nos últimos anos, mas ainda supera a do Comércio e da Indústria (Gráfico 1).

No caso dos Serviços Domésticos, duas características específicas se destacam: do total de mulheres ocupadas em 2009, 34,2% eram negras e 65,8% não-negras, distribuição semelhante às observadas na Indústria, no Comércio e nos Serviços, mas discrepante da registrada nos Serviços Domésticos. Neste setor, as negras são sobrerrepresentadas, isto é, há proporção de mulheres com essa característica (50,6%) muito superior à média das ocupadas (34,2%). Note-se, ainda, que embora a proporção de negras e não-negras inseridas nessa atividade sejam praticamente iguais em 2000 e 2009, as últimas passaram a ser maioria, diferentemente do que ocorria em 2000 (Tabela 1).

Gráfico 1
Distribuição das mulheres ocupadas, por setor de atividade, segundo raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo
2000-2009



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

Tabela 1
Distribuição das mulheres ocupadas, por raça/cor, segundo setor de atividade
Região Metropolitana de São Paulo
2000-2009

Setor de Atividade	Em porcentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não-negras	Total	Negras	Não-negras
Total	100,0	30,6	69,4	100,0	34,2	65,8
Indústria	100,0	30,1	69,9	100,0	30,8	69,2
Comércio	100,0	25,6	74,4	100,0	32,2	67,8
Serviços	100,0	25,1	74,9	100,0	30,6	69,4
Construção Civil	100,0	-(1)	-(1)	100,0	-(1)	-(1)
Serviços Domésticos	100,0	49,1	50,9	100,0	50,6	49,4
Outros	100,0	-(1)	-(1)	100,0	-(1)	-(1)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Continuam Prevalecendo as Mulheres Adultas e Participação de Jovens Diminui

Em termos de perfil etário das domésticas, predominam as mulheres adultas, com idade entre 25 e 49 anos, nos dois períodos analisados (Tabela 2). Nota-se, também, o envelhecimento dessa mão de obra, principalmente pela diminuição da parcela de jovens de 18 a 24 anos e pelo crescimento daquela de 50 a 59 anos. Nos dois anos analisados, há pouca distinção entre negras e não-negras.

Tabela 2
Distribuição das empregadas domésticas, por raça/cor, segundo faixa etária
Região Metropolitana de São Paulo
2000-2009

Faixa Etária	Em porcentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não-negras	Total	Negras	Não-negras
Total	100,0	49,1	50,9	100,0	50,6	49,4
10 a 17 anos	3,9	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)
18 a 24 anos	18,3	10,1	8,2	6,5	3,6	2,9
25 a 39 anos	41,1	20,0	21,1	39,2	20,0	19,3
40 a 49 anos	23,0	11,1	11,9	29,3	14,9	14,4
50 a 59 anos	9,8	4,1	5,7	18,9	9,4	9,6
60 anos e mais	3,8	-(1)	-(1)	4,7	-(1)	-(1)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Dessa forma, constata-se que o trabalho doméstico deixou de ser opção relevante para a inserção das jovens no mercado de trabalho na RMSP: entre 2000 e 2009, a participação de empregadas domésticas de 18 a 24 anos diminuiu de 18,3% para 6,5% (Tabela 2) e a de filhas, de 10,9% para 7,2% (Tabela 4). Essa alteração de perfil pode ser explicada por diversos fatores, como o aumento do nível de escolaridade dessas jovens, que preferem buscar alternativas de ocupação com maior chances de progresso e *status* profissional, ou por exigências das famílias empregadoras, que preferem pessoas mais experientes. O fato é que o trabalho doméstico tem absorvido cada vez mais mulheres adultas, em faixas etárias mais elevadas, com maiores responsabilidades na condução de suas próprias famílias.

A escolaridade das domésticas (Tabela 3) também pode ajudar na explicação dessa tendência. A maioria não chegou a concluir o ensino fundamental nos dois anos analisados (76,7%, em 2000 e 60,2%, em 2009). Ou seja, esse tipo de ocupação, por não exigir níveis de instrução elevados, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

Tabela 3
Distribuição das empregadas domésticas, por raça/cor, segundo nível de escolaridade
Região Metropolitana de São Paulo
2000-2009

Nível de Escolaridade	Em porcentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não-negras	Total	Negras	Não-negras
Total	100,0	49,1	50,9	100,0	50,6	49,4
Analfabetas e ensino fundamental incompleto	76,7	37,9	38,8	60,2	31,3	28,9
Ensino fundamental completo e médio incompleto	15,9	7,8	8,1	19,1	9,4	9,7
Ensino médio completo e superior incompleto	6,7	3,2	3,5	20,2	9,8	10,4
Ensino superior completo	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Entretanto, nota-se que aumenta a importância da participação de trabalhadoras com ensino médio completo ou superior incompleto (de 6,7%, em 2000 para 20,2%, em 2009), o que expressa a melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes. Possivelmente isso também indica uma importante diferenciação das ocupações englobadas como serviços domésticos, tais como as de babás e acompanhantes de idosos (estas com tendência a aumentar sua presença diante do envelhecimento da população, da diminuição do tamanho das famílias e da maior inserção feminina no mercado de trabalho), além de outras relacionadas à prestação de serviços de saúde no domicílio, que requerem maior qualificação e escolaridade. Essas ocupações, no total de empregados domésticos, aumentaram de 7,9%, no biênio 1999/2000, para 11,3%, em 2008/2009.

Do ponto de vista de sua posição no domicílio, as empregadas domésticas são, principalmente, cônjuges e chefes de domicílio (Tabela 4). Tal característica se reforçou entre 2000 e 2009: a proporção de cônjuges aumentou de 43,2% para 51,7% e a de chefes, de 22,9% para 31,4%.

Vale ressaltar que a importante proporção de chefes de domicílio entre as domésticas, está provavelmente associada a sua presença em famílias monoparentais (nos quais há filhos, mas não existe a figura do cônjuge). Esse tipo de arranjo familiar possui os mais baixos rendimentos *per capita*, uma vez que formado por considerável número de mulheres cujo rendimento do trabalho é a única ou a principal fonte de renda para o sustento de suas famílias, reforçando a necessidade de políticas públicas dirigidas a esse segmento.⁹

Tabela 4
Distribuição das empregadas domésticas, por raça/cor, segundo posição no domicílio
Região Metropolitana de São Paulo
2000-2009

Posição no Domicílio	Em porcentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não-negras	Total	Negras	Não-negras
Total	100,0	49,1	50,9	100,0	50,6	49,4
Chefes	22,9	11,4	11,5	31,4	16,6	14,8
Cônjuges	43,2	20,3	22,9	51,7	25,2	26,6
Filhas	10,9	5,9	5,0	7,2	3,7	3,4
Outras	23,0	11,5	11,5	9,7	5,1	4,7

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

9. Ver FUNDAÇÃO SEADE. Relação família e trabalho na perspectiva de gênero: a inserção de chefes e cônjuges no mercado de trabalho. *Boletim Mulher & Trabalho*, São Paulo, mar. 2009. Disponível em: <www.seade.gov.br>.

Mensalistas ainda são Maioria, mas Formalização Pouco Cresce

A proporção de empregadas domésticas diaristas aumentou entre 2000 e 2009 (de 20,4% para 30,8%), principalmente entre as não-negras (Tabela 5). Em 2000, as parcelas eram semelhantes, fato que se alterou no último ano, quando as não-negras superaram ligeiramente as negras.

Paralelamente, diminuiu a participação das empregadas mensalistas no período, embora permaneçam majoritárias nessa atividade (em 2009, 69,2%). Esse movimento atingiu negras e não-negras, embora tenha sido mais intenso entre as últimas, que em 2009 passaram a corresponder a 33,4% das empregadas domésticas, em comparação a 35,9% das negras.

As mensalistas com carteira assinada representavam 36,5% do total de domésticas em 2009, porcentual bem abaixo do observado no mercado de trabalho em geral, em que o assalariamento com carteira assinada predomina. Note-se que essa situação é recorrente, mesmo com o aumento da regularização do contrato de trabalho das domésticas mensalistas observado no período (Tabela 5).¹⁰ Entre as diaristas são ainda menos frequentes as práticas do registro em carteira de trabalho ou de contribuição ao INSS, embora também tenham se ampliado no período. Como resultado, apenas 42,1% do total das trabalhadoras nos Serviços Domésticos eram contribuintes da Previdência Social em 2009 (Tabela 9, Anexo Estatístico).¹¹

Tabela 5
Distribuição das empregadas domésticas, por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo
2000-2009

Posição na Ocupação	2000			2009		
	Em porcentagem					
	Total	Negras	Não-negras	Total	Negras	Não-negras
Total	100,0	49,1	50,9	100,0	50,6	49,4
Mensalistas	79,6	38,8	40,8	69,2	35,9	33,4
Com carteira de trabalho assinada	32,8	17,1	15,6	36,5	19,6	17,0
Sem carteira de trabalho assinada	46,8	21,6	25,1	32,7	16,3	16,4
Diaristas	20,4	10,4	10,1	30,8	14,7	16,1

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Essa situação de baixa formalização certamente não se explica pela alta rotatividade que possa existir, uma vez que o registro em carteira deveria ser feito a partir do primeiro mês de trabalho. Além disso, a média de tempo de permanência no emprego sugere que a rotatividade não seja tão intensa nessa atividade, pois é semelhante à do conjunto de assalariados na RMSP (quatro anos e três meses e cerca de cinco anos, respectivamente, em 2009).

Como o registro em carteira garante acesso a importantes proteções sociais e, particularmente, aos benefícios previdenciários, o fato de parte expressiva das empregadas domésticas trabalhar sem carteira assinada deve ser objeto de preocupação para a sociedade e o Estado. Assim, deve-se implementar e intensificar campanhas no intuito de levar ao conhecimento de empregadas e empregadores as vantagens, para ambos, de um contrato formalizado.

10. Tal comportamento talvez possa ser, em parte, atribuído ao incentivo à formalização do contrato de trabalho pela dedução, para os empregadores, do gasto com a Previdência Social no imposto de renda, conforme Lei n.º 11.324, de 19 de julho de 2006.

11. Em termos de comparação, 48,7% dos assalariados da RMSP possuíam carteira de trabalho assinada, em 2009.

Domésticas com Registro em Carteira têm Jornada de Trabalho Superior à dos Assalariados da RMSP

Entre as categorias analisadas, as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, independentemente de raça/cor, exerciam as jornadas de trabalho mais longas: 44 horas semanais, contra 38 horas para as que não possuem carteira assinada (Tabela 6). Note-se que a jornada de trabalho das primeiras supera a dos ocupados em geral (42 horas semanais), realidade que deve ser particularmente vivenciada por aquelas trabalhadoras que residem no local de trabalho (4,8% do total de mensalistas). Entre as domésticas diaristas, a jornada média semanal é menos intensa (23 horas), provavelmente como reflexo do menor número de dias trabalhados na semana e não necessariamente por causa da menor jornada diária.

A legislação não estabelece limite de jornada de trabalho para essas profissionais, uma das poucas heranças de uma sociedade que perpetua hierarquias e nega direitos.¹²

Tabela 6

**Horas semanais médias trabalhadas pelas empregadas domésticas (1), por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo
2000-2009**

Posição na Ocupação	2000			2009		
	Em horas					
	Total	Negras	Não-negras	Total	Negras	Não-negras
Total	38	38	38	36	36	35
Mensalistas	42	42	42	41	41	41
Com carteira de trabalho assinada	46	45	46	44	44	44
Sem carteira de trabalho assinada	40	40	40	38	38	39
Diaristas	22	22	22	23	24	23

Fonte: SEP, Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Exclusive as que não trabalharam na semana.

Empregadas Domésticas Recebem os Menores Rendimentos, que Pouco se Diferenciam entre Negras e Não-Negras

O rendimento médio real por hora das empregadas domésticas equivalia, em 2009, a R\$ 3,52, praticamente o mesmo valor pago para negras e não-negras (Tabela 7). Trata-se também do menor valor registrado entre os ocupados em diferentes setores de atividade da RMSP (Tabela 8).

O montante percebido por hora pelas domésticas equivale praticamente à metade do recebido pelo total de ocupados (R\$ 7,08) e a um terço do recebido por homens não-negros (R\$ 9,11). Restringindo-se a comparação ao contingente feminino, o rendimento médio por hora das domésticas corresponde a menos da metade do recebido nos Serviços (R\$ 7,59), é bem menor do que o auferido na Indústria (R\$ 6,19) e apresenta diferença menos acentuada em relação ao Comércio (R\$ 4,59).

Talvez pelo fato de os rendimentos médios nos Serviços Domésticos serem os menores

12. Ver, entre outros, ÁVILA, M. B. de M. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, fev. 2009; INTERNATIONAL LABOUR OFFICE – ILO. *Decent work for domestic workers*. Geneva, 2010. Disponível em: <www.ilo.org>.

entre todos os setores analisados, é nesse segmento que se constata a menor diferença entre negras e não-negras em 2000 e 2009. Neste último ano, enquanto os rendimentos médios por hora das negras representavam 66,0% dos recebidos pelas não-negras no Comércio, 61,9% na Indústria e apenas 54,7% nos Serviços, nos Serviços Domésticos essa proporção era de 97,7%.

Em 2009, as diaristas recebiam, em média, R\$ 4,47 por hora, valor superior ao das mensalistas com carteira assinada (R\$ 3,68) e sem esta (R\$ 2,89). No entanto, o rendimento médio mensal das diaristas (R\$ 447) é pouco inferior ao das mensalistas sem carteira assinada (R\$ 474) e menor que o das mensalistas que possuem carteira assinada (R\$ 689), como reflexo da combinação entre o valor/hora e suas respectivas jornadas semanais de trabalho, de eventuais benefícios previstos na legislação, além de o salário mínimo ser piso obrigatório no caso das mensalistas com carteira (Gráfico 2).

Tabela 7

Rendimento médio real por hora (1) das empregadas domésticas, por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo
2000-2009

Em reais

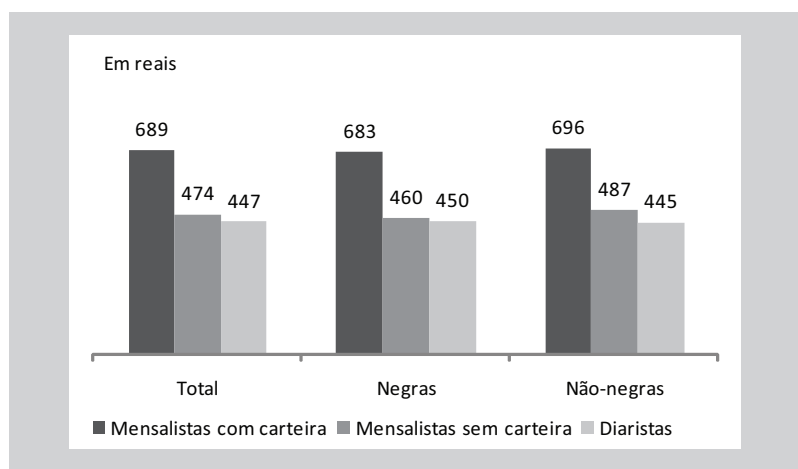
Posição na Ocupação	2000			2009		
	Total	Negras	Não-negras	Total	Negras	Não-negras
Total	3,41	3,44	3,36	3,52	3,52	3,60
Mensalistas	3,12	3,14	3,09	3,34	3,31	3,37
Com carteira de trabalho assinada	3,78	3,83	3,73	3,68	3,64	3,73
Sem carteira de trabalho assinada	2,55	2,48	2,61	2,89	2,84	2,95
Diaristas	5,61	5,67	-(2)	4,47	4,43	4,51

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inflator utilizado: ICV do Dieese. Valores em reais de novembro de 2009.

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Gráfico 2
Rendimento médio real mensal (1) das empregadas domésticas, por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo
2009



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inflator utilizado: ICV do Dieese. Valores em reais de novembro de 2009.

Tabela 8
Rendimento médio real mensal (1) dos ocupados, por raça/cor, segundo setor de atividade
Região Metropolitana de São Paulo
2000-2009

Em reais

Setor de Atividade	2000			2009		
	Total	Negras	Não-negras	Total	Negras	Não-negras
Total	1.180	756	1.381	1.030	712	1.209
Indústria	1.197	754	1.402	1.060	761	1.198
Comércio	962	666	1.068	865	642	979
Serviços	1.494	930	1.699	1.235	815	1.436
Serviços Domésticos	554	561	549	543	543	544

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Inflator utilizado: ICV do Dieese. Valores em reais de novembro de 2009.

Considerações Finais

O trabalho doméstico ainda é uma das principais alternativas de inserção ocupacional para considerável parte das mulheres, especialmente as adultas, negras e com baixa escolaridade. Paralelamente, nota-se crescimento das ocupações que exigem maior escolaridade e qualificação profissional, tais como a de babás e das chamadas cuidadoras.

As mulheres que exercem o emprego doméstico, particularmente cônjuges e chefes de domicílio, enfrentam antigos problemas como a não-formalização das relações de trabalho e as extensas jornadas, aliadas, na maior parte das vezes, às baixas remunerações.

A reduzida proteção da legislação contribui para acirrar a desvalorização desse tipo de trabalho, exercido em condições diferenciadas da maioria das ocupações. Desafios antigos ainda não foram totalmente enfrentados, enquanto se desenha um novo perfil de profissionais desse segmento.

AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NOS MERCADOS DE TRABALHO METROPOLITANOS

No Brasil, em 2008, o contingente de trabalhadores domésticos remunerados somava 6.626 mil pessoas, das quais 93,6% eram mulheres, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda hoje, é o segmento que garante a inserção ocupacional de 15,8% das mulheres que trabalham. Só é superado pelo setor de Educação, Saúde e Serviços Sociais, segmento que reúne 16,8% das ocupadas e pelo Comércio e Reparação, onde estão 16,2% das trabalhadoras.

Porém, trabalho doméstico remunerado¹ se distingue dos demais trabalhos assalariados por sua situação particular. Suas atividades se restringem quase exclusivamente ao âmbito da casa, em afazeres que historicamente estiveram ligados às habilidades consideradas femininas, tais como cozinhar, limpar, lavar, passar e cuidar de crianças. Embora seja mais reconhecido pela execução de serviços gerais em domicílio privado, o termo também se refere a cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros. Como se trata de um trabalho com características próprias, sem finalidade lucrativa, em que o empregador é uma pessoa física, a legislação que regula a profissão é bastante específica, limitando os direitos trabalhistas destas profissionais, em comparação aos de outras ocupações.

O fato de as trabalhadoras domésticas remuneradas desenvolverem atividades no âmbito dos domicílios limita as relações com sua categoria profissional. Além disso, a relação com o empregador é fortemente marcada por relações interpessoais e familiares, o que descaracteriza o caráter profissional da ocupação. Acrescente-se que este é um emprego de baixa sindicalização, de acesso limitado aos direitos trabalhistas plenos, mesmo quando com carteira de trabalho assinada, e uma ocupação de baixos rendimentos e de longas jornadas. Todos esses elementos contribuem para a desvalorização da atividade.

¹ Neste estudo, o trabalho doméstico remunerado será chamado também de Serviços Domésticos ou Emprego Doméstico. É foco de análise apenas a trabalhadora doméstica remunerada.

Hoje, é intenso o debate sobre a necessidade de que as empregadas domésticas tenham seus direitos equiparados ao dos demais trabalhadores, dada a importância desta atividade para o desenvolvimento de toda a sociedade.

Conhecer as características desta profissão e de suas trabalhadoras ajuda a subsidiar o atual debate legislativo sobre a garantia dos direitos trabalhistas e de proteção social às empregadas domésticas. Desse modo, pretende-se oferecer um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade nos mercados de trabalho metropolitanos e chamar a atenção para sua importância e os problemas mais evidentes. Para tanto, utilizaram-se informações de 2009 da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal pelo DIEESE em parceria com a Fundação Seade, Ministério do Trabalho e Emprego e parceiros regionais.

Serviços Domésticos é alternativa importante de trabalho para as mulheres

Em 2009, as mulheres ocupavam de 43,7%, em Recife, a 47,6%, no Distrito Federal do total de postos de trabalho existentes nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PED.

As características do crescimento econômico do país nos últimos anos e a ênfase nos investimentos e obras públicas vêm provocando leves alterações na proporção de ocupados por setor. Como resultado destas mudanças, em 2009, mais de 50% das mulheres ocupadas trabalhavam no setor Serviços das regiões metropolitanas pesquisadas pela PED, exceto Fortaleza onde o percentual corresponde a 42,6%. O Comércio era o segundo maior empregador da mão de obra feminina em quatro das sete regiões: Porto Alegre (17,0%), Recife (19,8%), Fortaleza (19,7%) e Salvador (17,1%). Por outro lado, os Serviços Domésticos apareceram como segundo setor que mais ocupou mulheres nas regiões de São Paulo (17,1%), Belo Horizonte (15,2%) e no Distrito Federal (17,0%). Em duas regiões foi detectado um pequeno percentual de mulheres trabalhando na construção civil: Belo Horizonte, com 1,1% das ocupadas e São Paulo, com 0,6% (Tabela 1).

As maiores proporções de mulheres que trabalhavam nos Serviços Domésticos foram observadas em Fortaleza e Recife (18,3%, em cada uma das regiões) enquanto a menor foi verificada em Porto Alegre (13,0%).

Tabela 1
Distribuição das ocupadas por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)

Setor de Atividade	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	9,1	3,3	12,0	4,9	4,6	13,5	18,5
Construção civil	1,1	(2)	(2)	(2)	(2)	0,6	(2)
Comércio	13,9	14,3	17,0	19,8	17,1	15,0	19,7
Serviços	60,5	63,4	57,5	54,4	60,9	53,4	42,6
Serviços Domésticos	15,2	17,0	13,0	18,3	15,8	17,1	18,3
Outros(1)	(2)	1,4	(2)	2,3	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas.

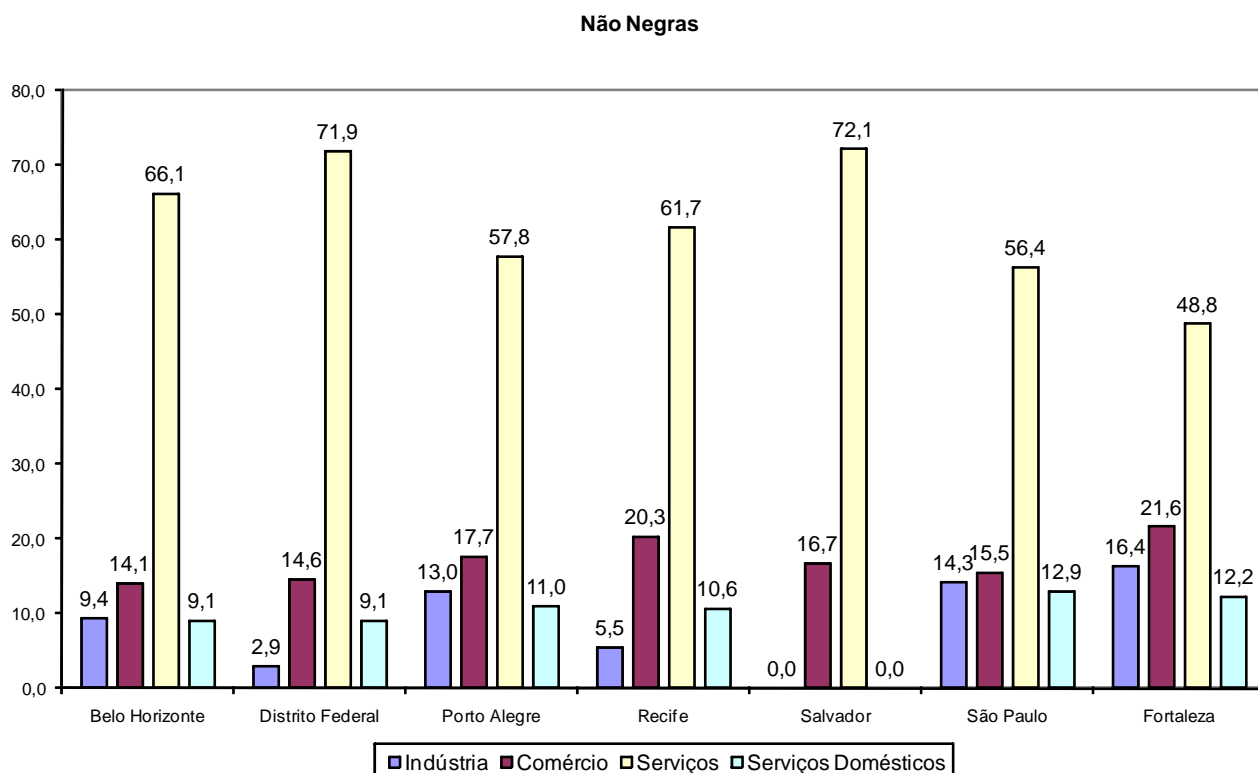
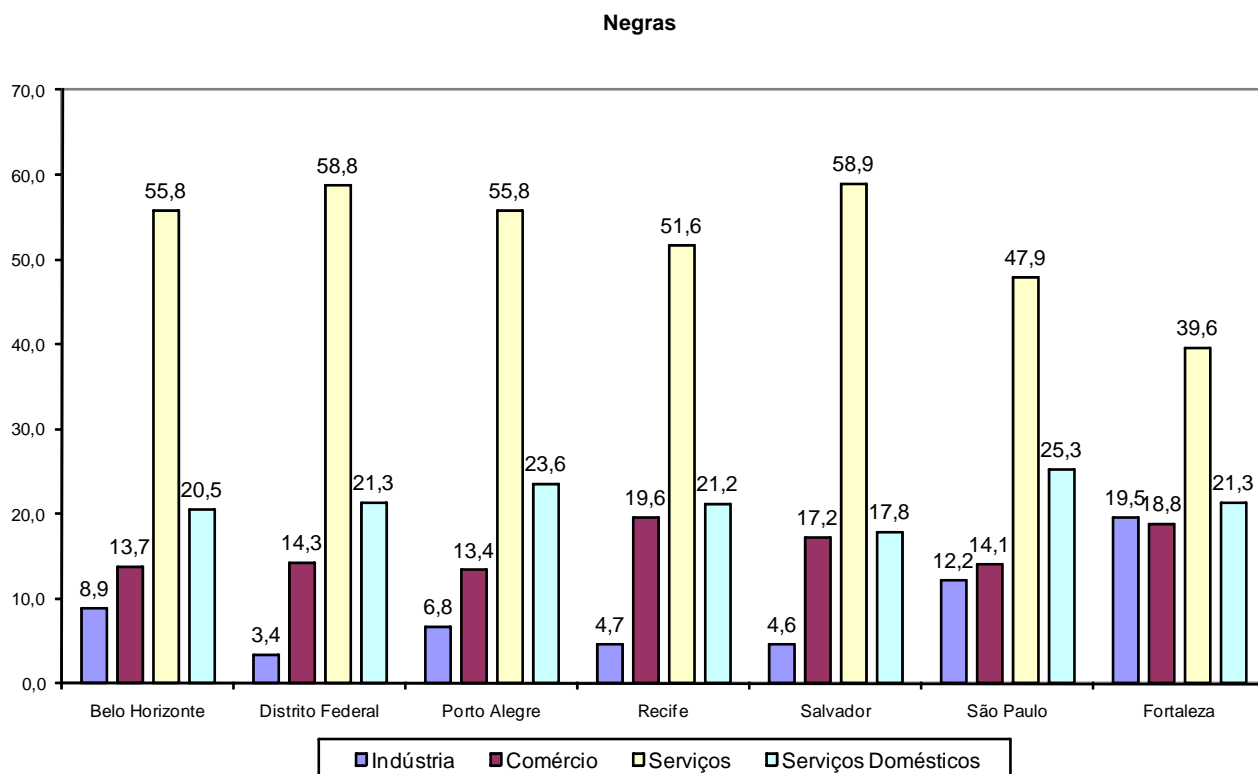
(2) A Amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Quando se faz a relação entre trabalho feminino e raça/cor, aparecem diferenças na distribuição das mulheres no mercado de trabalho, explicadas em parte pelas características demográficas regionais. Por exemplo, em Salvador, mais de 85% da população é negra e em Porto Alegre, a maior proporção é de não negros.

Para as ocupadas negras, os Serviços Domésticos foi o segundo setor mais importante em termos de ocupação. Em todas as regiões, à exceção de Salvador, do total de ocupadas negras, mais de 20% estavam alocadas nos Serviços Domésticos, sendo que em São Paulo, esse percentual chegou a 25,3%.

No caso das ocupadas não negras, o Comércio foi o segundo setor que mais empregou. Entre as trabalhadoras não negras, em 2009, os percentuais de mulheres que estavam ocupadas nos Serviços Domésticos variaram entre 9,1% (registrado no Distrito Federal e em Belo Horizonte) e 12,9%, verificado em São Paulo (Gráfico 1).

Gráfico 1
Distribuição das ocupadas negras e não negras por setor de atividade econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs: a) Na região metropolitana de Salvador, não houve desagregação da amostra para mulheres não negras na Indústria e nos Serviços Domésticos.

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

A proporção de mulheres negras foi predominante no trabalho doméstico em praticamente todas as regiões, em 2009. Em Salvador, 96,2% das ocupadas nos Serviços Domésticos eram negras, enquanto em São Paulo, os percentuais foram equivalentes: do total de trabalhadoras ocupadas no setor, 50,6% eram negras e 49,4% não negras. A única exceção aconteceu em Porto Alegre, onde a população negra é bem menor: 28,3% das ocupadas nos Serviços Domésticos são negras, as demais, não negras (71,7%) (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição das mulheres ocupadas e das ocupadas nos serviços domésticos, por raça/cor,
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009
(em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Negras	Não-Negras
Belo Horizonte			
Total	100,0	53,7	46,3
Serviços Domésticos	100,0	72,4	27,6
Distrito Federal			
Total	100,0	64,5	35,5
Serviços Domésticos	100,0	81,0	19,0
Porto Alegre			
Total	100,0	15,6	84,4
Serviços Domésticos	100,0	28,3	71,7
Fortaleza			
Total	100,0	67,1	32,9
Serviços Domésticos	100,0	78,1	21,9
Recife			
Total	100,0	72,4	27,6
Serviços Domésticos	100,0	84,0	16,0
Salvador			
Total	100,0	85,2	14,8
Serviços Domésticos	100,0	96,2	(1)
São Paulo			
Total	100,0	34,2	65,8
Serviços Domésticos	100,0	50,6	49,4

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Prevalece a presença de mulheres adultas

A maior parte das trabalhadoras domésticas era constituída por mulheres adultas, com idade entre 25 a 49 anos. Em todas as regiões analisadas, mais de 77% das ocupadas nos Serviços Domésticos tinham entre 25 e 59 anos. Nota-se, também, a tendência de esta ocupação ser mais exercida por mulheres mais velhas, uma vez que é pequena a parcela de jovens de 18 a 24 anos, inferior, em geral, a de mulheres com idade entre de 50 a 59 anos, exceto no Distrito Federal e em Fortaleza (Tabela 3).

Esta situação mostra que, em algumas regiões, o trabalho doméstico deixou de ser uma opção relevante para as jovens se inserirem nos mercados de trabalho metropolitanos, o que fica

evidenciado quando os dados de 2009 são comparados com os de 2000 (Tabela 3, Anexo Estatístico). A redução da proporção de jovens é expressiva nas seis regiões para as quais existem dados comparativos².

Tabela 3
Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo faixa etária
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)

Faixa Etária	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 17 Anos	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
18 a 24 Anos	7,9	14,4	(1)	8,1	10,4	6,5	15,2
25 a 39 Anos	34,9	44,7	29,0	43,1	45,7	39,2	41,1
40 a 49 Anos	30,4	26,7	33,7	30,1	27,5	29,3	25,6
50 a 59 Anos	19,3	10,7	25,2	14,4	12,9	18,9	11,0
60 Anos e Mais	5,4	(1)	7,3	(1)	(1)	4,7	(1)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

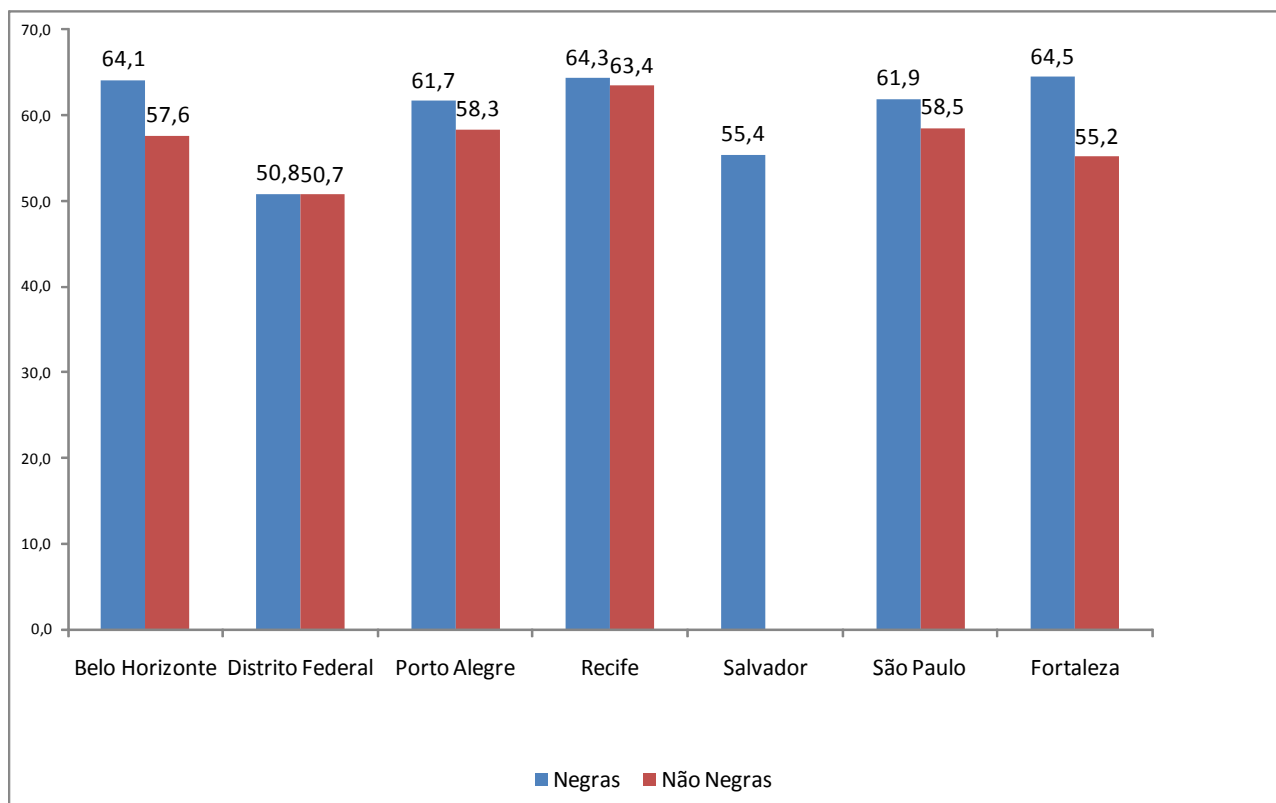
Essa alteração de perfil pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais o aumento do nível de escolaridade das jovens que, assim, preferem buscar alternativas de ocupação que representem maiores chances de progresso e status profissional, e melhores perspectivas de ter carteira de trabalho assinada. Outro fator pode ser a exigência das famílias empregadoras que preferem pessoas mais experientes para a realização dos trabalhos domésticos. Como consequência, o serviço doméstico tem absorvido crescentemente mulheres adultas, em faixas etárias mais elevadas. A proporção de crianças e jovens com idade entre 10 e 17 anos exercendo o trabalho doméstico remunerado tem baixa representatividade estatística, não podendo ser dimensionado pela amostra da pesquisa.

O nível de escolaridade das domésticas é, de maneira geral, baixo. Em todas as regiões analisadas, a maioria delas não chegou a concluir o ensino fundamental (Gráfico 2). Esta característica ficou mais evidenciada entre as domésticas negras que no caso das não negras, exceto no Distrito Federal e em Recife, onde as proporções eram semelhantes. Ou seja, o trabalho nos Serviços Domésticos, por não exigir nível de instrução elevado, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

² A Pesquisa na Região Metropolitana de Fortaleza começou a ser divulgada em 2009, não sendo possível a comparação com dados de 2000.

Gráfico 2
Proporção das trabalhadoras domésticas negras e não negras com até o ensino fundamental incompleto
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

b) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria na Região Metropolitana de Salvador.

Apesar do predomínio de trabalhadoras menos escolarizadas, em 2009, foi expressiva a participação de mulheres com ensino médio completo ou superior incompleto, com percentual próximo a 15% em Recife e Porto Alegre, de aproximadamente 17% em Fortaleza e Belo Horizonte e superior a 20% em São Paulo, Salvador e Distrito Federal (Tabela 3, Anexo Estatístico). Além de expressar a melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes, o dado indica uma importante diferenciação entre as ocupações exercidas nos Serviços Domésticos. Assim, tende a crescer a participação de ocupações que são exercidas por pessoas com maior grau de instrução, como babás e, em especial, acompanhantes de idosos. O envelhecimento da população, junto com a diminuição do tamanho das famílias e a maior inserção feminina no mercado de trabalho justificam a expansão do trabalho para estes profissionais domésticos, em geral com maior escolaridade, inclusive com formação na área de saúde, mas que ainda assim, mantêm o perfil do emprego doméstico, ligado às atividades que exigiriam habilidades consideradas femininas.

Em todas as regiões analisadas, a proporção de empregadas domésticas que na família ocupam a posição de cônjuges foi superior a 35%. No entanto, também entre as trabalhadoras domésticas se verificou a tendência de aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres,

cujo percentual ficou em patamar mais ou menos semelhante, variando entre 27,2% no Distrito Federal e 35,3% em Porto Alegre (Tabela 3, Anexo Estatístico).

Mensalistas são maioria

A maior parte das trabalhadoras domésticas exerceu seu trabalho como mensalista, com e sem carteira de trabalho assinada (Gráfico 3). As mensalistas representaram proporções acima de 67% em todas as regiões metropolitanas analisadas.

As empregadas mensalistas com carteira de trabalho assinada são as que, em tese, se encontram em melhor situação comparativamente às outras trabalhadoras domésticas remuneradas, em razão do reconhecimento formal de seu vínculo de trabalho e, quando o pagamento da contribuição à previdência social é efetivo por parte dos empregadores, também pelo acesso ao sistema de proteção social. No entanto, as mensalistas com carteira estavam em maior proporção apenas nas regiões de Belo Horizonte (42,6%), Distrito Federal (43,6%), Porto Alegre (45,1%) e São Paulo (36,6%). Nas regiões do Nordeste, por sua vez, foi superior o percentual de mensalistas sem carteira assinada, com destaque para Fortaleza (63,6%).

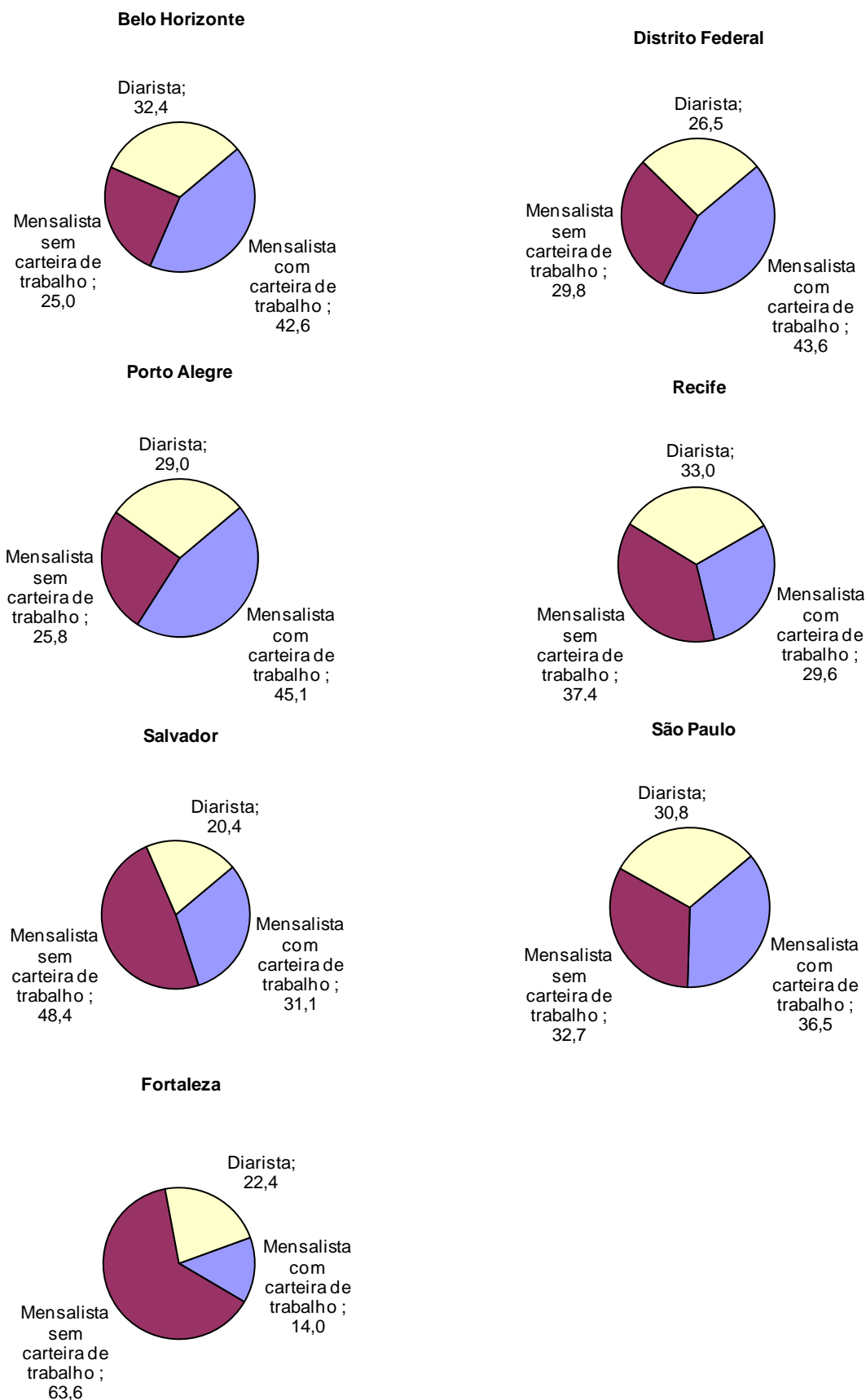
Assim, percebe-se que o direito básico de ter a carteira de trabalho assinada ainda não é totalmente respeitado. As relações peculiares entre empregado e empregador³ exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir proteção social a essas trabalhadoras.⁴

As diaristas possuem uma situação mais instável e precária, pois são remuneradas pelo dia de trabalho. Caso entrem em férias ou fiquem doentes, deixam de receber seus salários. Também é mais intenso o ritmo de trabalho, uma vez que precisam “dar conta” de todo o serviço na sua jornada diária. Estas trabalhadoras, cuja participação nos Serviços Domésticos vem aumentando desde 2000, representaram, em 2009, um percentual que variou de 20,4%, em Salvador a 33,0% em Recife.

³ Ávila, Maria Betânia de Melo. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Fevereiro de 2009.

⁴ Ver *Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil* – OIT escritório no Brasil, em <www.oitbrasil.org.br>.

Gráfico 3
Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Uma das grandes fragilidades do emprego doméstico é a baixa proporção de mulheres que contribuem para a previdência social. No caso das mensalistas com carteira, a contribuição está garantida. Mas no caso das mensalistas sem carteira, o número de contribuintes foi tão baixo que não foi possível desagregar a amostra. Entre as diaristas, segmento em que também é menos frequente a prática do registro na carteira de trabalho ou de contribuição ao INSS, os percentuais observados foram 15,8% em Belo Horizonte e 10,9% em São Paulo.

Como resultado, a parcela de trabalhadoras nos Serviços Domésticos que eram contribuintes da Previdência Social em 2009 variou de 19,8% em Fortaleza, percentual bem abaixo dos verificados nas demais regiões, a 52,5% em Porto Alegre (Tabela 9, Anexo Estatístico).

Baixa rotatividade

Os Serviços Domésticos não se caracterizam pela alta rotatividade, mesmo porque, por ser realizado dentro do domicílio, um dos laços que se estabelece é o da confiança mútua. O tempo médio de permanência nesta atividade foi alto em todas as regiões pesquisadas. Em Fortaleza, 3 anos e 11 meses, o menor entre as regiões e em Belo Horizonte, o maior, 5 anos e 4 meses.

O tempo médio de permanência no emprego, em 2009, não apresentou diferenças expressivas por raça/cor nas regiões de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza. No entanto, no Distrito Federal, o tempo médio de permanência das não negras - de 4 anos e 6 meses - foi bem superior ao das negras (em 3 anos e 10 meses). O mesmo aconteceu em Recife, onde as não negras permaneciam 5 anos e 3 meses no emprego, enquanto as negras ficavam 4 anos e 6 meses. Em Salvador, a amostra não permitiu fazer a desagregação para as trabalhadoras não negras. Já em Porto Alegre, onde a população negra é menor, o tempo médio de permanência das trabalhadoras negras (5 anos e 10 meses) superou a de não negras, 5 anos.

Jornadas extensas

O trabalho doméstico envolve, com frequência, longas jornadas. As maiores jornadas das trabalhadoras domésticas remuneradas foram verificadas nas regiões metropolitanas do Nordeste, com 54 horas semanais em média, em Recife; 50 horas semanais, em Fortaleza, e 45 horas, em Salvador. No Distrito Federal, a jornada média foi de 44 horas, semelhante àquela estabelecida em lei. Em Belo Horizonte a jornada ficou, em média, em 42 horas, enquanto em Porto Alegre e em São Paulo correspondeu a 41 horas. Não houve diferença significativa na extensão da jornada segundo a raça/cor das trabalhadoras (Tabela 4).

Quando se considera a posição na ocupação, verifica-se que as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, independentemente de raça/cor, foram as que exerceram as jornadas de trabalho mais longas em todas as regiões, destacando-se Recife, onde a

jornada média foi 58 horas e Fortaleza, 53 horas. Ainda que para aquelas sem carteira assinada a jornada tenha sido menor, ainda assim excedeu a jornada legal em Recife (50 horas) e Fortaleza (49 horas).

Já entre as domésticas diaristas, a jornada média semanal foi menor, variando entre 20 horas (Salvador) e 24 horas, (Belo Horizonte e Distrito Federal), provavelmente como reflexo da realização do trabalho em menor quantidade de dias na semana e não necessariamente por menos horas trabalhadas por dia.

Tabela 4
Horas semanais médias trabalhadas pelas trabalhadoras domésticas (1), por raça/cor, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)

Posição na Ocupação	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Mensalistas	42	42	43	44	45	44	41	41	41	54	53	55
Com Carteira												
Assinada	44	44	44	46	46	46	42	42	42	58	57	59
Sem Carteira												
Assinada	40	39	41	42	43	41	40	40	40	50	50	51
Diaristas	24	24	24	24	24	(2)	23	23	23	22	22	20

Posição na Ocupação	Salvador			São Paulo			Fortaleza		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Mensalistas	45	45	(2)	41	41	41	50	50	51
Com Carteira									
Assinada	50	50	(2)	44	44	44	53	53	(2)
Sem Carteira									
Assinada	41	41	(2)	38	38	39	49	49	51
Diaristas	20	20	(2)	23	24	23	22	22	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Exclusive as que não trabalharam na semana.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Empregadas domésticas recebem os menores rendimentos, que pouco se diferenciam entre negras e não-negras

O rendimento médio real por hora das empregadas domésticas, em 2009, foi bem menor nas regiões metropolitanas do Nordeste. Em Fortaleza foi de R\$ 1,71 por hora em média e em Recife, R\$ 1,87. Já em Salvador, a média recebida foi de R\$ 2,08 por hora.

Normalmente, os maiores salários médios são registrados no Distrito Federal, principalmente pela presença do Serviço Público. No caso das trabalhadoras domésticas, porém, o maior rendimento foi observado em São Paulo, capital onde o custo de vida é dos mais elevados do país, com R\$ 3,52 por hora, seguido de Porto Alegre, R\$ 3,51 por hora e pelo Distrito Federal, R\$ 3,08.

Por raça/cor, não foram observadas diferenças expressivas entre os rendimentos das trabalhadoras domésticas.

Tabela 5
Rendimento médio real por hora (1) das ocupadas, por raça/cor, segundo setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em R\$ de novembro de 2009)

Setor de Atividade	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	6,26	4,46	8,19	9,37	7,55	12,44	6,05	4,39	6,36	3,56	3,18	4,78
Indústria	5,61	4,43	6,87	5,47	(2)	(2)	5,05	(2)	5,11	3,91	(2)	(2)
Comércio	4,32	3,58	5,04	4,90	4,43	5,60	4,36	(2)	4,48	2,49	2,34	2,91
Serviços	7,72	5,36	10,14	12,55	10,39	15,80	7,49	5,07	7,95	4,88	4,33	6,19
Construção Civil	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Serviços Domésticos	3,04	3,02	3,03	3,08	3,08	3,07	3,51	3,39	3,56	1,87	1,86	(2)
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Setor de Atividade	Salvador			São Paulo			Fortaleza		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	4,98	4,32	9,14	6,17	4,22	7,26	3,68	3,13	4,63
Indústria	5,78	(2)	(2)	6,19	4,34	7,01	2,92	2,69	3,52
Comércio	3,68	3,43	(2)	4,59	3,45	5,23	2,93	2,64	3,36
Serviços	6,17	5,31	10,55	7,59	4,82	8,82	5,36	4,64	6,54
Construção Civil	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Serviços Domésticos	2,08	2,08	(2)	3,52	3,52	3,60	1,72	1,71	1,70
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Exclui as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês

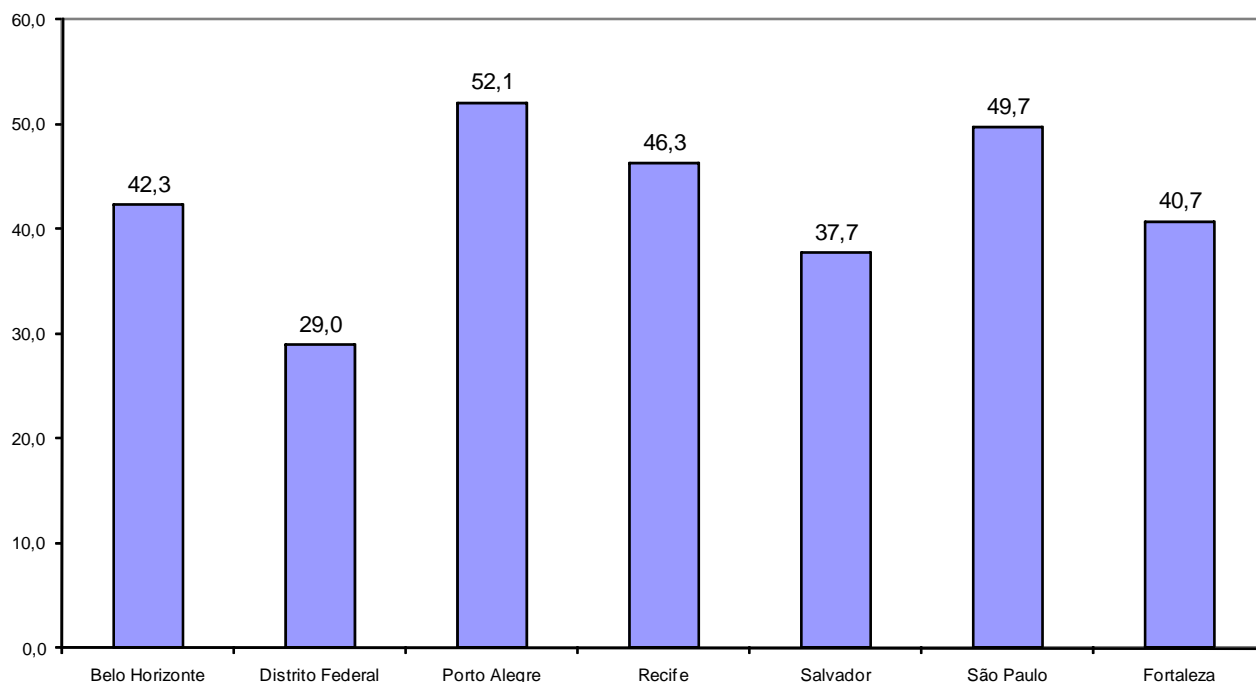
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria em Salvador e Recife.

Obs.: a) Índices utilizados: IPCA-BH/ÍPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos

O rendimento da trabalhadora doméstica foi o menor entre todos os setores de atividade, correspondendo à metade do pago, em média, no setor Serviços. Em 2009, este montante equivalia a menos da metade do recebido pelo total de ocupados nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Recife e principalmente no Distrito Federal, onde o valor que as trabalhadoras domésticas receberam foi inferior a um terço da média dos ocupados. Em São Paulo e Porto Alegre, foi praticamente a metade (Gráfico 4).

Gráfico 4
Proporção dos rendimentos médios por hora das
trabalhadoras domésticas (1) em relação ao do total de ocupados
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/IPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Em 2009, as diaristas recebiam, em média, um valor por hora superior ao das mensalistas. Já entre as mensalistas, o valor por hora médio recebido por aquelas que tinham carteira assinada superou, em todas as regiões, o recebido pelas sem carteira assinada (Tabela 6).

O rendimento obtido pelas diaristas chegou a ser 47,2% maior do que o das mensalistas em Fortaleza e 38,3% superior no Distrito Federal. Em comparação com aquelas com carteira de trabalho assinada, a maior diferença foi observada no Distrito Federal, 31,9% enquanto em Porto Alegre ficou em 22,1%. O rendimento das diaristas foi ainda maior na comparação com o recebido pelas mensalistas sem carteira. Em Belo Horizonte, onde se registrou a menor diferença, o das diaristas superou em 44,5% o das mensalistas. Já em Fortaleza, as diaristas ganharam 61,2% a mais. O maior rendimento, aliado à flexibilidade de jornada de trabalho, pode indicar a tendência ao crescimento do emprego doméstico diarista e a redução das mensalistas. Destaca-se que a análise do rendimento hora desconsidera outros benefícios que as mensalistas com carteira assinada possam ter como descanso semanal remunerado, férias e 13º terceiro.

Tabela 6
Rendimento médio real por hora (1) das trabalhadoras domésticas, por raça/cor, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em R\$ de novembro de 2009)

Posição na Ocupação	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Empregadas Domésticas												
Mensalistas	2,89	2,84	2,95	2,92	2,86	2,89	3,34	-(2)	3,38	1,75	1,77	-(2)
Com Carteira Assinada	3,04	3,01	-(2)	3,06	3,07	-(2)	3,55	-(2)	3,61	1,98	2,02	-(2)
Sem Carteira Assinada	2,46	-(2)	-(2)	2,58	2,52	-(2)	2,92	-(2)	-(2)	1,54	1,53	-(2)
Empregadas Domésticas												
Diaristas	3,55	3,59	-(2)	4,04	3,98	-(2)	4,34	-(2)	-(2)	2,34	2,38	-(2)

Posição na Ocupação	Salvador			São Paulo			Fortaleza		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Empregadas Domésticas									
Mensalistas	2,04	2,05	-(2)	3,34	3,31	3,37	1,64	1,64	1,65
Com Carteira Assinada	2,27	2,27	-(2)	3,68	3,64	3,73	2,25	-(2)	-(2)
Sem Carteira Assinada	1,87	1,88	-(2)	2,89	2,84	2,95	1,50	1,48	-(2)
Empregadas Domésticas									
Diaristas	-(2)	-(2)	-(2)	4,47	4,43	4,51	2,42	2,44	-(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria em Salvador e Recife.

Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/IPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF.

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Sistema PED - Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE Apoio: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT

Regiões Metropolitanas

Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – SEDESE – SINE/MG; Fundação João Pinheiro – FJP.

Distrito Federal: Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese.

Porto Alegre: Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do

Rio Grande do Sul: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS/SINE-RS; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser –

FEE; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco/Agência do Trabalho;

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município do Recife; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos – Dieese. Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – SETRE; Secretaria do Planejamento do

Estado da Bahia – SEPLAN; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo – SEP;

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – SERT; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.

O TRABALHO DOMÉSTICO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE 2009

Na Região Metropolitana do Recife (RMR) o trabalho doméstico tem um peso relevante no mercado de trabalho para as mulheres, especialmente entre as mulheres negras. Em 2009, a proporção de trabalhadoras domésticas na RMR correspondia a 18,3% das mulheres ocupadas. Do total de empregadas/os nesse setor, cerca de 93,6% são mulheres, o que justifica afirmar que o trabalho doméstico é exercido predominantemente por mulheres (apenas 6,4% dos homens ocupados exercem alguma atividade como trabalhador doméstico). Esta é, portanto, uma atividade histórica e culturalmente ligada às habilidades consideradas femininas. Mais reconhecida pela execução de serviços gerais em um domicílio privado, também é o termo usado para cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros. Dado o seu caráter não-econômico, sem finalidade lucrativa, em que o empregador é uma pessoa física e não jurídica, a legislação que regula a profissão é bastante específica, limitando os direitos trabalhistas destas profissionais, em comparação aos de outras ocupações.

O conceito de empregado doméstico foi formalizado, com atribuição de direitos baseados em lei de 1972 e ampliados pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, por lei de 2006, de forma a garantir piso salarial, irredutibilidade de salário, férias de trinta dias, estabilidade para gestantes e folga em feriados civis e religiosos, entre outros.¹

No entanto, o direito básico de ter a carteira de trabalho assinada ainda não é devidamente respeitado, uma vez que a proporção de trabalhadoras domésticas mensalistas que não possuem registro em carteira na RMR era de 37,4%, em 2009. As relações peculiares entre empregado e empregador exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir, minimamente, proteção a estas trabalhadoras.²

¹ Ver Trabalho Doméstico em <www.mte.gov.br> do Ministério do Trabalho e Emprego.

² Ver *Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil* – OIT escritório no Brasil, em <www.oitbrasil.org.br>.

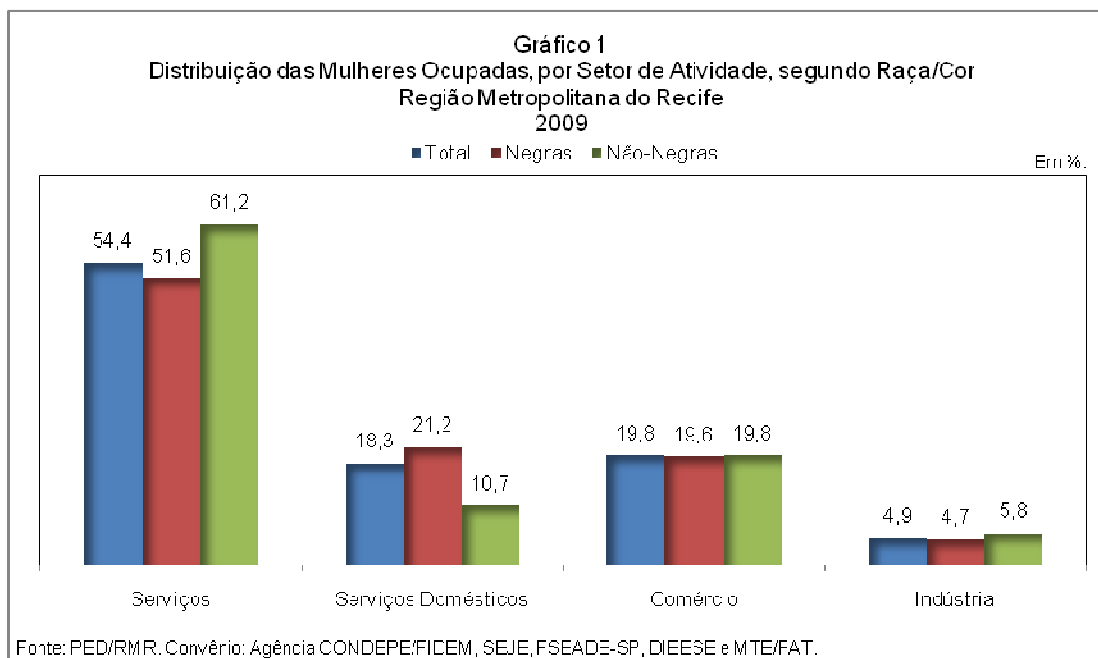
Os Serviços Domésticos na Região Metropolitana do Recife perderam relativa importância na estrutura setorial entre as mulheres ocupadas entre 2000 e 2009, mas ainda respondiam por parcela expressiva do total da ocupação feminina em 2009, superados pelo setor Serviços e Comércio. Este é o único segmento em que os homens não são maioria: 93,6% de seus postos de trabalho são ocupados por mulheres, principalmente negras. Dada essa característica, optou-se por considerar apenas o contingente feminino neste estudo, em que se apresentam alguns aspectos do trabalho doméstico (tipo de contratação, tempo de permanência no trabalho, número de horas trabalhadas na semana, contribuição à Previdência Social e rendimentos) e algumas características de suas ocupantes (faixa etária, posição no domicílio e escolaridade), além de destacar as diferenças mais relevantes entre domésticas negras e não-negras.³

Sua análise indica a relativa precariedade dessa profissão e pode subsidiar o atual debate legislativo sobre a garantia dos direitos trabalhistas e de proteção social às empregadas domésticas, como parte de um segmento populacional cujo trabalho costuma ser um importante indutor de redução da pobreza. Desse modo, pretende-se oferecer um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade e chamar atenção para sua importância e problemas mais evidentes. Para tanto, utilizaram-se informações de 2000 e 2009 da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada na Região Metropolitana do Recife pela Agência CONDEPE-FIDEM, Secretaria Especial de Juventude e Emprego – SEJE, Fundação Seade e Dieese.

Mulheres negras predominam no trabalho doméstico

Em 2009, as mulheres seguem sendo minoria na inserção do mercado de trabalho, representando 45,6% da População Economicamente Ativa, o que corresponde a 803 mil trabalhadoras e a maioria da população desempregada (53,8% da população feminina desempregada contra 46,2% dos homens). A taxa de participação feminina é de 44,7%, bem inferior a média registrada para a Região Metropolitana do Recife (53,4%) e da observada para os homens (63,7%), o que já demonstra uma dimensão da desigual participação das mulheres no mercado de trabalho produtivo. As mulheres ocupam 43,7% do total de postos de trabalho existentes na Região Metropolitana do Recife. Os Serviços respondem por mais da metade do contingente de trabalhadoras (54,4%), seguido pelo Comércio (19,8%), pelos Serviços Domésticos (18,3%) e Indústria (4,9%) (Gráfico 1).

³ O grupo de negras refere-se às mulheres negras e pardas e o de não-negras corresponde às brancas e amarelas.



Do ponto de vista da raça/cor, o Gráfico 1 demonstra que, em 2009, havia maior equilíbrio da participação entre negras e não-negras no Comércio e na Indústria, enquanto sobressai a proporção de não-negras nos Serviços e de negras nos Serviços Domésticos.

Essa característica peculiar nos Serviços Domésticos também pode ser constatada ao se observar a Tabela 1. Do total de mulheres ocupadas, 72,4% eram negras e 27,6% não-negras. Tal distribuição assemelha-se entre as ocupadas na Indústria, no Comércio e nos Serviços, enquanto nos Serviços Domésticos havia uma sobre-representação de mulheres negras (84,0%). Entre 2000 e 2009, houve um crescimento da proporção de mulheres negras ocupadas no emprego doméstico na RMR, colocando-se como uma ocupação majoritária entre as mulheres negras.

Tabela 1
Distribuição das Mulheres Ocupadas, por Raça/Cor, segundo Setor de Atividade
Região Metropolitana do Recife
2000-2009

Setor de Atividade	2000			2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	63,1	36,9	100,0	72,4	27,6
Indústria	100,0	61,7	38,3	100,0	68,9	31,1
Comércio	100,0	59,8	40,2	100,0	71,7	28,3
Serviços	100,0	59,0	41,0	100,0	68,7	31,3
Construção Civil	100,0	(1)	(1)	100,0	(1)	(1)
Serviços Domésticos	100,0	76,4	23,6	100,0	84,0	16,0
Outros	100,0	70,7	(1)	100,0	79,8	(1)

Fonte: PED-RMR. Convênio Agência CONDEPE/FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Mulheres adultas e com baixa escolaridade compõem o perfil das domésticas

Em relação ao perfil das domésticas, as informações confirmam a tendência de aumento da proporção de mulheres adultas exercendo tais atividades: o maior contingente (43,1%) está na faixa etária de 25 a 39 anos, com predominância das trabalhadoras negras em relação as não-negras (37,3% e 5,8%, respectivamente). Seguem-se, em importância, os grupos de idade de 40 a 49 anos (30,1%) e de 50 a 59 anos (14,4%). Na comparação com 2000, observa-se pequena redução para as mulheres na faixa etária de 25 a 39 anos e aumento dos percentuais para as faixas mais elevadas, permanecendo ainda maior concentração de trabalhadoras nestas faixas (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo Faixa Etária
Região Metropolitana do Recife
2000-2009

Faixa Etária	2000			2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	76,4	23,6	100,0	84,0	16,0
10 a 17 Anos	4,8	3,9	(1)	(1)	(1)	(1)
18 a 24 Anos	20,3	14,9	5,4	8,1	6,7	(1)
25 a 39 Anos	43,4	33,4	9,9	43,1	37,3	5,8
40 a 49 Anos	19,2	14,6	4,6	30,1	25,5	(1)
50 a 59 Anos	9,6	7,3	(1)	14,4	11,0	(1)
60 Anos e Mais	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: PED-RMR. Convênio Agência CONDEPE/FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O trabalho doméstico não tem sido uma opção relevante para as jovens se inserirem no mercado de trabalho: entre 2000 e 2009, a participação das trabalhadoras domésticas de 18

a 24 anos diminuiu de 20,3% para 8,1% e a de filhas, de 20,4% para 14,2% (Tabela 4). Seja porque as jovens têm maior nível de escolaridade e preferem buscar outras alternativas de ocupação, com maiores chances de progresso e *status* profissional, seja por exigências das famílias empregadoras que preferem pessoas mais experientes, o fato é que o trabalho doméstico tem absorvido crescentemente mulheres adultas em faixas etárias mais elevadas, com maiores responsabilidades na condução de suas próprias famílias.

As informações sobre a escolaridade das domésticas (Tabela 3) podem ajudar na explicação dessa tendência. A maioria delas não chegou a concluir o ensino fundamental (64,2%) e 20,2% não completaram o ensino médio. Ou seja, esse tipo de ocupação, por não exigir níveis de instrução elevados, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas. E para as mulheres negras com menor escolaridade o emprego doméstico permanece como uma das principais possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Tabela 3
Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo Nível de Escolaridade
Região Metropolitana do Recife
2000-2009

Nível de Escolaridade	2000			2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	76,4	23,6	100,0	84,0	16,0
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	83,5	63,5	20,0	64,2	54,0	10,1
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	11,7	9,2	(1)	20,2	16,8	(1)
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	4,8	(1)	(1)	15,6	13,1	(1)
Ensino Superior Completo	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: PED-RMR. Convênio Agência CONDEPE/FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Note-se, porém, que não é desprezível a participação de trabalhadoras com ensino médio completo ou superior incompleto (15,6%). Tal resultado expressa, além da melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes, uma importante diferenciação das ocupações inseridas nos serviços domésticos, como as de babás e acompanhantes de idosos (estas com tendência de crescimento diante do envelhecimento da população, da diminuição do tamanho das famílias e da maior inserção feminina no mercado de trabalho), além de outras relacionadas à prestação de serviços de saúde no domicílio, que requerem maior qualificação e escolaridade.

Coerentemente com a distribuição etária, as informações sobre a composição das domésticas por posição no domicílio (Tabela 4) mostram a predominância de cônjuges

(39,8%) e de chefes de domicílio (33,3%), independentemente de sua raça/cor.⁴ A forte presença de chefes reforça a necessidade de se investir em ações que beneficiem e amparem este segmento, formado por considerável número de mulheres cujo rendimento do trabalho representa a única ou, pelo menos, a principal fonte de renda para o sustento da família.

Tabela 4
Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo Posição no Domicílio
Região Metropolitana do Recife
2000-2009

Posição no Domicílio	2000			2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	76,4	23,6	100,0	84,0	16,0
Chefes	23,0	16,9	6,1	33,3	27,4	5,9
Cônjuges	33,8	26,2	7,5	39,8	34,1	5,7
Filhas	20,4	15,7	4,6	14,2	12,5	(1)
Outras	22,8	17,5	5,3	12,7	10,1	(1)

Fonte: PED-RMR. Convênio Agência CONDEPE/FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

Apenas pouco mais da metade das mensalistas tem carteira de trabalho assinada

A Tabela 5 mostra que, em 2009, 67,0% das domésticas eram mensalistas (56,8% negras e 10,3% não-negras) e 33,0% diaristas (27,3% negras e 5,7% não-negras). As mensalistas com carteira assinada representavam 29,6% do total de domésticas, percentual bem abaixo do observado no mercado de trabalho em geral, em que predomina o assalariamento com carteira assinada, situação ainda mais desfavorável em relação a 2000 quando este segmento era 30,1%. Tal comportamento talvez possa ser, em parte, atribuído ao incentivo, ainda não suficiente, à formalização do contrato de trabalho pela dedução, para os empregadores, do gasto com a Previdência Social no imposto de renda.

Entre as diaristas é ainda menos frequente a prática do registro na carteira de trabalho ou de contribuição ao INSS. Como resultado, apenas 32,4% do total das trabalhadoras nos Serviços Domésticos eram contribuintes da Previdência Social em 2009. A falta de acesso aos direitos previdenciários significa a desproteção social em casos de adoecimento ou da ocorrência de acidentes de trabalho das trabalhadoras domésticas, como também a dificuldade de afastamento da vida produtiva.

⁴ Para maiores informações sobre arranjos familiares, ver "Relação família e trabalho na perspectiva de gênero: a inserção de chefes e cônjuges no mercado de trabalho. DIEESE/PED-RMR, Recife, março de 2009.

Tabela 5
Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana do Recife
2000-2009

Posição na Ocupação	2000			2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	76,4	23,6	100,0	84,0	16,0
Empregadas Domésticas Mensalistas	80,8	61,6	19,1	67,0	56,8	10,3
Com Carteira de Trabalho Assinada	30,1	22,7	7,4	29,6	24,2	5,4
Sem Carteira de Trabalho Assinada	50,6	38,9	11,7	37,4	32,5	4,9
Empregadas Domésticas Diaristas	19,2	14,8	4,5	33,0	27,3	5,7

Fonte: PED-RMR. Convênio Agência CONDEPE/FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

Como o registro em carteira envolve importantes proteções sociais e, particularmente, os benefícios previdenciários, a exclusão de parte expressiva de trabalhadoras domésticas do acesso a esses benefícios deve ser objeto de preocupação da sociedade e de ação da administração pública, ao menos na implementação e/ou intensificação de campanhas no intuito de incentivar e levar ao conhecimento de empregados e empregadores as vantagens, para ambos, de um contrato formalizado.

Essa situação de baixa formalização certamente não se explica pela alta rotatividade que possa existir nesses postos de trabalho, não apenas porque o registro em carteira deveria ser feito a partir do primeiro mês de trabalho, mas também porque não se observa uma rotatividade tão intensa a julgar pela média de tempo de permanência no emprego doméstico, semelhante ao do conjunto de assalariados na RMR: quatro anos e oito meses e cerca de cinco anos, respectivamente, em 2009. Por classes de tempo, 28,0% das domésticas estavam trabalhando há até seis meses no atual emprego e 26,3%, há mais de cinco anos.

Domésticas com registro em carteira têm maior jornada de trabalho

Entre as categorias analisadas, as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, independentemente de raça/cor, exercem as jornadas mais longas: 58 horas semanais, contra 50 horas para as que não possuem carteira assinada (Tabela 6). A jornada de trabalho das primeiras é bastante superior a dos assalariados em geral (44 horas semanais), realidade que deve ser particularmente vivenciada por aquelas trabalhadoras que residem no local de trabalho (7,6% do total de mensalistas). Entre as domésticas diaristas, a jornada média semanal é bem menos intensa (22 horas), provavelmente como reflexo da realização do trabalho em menor quantidade de dias na semana e não, necessariamente, por menos horas trabalhadas por dia. A longa extensão da jornada de trabalho entre as empregadas domésticas com carteira assinada parece sinalizar que não

há uma relação entre formalização e redução da jornada para essa categoria, assinalando uma contradição no que diz respeito aos direitos a conquistar como a regulamentação da jornada e a fiscalização sobre as condições de trabalho da categoria.

Tabela 6
Horas Semanais Médias Trabalhadas pelas Domésticas (1), por Raça/Cor, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana do Recife
2000-2009

Posição na Ocupação	2000			2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	48	48	49	43	43	43
Empregadas Domésticas Mensalistas	55	55	56	54	53	55
Com Carteira de Trabalho Assinada	57	57	59	58	57	59
Sem Carteira de Trabalho Assinada	54	54	54	50	50	51
Empregadas Domésticas Diaristas	18	19	18	22	22	20

Fonte: PED-RMR. Convênio Agência CONDEPE/FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) Exclusive as que não trabalharam na semana.

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Diaristas ganham mais por hora e mensalistas têm maior rendimento mensal

O rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas equivalia a R\$ 1,87, em 2009 (Tabela 7). Este valor equivale a menos da metade do recebido pelo total de ocupados (R\$ 4,04) e a um terço do auferido por homens não-negros (R\$ 5,61). Restringindo-se a comparação ao contingente feminino, o rendimento médio por hora das domésticas apresenta diferença menos acentuada em relação ao recebido no Comércio (R\$ 2,49), corresponde a pouco menos da metade do auferido na Indústria (R\$ 3,91) e a menos da metade que o das mulheres que trabalham nos Serviços (R\$ 4,88).

As diaristas recebiam, em média, R\$ 2,34 por hora, valor superior ao das mensalistas com carteira assinada (R\$ 1,98) e sem carteira assinada (R\$ 1,54) (Tabela 7). No entanto, o rendimento médio mensal das diaristas (Gráfico 2) é inferior ao das mensalistas sem carteira assinada (R\$ 330) e ao das mensalistas que possuem carteira assinada (R\$ 492), como reflexo da combinação entre o valor/hora e suas respectivas jornadas semanais de trabalho.

Tabela 7
Rendimento Médio Real por Hora (1) das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo
Posição na Ocupação
Região Metropolitana do Recife
2000-2009

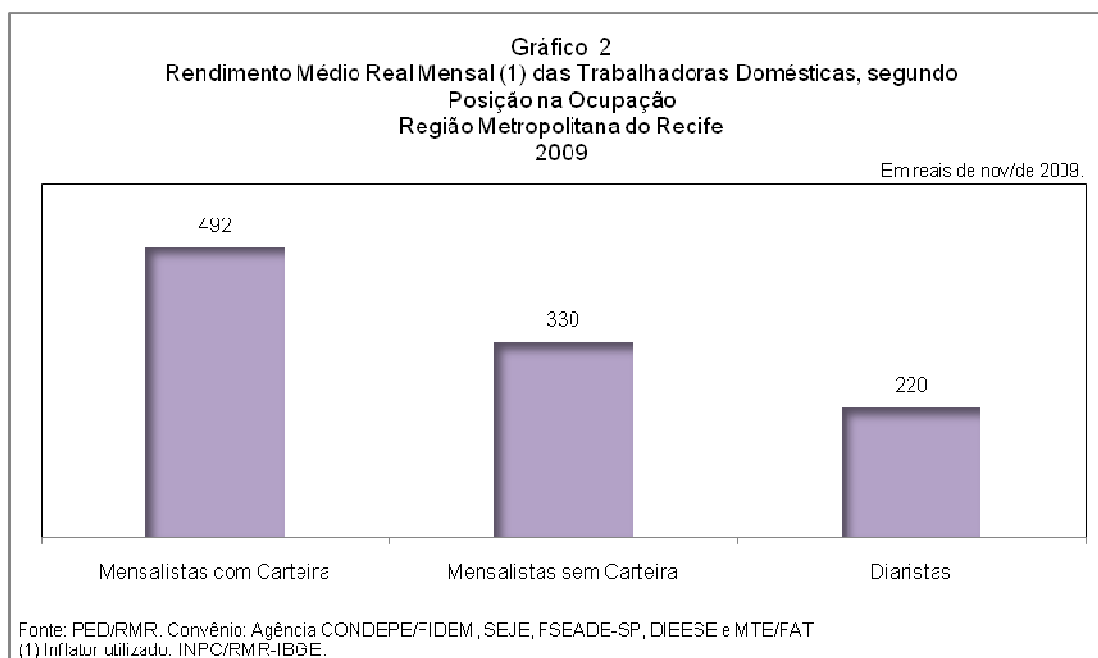
Em reais de novembro de 2009

Posição na Ocupação	2000			2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	1,39	1,39	1,38	1,87	1,86	(2)
Empregadas Domésticas Mensalistas	1,29	1,28	1,29	1,75	1,77	(2)
Com Carteira de Trabalho Assinada	1,49	1,48	(2)	1,98	2,02	(2)
Sem Carteira de Trabalho Assinada	1,14	1,14	(2)	1,54	1,53	(2)
Empregadas Domésticas Diaristas	2,86	(2)	(2)	2,34	2,38	(2)

Fonte: PED-RMR. Convênio Agência CONDEPE/FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) Inflator utilizado: INPC-RMR do IBGE.

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.



Na evolução dos rendimentos médios mensais das mulheres ocupadas, segundo os setores de atividade analisados, apenas na Indústria e nos Serviços Domésticos houve crescimento entre 2000 e 2009. Nos Serviços Domésticos, o rendimento médio mensal, em termos reais, passou de R\$ 286 para R\$ 344, o que representa um aumento de 20,3%, o qual está vinculado, principalmente, à valorização do salário mínimo – caso das mensalistas com carteira assinada – e ao aumento da massa de rendimentos das famílias empregadoras, para as diaristas (Tabela 8).

Tabela 8
Rendimento Médio Real Mensal (1) das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo
Posição na Ocupação
Região Metropolitana do Recife
2000-2009

Em reais de novembro de 2009

Posição na Ocupação	2000			2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	286	285	289	344	343	(2)
Empregadas Domésticas Mensalistas	303	302	308	405	401	(2)
Com Carteira de Trabalho Assinada	364	361	(2)	492	492	(2)
Sem Carteira de Trabalho Assinada	263	263	(2)	330	327	(2)
Empregadas Domésticas Diaristas	220	(2)	(2)	220	224	(2)

Fonte: PED-RMR. Convênio Agência CONDEPE/FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) Inflator utilizado: INPC-RMR do IBGE.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

As informações apresentadas mostram que o trabalho doméstico mantém-se como alternativa importante de inserção no mercado de trabalho, sobretudo para mulheres adultas, negras e com baixa escolaridade. Além disso, é provável que uma diferenciação interna a esse segmento se consolide nos próximos anos, com o que se ampliam os requisitos de contratação, particularmente as exigências de escolaridade e qualificação profissional em alguns de seus nichos ocupacionais.

Ao mesmo tempo em que se observam essas novas características do emprego doméstico, velhos problemas ainda persistem, como a elevada proporção de pessoas sem carteira de trabalho assinada e as extensas jornadas de trabalho, aliadas, com frequência, às baixas remunerações.

O emprego doméstico, da forma em que se organiza no Brasil e na RMR, reflete e, simultaneamente, contribui para a elevada concentração de renda que caracteriza nossa sociedade. A desvalorização desse tipo de atividade – evidenciada não apenas pela baixa remuneração, como também pela baixa proteção da legislação – reforça ainda mais as desigualdades sociais presentes no Brasil.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

OCUPADOS - são os indivíduos que:

a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente;

b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;

c) possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

DESEMPREGADOS - são os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

a) **DESEMPREGO ABERTO** - pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;

b) **DESEMPREGO OCULTO** - **Pelo trabalho precário:** pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; **Pelo trabalho desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS (maiores de 10 anos) - correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

RENDIMENTOS DO TRABALHO - corresponde ao rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido há horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

PRINCIPAIS INDICADORES

TAXA GLOBAL DE PARTICIPAÇÃO - é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL - equivale à relação entre Desempregados e População Economicamente Ativa. Indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

RENDIMENTO MÉDIO: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo INPC/RMR-IBGE, até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior ao da coleta e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa.

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm rendimentos mais altos.

NOTAS METODOLÓGICAS

PLANO AMOSTRAL - A pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Recife (PED / RMR) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana e rural dos 14 municípios que compõem esta região: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata. Estes municípios estão subdivididos em 38 distritos e 2279 setores censitários, dos quais 395 compõem o plano amostral. As informações de interesses da pesquisa são coletadas mensalmente através de entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, que representam uma fração amostral de 01(um), para cada 126, do total de domicílios da RMR.

MÉDIAS TRIMESTRAIS - Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados neste mês e nos dois meses que o antecederam.

As taxas de desemprego, ocupação e participação de acordo com atributos das pessoas (sexo, cor, idade, posição no domicílio), são calculadas como proporção do grupo de indivíduos com o mesmo atributo na PIA ou na PEA.

PROJEÇÕES POPULACIONAIS - A Agência CONDEPE/FIDEM, responsável pelas projeções populacionais, fez uma revisão das projeções anteriores com base no Censo Demográfico 2000 da FIBGE, chegando a novas estimativas para a População Total da Região Metropolitana do Recife. Como resultado dessas novas projeções foi revista toda a série de estimativas da População em Idade Ativa (PIA) e de seus componentes, a População Economicamente Ativa (PEA) - ocupados e desempregados - e a População formada por indivíduos Inativos com 10 anos ou mais de idade.

EQUIPE TÉCNICA DA PED/RMR

COORDENAÇÃO

Jairo Azevedo Santiago – DIEESE
Walkiria Navarro – Agência CONDEPE/FIDEM

ANÁLISE DE DADOS

Milena A. P. Prado.

INFORMÁTICA

Mardônio C. Lima – Coordenação
Fábio A. Fonseca, Fabíola Gomes Pereira de Lima, Sérgio Luiz Barbosa.

COLETA DE DADOS

Waldete Vitorino da Silva – Coordenação.

Supervisores: Ângela Celi T. C. de Carvalho, Carlos Murilo Arruda, Fernanda Maria R. Soares, Josiane Maria de Melo, Walkiria da Fonte Vieira, Patrícia F. Correia, Terezinha Célia M. de Souza. **Entrevistadores:** Aldemir S. da Hora Júnior, Alessandra Silva Maceió, Amaro Fernandes de Oliveira, Ana Paula Vieira, André Carlos Arruda Heliodoro, Ângela Roberta Correa de O. Chaves Filha, Claudécio João B. Pedrosa, Claudia Calado de Mello, Cristiane de Queiroz Silva, Diego Patrício Castro Ferreira, Erivan Luis Bezerra Júnior, José Regivaldo Silvério da Silva, José Roberto de Castro Peixoto, Maria do Socorro da Silva, Maria Glasner, Marluce A. Cavalcanti, Mauricea Cardoso da Silva, Roberto Pereira de Lima, Roselis de Lyra Viana, Sadi da S. Seabra, Sandra Luiza da S. Lyra, Sheila dos Santos Muniz, Telma Cristina Gomes Barbosa, Wagner Robert Cabral de Souza.

LISTAGEM E CHECAGEM

João Batista do N. Feitosa – Coordenação
Supervisão: Francisca A. de Albuquerque. **Checadores:** Erik G. Batista, Marco Antônio da Silva, Maria Clara do R. Barros Borges, Maria da Conceição P. dos Santos, Pedro Alberto Z. de Melo, Ricardo Marcionilo de Araújo, Rosiane Cristine P. da Silva, Rosalva de S. Pereira. **Listadores:** José Correia Neves Júnior.

CRÍTICA

Cláudia Viana Torres – Coordenação
Ana Paula de A. Ferreira, Carla Gabriela Agra do Lago, Flávia Maria Gomes de Lima, Geliane Rodrigues Baracho, Telma Aparecida Ribeiro.

APOIO ADMINISTRATIVO

Jacilene Maria Melo – Coordenação
Ana Lúcia da Silva, Edilma Siqueira do Nascimento, Luciana dos Santos.

SUPERVISÃO METODOLÓGICA, DE ANÁLISE E DE ESTATÍSTICA – SEADE

Atsuko Haga, Renato Gazola Fonseca, Alexandre Jorge Loloian e Sílvia R. Mancini.

ELABORAÇÃO DO PLANO AMOSTRAL E CONSULTORIA ESTATÍSTICA – SEADE

Nádia Dini

ESTIMATIVAS POPULACIONAIS – Agência CONDEPE/FIDEM

Marieta Baltar

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Margareth Monteiro

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO – CONDEPE/FIDEM

Luiz Quental Coutinho – Diretor Presidente
Maurílio Soares de Lima – Diretor Executivo de Estudos, Pesquisas e Estatística
Rodolfo Guimarães R. da Silva – Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS – DIEESE

Tadeu Moraes de Sousa – Presidente
Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Jackeline Natal – Supervisora do Escritório Regional de Pernambuco

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE

Felícia Reicher Madeira – Diretora Executiva

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – PED/RMR

Rua Joaquim de Brito, 216 – Boa Vista – Recife/PE.
CEP: 50070-280 Fones: 3222.1071 e 3222.3308
Home Page: www.dieese.org.br e www.condepefidem.pe.gov.br
E-mail: pedrmr@dieese.org.br e pedrmr@condepefidem.pe.gov.br

Ministério
do Trabalho
e Emprego



SEADE



SECRETARIA
DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO

SECRETARIA ESPECIAL
DA JUVENTUDE
E EMPREGO



Suporte à execução:



**PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO DA
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
PED-RMPA
INFORME MULHER E TRABALHO**

**O EMPREGO DOMÉSTICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE
PORTO ALEGRE (RMPA) — 2009**

Inúmeros têm sido os estudos sobre a crescente presença feminina no mercado de trabalho, ampliando o conhecimento sobre as características e as tendências dessa inserção sob a perspectiva individual e de gênero. Assim, constata-se que o aumento da participação das mulheres no mundo do trabalho, nas últimas décadas, veio acompanhado por desvantagens em relação aos homens: maior desemprego e, quando ocupadas, inserção maior em atividades no setor serviços, em ocupações reconhecidas como tipicamente femininas, em muitos casos sob modalidades de inserção mais frágeis e com menor proteção legal — emprego doméstico, assalariamento sem carteira de trabalho assinada, trabalho autônomo, dentre outras —, além de rendimentos inferiores aos dos homens.

Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as modalidades de inserção consideradas tipicamente femininas e menos protegidas, mais vulneráveis, este boletim destaca o emprego doméstico, que, no caso da RMPA, é responsável por 13,0% do total de mulheres ocupadas, superando o contingente de trabalhadoras na indústria. Neste estudo, foram analisados alguns aspectos do trabalho doméstico (tipo de contratação, tempo de permanência no trabalho, número de horas trabalhadas na semana, contribuição à Previdência Social e rendimentos) e algumas características de suas ocupantes (faixa etária, posição no domicílio e escolaridade), além de se destacarem as diferenças mais relevantes entre domésticas negras e não negras.

O emprego doméstico é uma atividade laboral exercida predominantemente por mulheres. É uma atividade histórica e culturalmente ligada às habilidades consideradas femininas. O termo “emprego doméstico”, mais reconhecido pela execução de serviços gerais em um domicílio privado, é também usado para cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, dentre outros. Dado o diferencial em relação a outros trabalhadores assalariados, que consiste no fato de o empregador ser uma pessoa física e não jurídica, a legislação que regula a profissão é bastante específica, limitando os direitos trabalhistas dessas profissionais, em comparação aos de outras ocupações.

O conceito de empregado doméstico foi formalizado, com atribuição de direitos, a partir de lei de 1972, ampliados pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, pela Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, de forma a garantir piso salarial, irredutibilidade de salário, férias de 30 dias, estabilidade para gestantes e folga em feriados civis e religiosos, dentre outros.¹

Apesar da legislação, o direito básico de ter a carteira de trabalho assinada ainda não é devidamente respeitado, uma vez que, do total de trabalhadoras domésticas mensalistas, apenas cerca de metade tem registro em carteira. As relações peculiares entre empregado e empregador exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir, minimamente, proteção a essas trabalhadoras.

Sua análise indica a relativa precariedade dessa profissão e pode subsidiar o atual debate legislativo sobre a garantia dos direitos trabalhistas e de proteção social às empregadas domésticas como parte de um segmento populacional cujo trabalho costuma ser um importante indutor de redução da pobreza. Desse modo, pretende-se oferecer um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade e chamar atenção para sua importância e problemas mais evidentes.

O presente boletim está estruturado em duas partes, além desta introdução. Na primeira, são apresentados os principais indicadores da inserção das mulheres no mercado de trabalho, com seus resultados para o ano de 2009. Na segunda, apresenta-se a análise das informações relativas ao emprego doméstico.

¹ Ver Trabalho Doméstico no site <www.mte.gov.br> do Ministério do Trabalho e Emprego.

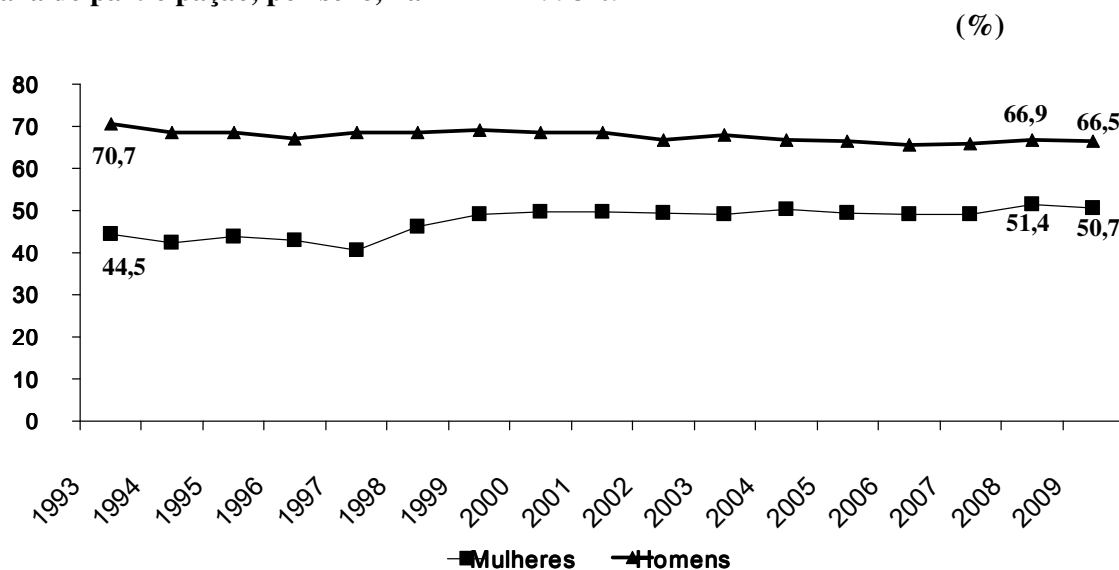
I. A inserção feminina no mercado de trabalho da RMPA, em 2009

No ano de 2009, num contexto macroeconômico adverso, o mercado de trabalho regional apresentou desempenho mais modesto se comparado ao de 2008: o nível ocupacional teve uma elevação bem menor do que a verificada no ano anterior (1,3% face aos 7,0% de 2008), e a taxa de desemprego permaneceu praticamente no mesmo patamar de 2008, mantendo-se como a menor taxa desde 1995. Por outro lado, o rendimento médio real dos ocupados apresentou elevação expressiva, dando sequência à recuperação iniciada em 2005.

Reduziu-se a taxa de participação feminina

Em 2009, a taxa de participação diminuiu dos 58,7% verificados em 2008 para 50,7%. A redução do grau de engajamento da População em Idade Ativa (PIA) em atividades laborais decorreu, em maior medida, do comportamento da força de trabalho feminina, cuja taxa de participação caiu 1,4%, ao passar de 51,4% para **50,7% da PIA feminina**, enquanto a masculina apresentou redução menor (-0,6%), situando-se em **66,5% da PIA masculina**, no ano em análise.

Gráfico 1
Taxa de participação, por sexo, na RMPA 1993-09



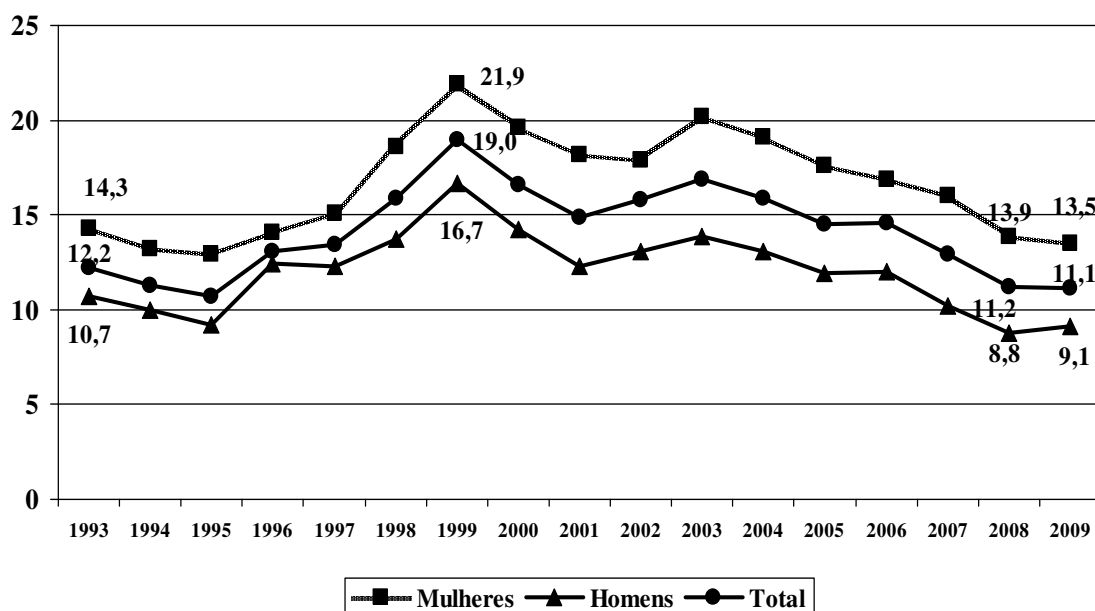
Fonte: Convênio PED-RMPA: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE, PMPA e apoio MTE/FAT.

Diminuiu a proporção das mulheres no desemprego

A taxa de desemprego total apresentou relativa estabilidade em 2009, passando de 11,2% da PEA em 2008 aos atuais 11,1%. Esse comportamento contrasta com o declínio mais acentuado desse indicador nos últimos cinco anos e reflete, sob a ótica de gênero, movimentos opostos desse indicador: a taxa das mulheres apresentou queda de 2,9%, ao passar de 13,9% da PEA feminina em 2008 para os atuais 13,5%, enquanto a masculina teve um aumento de 3,4%, passando de 8,8% para 9,1% da PEA masculina em 2009 (Gráfico 2).

Gráfico 2

Taxa de desemprego, total e por sexo, na RMPA — 1993 - 2009



Fonte: Convênio PED-RMPA: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE, PMPA e apoio MTE/FAT.

O contingente de desempregados foi estimado em 126 mil mulheres e 98 mil homens. Com isso, a proporção de mulheres entre os desempregados, que havia crescido nos dois últimos anos, atingindo o maior patamar da série pesquisada em 2008 (58,1%), diminuiu para 56,1%.

Crescimento da ocupação beneficiou igualmente homens e mulheres

O nível ocupacional na RMPA aumentou nos últimos sete anos e, em 2009, apresentou crescimento de 1,3%, com a incorporação de 23 mil trabalhadores na condição de ocupados.

Esse crescimento, atenuado em relação aos últimos dois anos, repercutiu de forma semelhante para ambos os sexos: foram integradas 12 mil mulheres e 11 mil homens ao contingente de ocupados. Esse desempenho manteve relativamente estável a participação feminina no contingente de ocupados em 45,2% em 2009 frente aos 45,1% do ano anterior.

O comportamento da ocupação, segundo os diferentes setores da atividade econômica, mostrou expansão em quase todos os setores, excetuando-se a indústria de transformação, a qual reduziu seu contingente em 18 mil trabalhadores, evidenciando os reflexos da crise internacional.

Para o contingente feminino, no entanto, apenas no setor serviços houve aumento ocupacional. Esse agregou mais 22 mil mulheres em 2009. Observou-se estabilidade nos serviços domésticos e relativa estabilidade no comércio (-1 mil mulheres ocupadas). No caso da indústria, o contingente feminino reduziu-se em 8 mil trabalhadoras (-7,6%), superando, em termos relativos, a diminuição de 10 mil no contingente masculino de trabalhadores industriais (-4,7%). Esses resultados conjunturais demonstram que a estrutura ocupacional feminina por setores de atividade mantém o destaque para o setor de serviços, seguido mais de longe pelo comércio, serviços domésticos e indústria.

Em 2009, segundo a modalidade de inserção no mercado de trabalho, o crescimento ocupacional foi liderado pelo emprego assalariado (28 mil trabalhadores), observando-se aumentos menores no agregado outros² (3 mil) e nos serviços domésticos (1 mil). Em contrapartida, houve redução no contingente de trabalhadores autônomos (-9 mil). Entre os assalariados, foi o setor privado que mais contribuiu para o aumento no número de ocupados. Merece ser destacado o fato de a ocupação assalariada do setor privado ter sido alavancada exclusivamente pelo emprego com carteira de trabalho assinada.

Sob o enfoque de gênero, observou-se que a expansão na ocupação assalariada foi semelhante entre as mulheres e os homens (15 mil e 13 mil, respectivamente). No setor público, o aumento do contingente ocupado contemplou exclusivamente as mulheres (5 mil novas trabalhadoras), uma vez que o contingente masculino aí empregado ficou estável. No

setor privado, houve crescimento do assalariamento regulamentado tanto para homens (20 mil novos trabalhadores) como para mulheres (mais 17 mil trabalhadoras), enquanto o número de assalariados sem carteira assinada foi reduzido em 7 mil pessoas tanto no contingente masculino como no feminino.

Incremento expressivo do rendimento favoreceu menos as mulheres em 2009

O rendimento médio real do trabalho em 2009 registrou o maior aumento anual desde 1996: 3,2% para o total de ocupados.

Na observação segundo o sexo, constata-se que o crescimento do rendimento médio real foi mais intenso para os homens (4,3%) do que para as mulheres (2,0%). O rendimento médio real masculino elevou-se para R\$ 1.392, e o das mulheres, para R\$ 1.034. Com esses resultados, a proporção do rendimento feminino em relação ao masculino, que havia crescido nos dois anos anteriores, recuou, e as mulheres auferiram, em 2009, rendimentos médios que correspondiam a 74,3% do rendimento masculino, enquanto, em 2008, essa proporção foi de 76,0%. Mesmo na análise que considera as jornadas de trabalho diferenciadas entre os sexos, utilizando o valor do rendimento/hora, a razão entre os rendimentos das mulheres em relação ao dos homens continua a apontar a desigualdade, não obstante isso tenha ocorrido em patamares inferiores (83,6%).

II. O emprego doméstico na RMPA -- 2000-2009

Na RMPA, as mulheres ocupavam 45,2% do total de postos de trabalho existentes em 2009. Os serviços respondiam por mais da metade do contingente de trabalhadoras (57,5%), seguidos, à distância, pelo comércio (17,0%), pelos serviços domésticos (13,0%) e pela indústria (12,0%) — Gráfico 3.

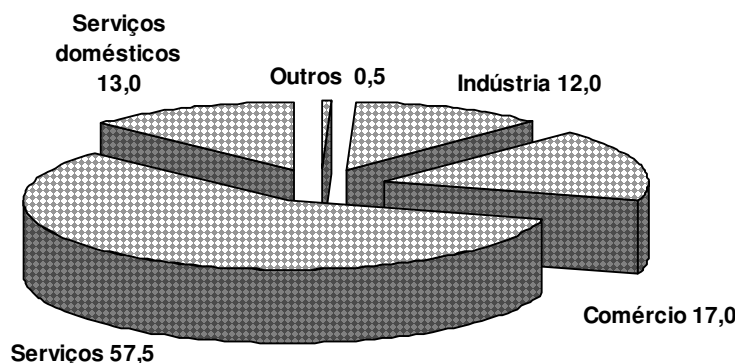
Os serviços domésticos, embora tenham reduzido sua importância na estrutura setorial entre as mulheres ocupadas nos últimos anos (em 2000, representavam 16,8% do emprego feminino), ainda respondiam por uma parcela importante do total da ocupação feminina em 2009, superando o contingente de trabalhadoras da indústria em quase toda a série pesquisada.

² Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outros.

É o único setor de atividade em que os homens não são maioria: 96,6% de seus postos de trabalho são ocupados por mulheres, com importante contingente de mulheres negras.

Gráfico 3

Distribuição percentual das mulheres ocupadas, por setor de atividade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2009



FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Perfil das empregadas domésticas: mulheres adultas, com baixa escolaridade e expressiva presença de negras

Na observação das características sociodemográficas das empregadas domésticas, destaca-se a proporção de mulheres negras, que, embora inferior a das não negras, é bastante expressiva para a Região. É importante ressaltar que a presença de indivíduos negros na população total da RMPA é baixa frente a outras regiões brasileiras, situando-se em 15,8% da PIA regional.³ Em 2009, a presença de negros no contingente de trabalhadores ocupados era de 15,1%, sendo 7,0% mulheres e 8,1% homens.

Considerando os setores econômicos, nota-se que, na maioria deles, se mantém certa semelhança entre a parcela de ocupados negros e a proporção desse segmento na população total, excetuando-se o emprego doméstico e a construção civil, nos quais os negros estão sobrerrepresentados. Em 2009, 28,3% das empregadas domésticas eram mulheres negras. Esses dados reafirmam a importância que esse setor de atividade tem na estrutura ocupacional da PEA feminina negra, perdendo apenas para o setor serviços em volume de ocupadas.

³ Boletim Especial: Negros e Mercado de Trabalho, 2009.

Outra característica é a tendência de aumento da proporção de mulheres adultas entre as empregadas domésticas: em 2009, o maior contingente (33,7%) estava na faixa etária de 40 a 49 anos. Seguiam-se, em importância, os grupos com idade entre 25 e 39 anos (29,0%) e entre 50 e 59 anos (25,2%). Na comparação com 2000, observa-se redução da presença das mulheres com idade até 39 anos e aumento em todas as faixas de idade superiores a 40 anos. Esse movimento é mais acentuado entre as mulheres não-negras, pois entre as negras pouco se alterou a representação da faixa etária de 25 a 39 anos (Tabela 1).

Tabela 1
 Distribuição das empregadas domésticas, por raça/cor, segundo atributos pessoais, na
 Região Metropolitana de Porto Alegre - 2000-2009

ATRIBUTOS PESSOAIS	2000			2009		
	Total	Negras	Não Negras	Total	Negras	Não Negras
Empregadas domésticas	100,0	24,7	75,3	100,0	28,3	71,7
Faixa etária						
10 a 17 anos	3,8	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)
18 a 24 anos	10,5	-(1)	8,3	-(1)	-(1)	-(1)
25 a 39 anos	35,7	9,2	26,6	29,0	9,1	19,9
40 a 49 anos	27,6	6,7	20,9	33,7	9,0	24,8
50 a 59 anos	16,5	-(1)	12,8	25,2	6,5	18,7
60 anos e mais	5,8	-(1)	4,2	7,3	-(1)	-(1)
Posição no domicílio						
Chefes	26,6	7,6	19,0	35,3	10,7	24,5
Cônjuges	51,6	11,9	39,7	50,6	12,9	37,7
Filhas	9,5	-(1)	6,7	7,1	-(1)	-(1)
Outras	12,4	-(1)	9,9	7,1	-(1)	-(1)
Escolaridade						
Analfabetas e ensino fundamental incompleto	74,8	18,8	55,9	59,3	17,4	41,8
Ensino fundamental completo e médio incompleto	18,5	4,7	13,7	25,4	7,3	18,2
Ensino médio completo e superior incompleto	6,6	-(1)	5,5	15,2	-(1)	11,6
Ensino superior completo	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Ao que indicam os dados, o emprego doméstico não tem sido uma opção relevante para as jovens se inserirem no mercado de trabalho: entre 2000 e 2009, a participação das trabalhadoras domésticas de 18 a 24 anos, que representavam 10,5% do total desse segmento em 2000, diminuiu a ponto de não ter mais representatividade estatística.

Seja porque as jovens têm maior nível de escolaridade e preferem buscar outras alternativas de ocupação, com maiores chances de progresso e *status* profissional, seja por exigências das famílias empregadoras, que preferem pessoas mais experientes, o fato é que o trabalho doméstico tem absorvido crescentemente mulheres adultas em faixas etárias mais elevadas, com maiores responsabilidades na condução de suas próprias famílias.

As informações sobre a escolaridade das empregadas domésticas podem ajudar na explicação dessa tendência. Em que pese a melhora expressiva da escolaridade desse

segmento ocupacional entre 2000 e 2009, a maioria das empregadas domésticas (59,3%) não chegou a concluir o ensino fundamental, e 25,4% não completaram o ensino médio. Ou seja, esse tipo de ocupação, por não exigir níveis de instrução elevados, constitui uma das poucas possibilidades existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres das faixas etárias mais altas e de parte das mulheres negras.

Note-se, porém, que não é desprezível a participação de trabalhadoras com ensino médio completo ou superior incompleto, a qual se ampliou entre 2000 e 2009, passando de 6,6% para os atuais 15,2%. Tal resultado pode expressar, além da melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes, uma importante diferenciação das ocupações inseridas nos serviços domésticos, como as de babás e acompanhantes de idosos (estas com a expectativa de crescimento diante do envelhecimento da população, da diminuição do tamanho das famílias e da maior inserção feminina no mercado de trabalho), além de outras relacionadas à prestação de serviços de saúde no domicílio, que requerem maior qualificação e escolaridade.

Coerentemente com a distribuição etária, as informações sobre a composição das domésticas por posição no domicílio mostram a predominância de cônjuges (50,6%) e de chefes de domicílio (35,3%), independentemente de sua raça e/ou cor. A forte presença de chefes (bem acima da proporção para o total de ocupadas, de 25,2% em 2009) reforça a necessidade de se investir em ações que beneficiem e amparem esse segmento, formado por considerável número de mulheres cujo rendimento do trabalho representa a única ou, pelo menos, a principal fonte de renda para o sustento da família.

Condições do exercício do emprego doméstico

Pouco mais da metade das mensalistas tem carteira de trabalho assinada

Os resultados da Pesquisa mostram que, em 2009, 71,0% das empregadas domésticas eram mensalistas (28,4% negras e 71,6% não negras), e 29,0%, diaristas (27,9% negras e 72,1% não negras). As mensalistas com carteira assinada representavam 45,1% do total de empregadas domésticas, porcentual bem abaixo do observado no mercado de trabalho em geral, em que predomina o assalariamento com carteira assinada. Na comparação com o ano 2000, ocorreu aumento na proporção das diaristas concomitantemente à redução das mensalistas, em especial das mensalistas sem carteira assinada, cuja proporção passou de 30,2% do total de empregadas domésticas em 2000 para 25,8% em 2009. Tal comportamento

talvez possa ser, em parte, atribuído ao incentivo à formalização do contrato de trabalho através da possibilidade de dedução, para os empregadores, do gasto com a Previdência Social no Imposto de Renda.

Entre as diaristas, é ainda menos freqüente a prática do registro na carteira de trabalho ou de contribuição ao INSS. Como resultado, apenas 52,5% do total das trabalhadoras nos serviços domésticos eram contribuintes da Previdência Social em 2009.

Como o registro em carteira envolve importantes proteções sociais e, particularmente, benefícios previdenciários, a exclusão de parte expressiva de trabalhadoras domésticas do acesso a esses benefícios deve ser objeto de preocupação da sociedade e de ação da administração pública, ao menos na implementação e/ou intensificação de campanhas no intuito de incentivar e levar ao conhecimento de empregados e empregadores as vantagens, para ambos, de um contrato formalizado.

Essa situação de baixa formalização certamente não se explica pela alta rotatividade que possa existir nesses postos de trabalho, não apenas porque o registro em carteira deveria ser feito a partir do primeiro mês de trabalho, mas também porque não se observa uma rotatividade tão intensa: a média de tempo de permanência no emprego doméstico, que era de quatro anos e três meses em 2000, aumentou para cinco anos e três meses em 2009. Por sua vez, a proporção das mulheres que se mantêm no emprego há mais de cinco anos também aumentou entre 2000 e 2009, passando de 24,0% para 30,7% do total das empregadas domésticas, enquanto a das que estão no emprego há até seis meses se reduziu (de 27,8% em 2000 para 21,8% em 2009). Esse movimento ocorreu tanto para as mulheres negras quanto para as não negras, mas cabe observar-se que o tempo médio de permanência das primeiras é mais elevado, tendo atingido quase seis anos em 2009, contra cinco anos das não negras.

Domésticas com registro em carteira têm maior jornada de trabalho

A jornada média semanal das empregadas domésticas era de 36 horas em 2009, independentemente de raça e/ou cor, sendo a menor jornada na comparação com os demais setores de atividade econômica. Constitui-se também na menor jornada feminina, comparando-se com as trabalhadoras ocupadas em outros setores. Essa jornada apresenta variações pouco expressivas, quando examinada sob a ótica de atributos pessoais como idade, posição no domicílio ou escolaridade, destacando-se apenas a jornada do segmento que possui ensino médio completo ou superior incompleto, cuja jornada média era de 40 horas semanais.

Entre as categorias analisadas, as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada apresentaram jornadas médias semanais mais longas, mais próximas daquelas praticadas pelo conjunto dos assalariados: 42 horas semanais, contra 40 horas para as que não possuem carteira assinada. Já a jornada média semanal das diaristas era bem menos intensa (23 horas semanais), fato que decorre, provavelmente, da realização do trabalho em menos dias da semana e não, necessariamente, por menos horas trabalhadas por dia.

Diaristas ganham mais por hora e mensalistas têm maior rendimento mensal

O rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas era de R\$ 3,51 em 2009, sendo menor para as negras (R\$ 3,39) em comparação com as não negras (R\$ 3,56). Esse valor equivalia a 52,1% do rendimento médio do conjunto dos ocupados (R\$ 6,74) e a apenas 45,7% do auferido por homens não negros (R\$ 7,68). Na análise segundo setores de atividade, o rendimento médio por hora das domésticas apresentava diferenças menos acentuadas quando comparado ao rendimento recebido pelas mulheres no comércio (R\$ 4,36) e na indústria (R\$ 5,05). Contudo, se comparado ao rendimento das mulheres ocupadas no setor serviços, o rendimento das domésticas não atingia sequer a metade daquele (R\$ 7,49).

Talvez pelo fato de os rendimentos médios nos serviços domésticos serem os menores entre todos os setores analisados, constata-se nesse segmento a menor diferença entre os rendimentos de negras e não negras. Enquanto, no setor serviços, os rendimentos médios por hora das negras representavam 63,8% daqueles recebidos pelas não negras, nos serviços domésticos essa proporção era de 95,2%.

Internamente ao segmento das domésticas, também se configuram desigualdades de remuneração. Em 2009, as diaristas recebiam, em média, R\$ 4,34 por hora, valor superior ao das mensalistas com carteira assinada (R\$ 3,55) e sem carteira assinada (R\$ 2,92). No entanto, o rendimento médio mensal das diaristas (R\$ 424) é inferior ao das mensalistas sem carteira assinada (R\$ 502) e correspondia a apenas 66,4% do rendimento das mensalistas que possuem carteira assinada (R\$ 658). Tal fato deve estar refletindo, a combinação entre os distintos valores por hora e as jornadas semanais de trabalho diferenciadas.

Na comparação com o ano 2000, observa-se um crescimento de 2,0% no rendimento médio real das mulheres ocupadas, fruto de aumentos no rendimento das trabalhadoras na indústria (12,4%) e nos serviços domésticos (15,1%), uma vez que o rendimento das mulheres no comércio e nos serviços sofreu redução (-9,3% e -2,8% respectivamente). O expressivo crescimento do rendimento das empregadas domésticas está vinculado, principalmente, à política de valorização do salário mínimo nacional e à implantação do salário mínimo regional — caso das mensalistas com carteira assinada — e, para as diaristas, ao aumento da massa de rendimentos das famílias empregadoras.

Convênio Regional

Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE

Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS/SINE-RS

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE

Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA

Apoio

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT

Introdução

As mulheres têm intensificado sua participação no mercado de trabalho. Na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), elas representam 46,8% da população economicamente ativa e 45,9% dos ocupados, sendo 30,8% mulheres negras e 15,1% não-negras¹, em 2009 (Tabela 1). Estima-se que em torno de 694 mil mulheres estejam trabalhando na RMF, em que a prestação de serviços domésticos ainda se constitui em uma relevante estratégia para a obtenção de uma ocupação. Por outro lado, as mulheres estão sobre-representadas no desemprego, com uma taxa de 12,9%, quase três pontos percentuais acima da taxa masculina (10,0%), evidenciando a desigualdade de inserção no mercado de trabalho existente entre homens e mulheres, haja vista que mais da metade do contingente de desempregados é constituído de mulheres (53,1%).

Tabela 1
Distribuição dos Ocupados, Por Sexo e Raça/Cor, Segundo o Setor de Atividade
Região Metropolitana de Fortaleza – 2009

Setor de Atividade	Total			Mulheres			Homens		
	Total	Negros	Não-Negros	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negros	Não-Negros
Total	100.0	68.3	31.7	45.9	30.8	15.1	54.1	37.5	16.6
Indústria	100.0	71.0	29.0	47.8	33.8	13.9	52.2	37.2	15.0
Comércio	100.0	66.7	33.3	45.7	29.2	16.4	54.3	37.4	16.9
Serviços	100.0	64.9	35.1	42.8	26.7	16.1	57.2	38.2	19.0
Construção Civil	100.0	75.2	24.8	-(1)	-(1)	-(1)	97.1	73.7	23.4
Serviços Domésticos	100.0	77.9	22.1	90.5	70.7	19.9	9.5	7.2	-(1)
Outros	100.0	76.7	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	85.8	67.0	-(1)

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria

Abordando-se os serviços domésticos, a partir dos números da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED/RMF, de 2009, é estimado que essa atividade seja responsável por 9,3% da ocupação total da região (aproximadamente 140,6 mil profissionais), respondendo por 18,3% da ocupação das mulheres e 1,6% dos homens. Em outras palavras, 90,5% dos trabalhadores em serviços domésticos são mulheres, portanto, ainda é uma atividade eminentemente feminina, histórica e culturalmente falando, exercida na maioria dos casos por mulheres negras (70,7%), proporção esta duas vezes maior que a observada na indústria (33,8%) e bem acima do constatado no comércio (29,2%) e nos serviços (26,7%) (Gráfico 1).

¹ O grupo de negras refere-se às mulheres negras e pardas e o de não-negras corresponde às brancas e amarelas.

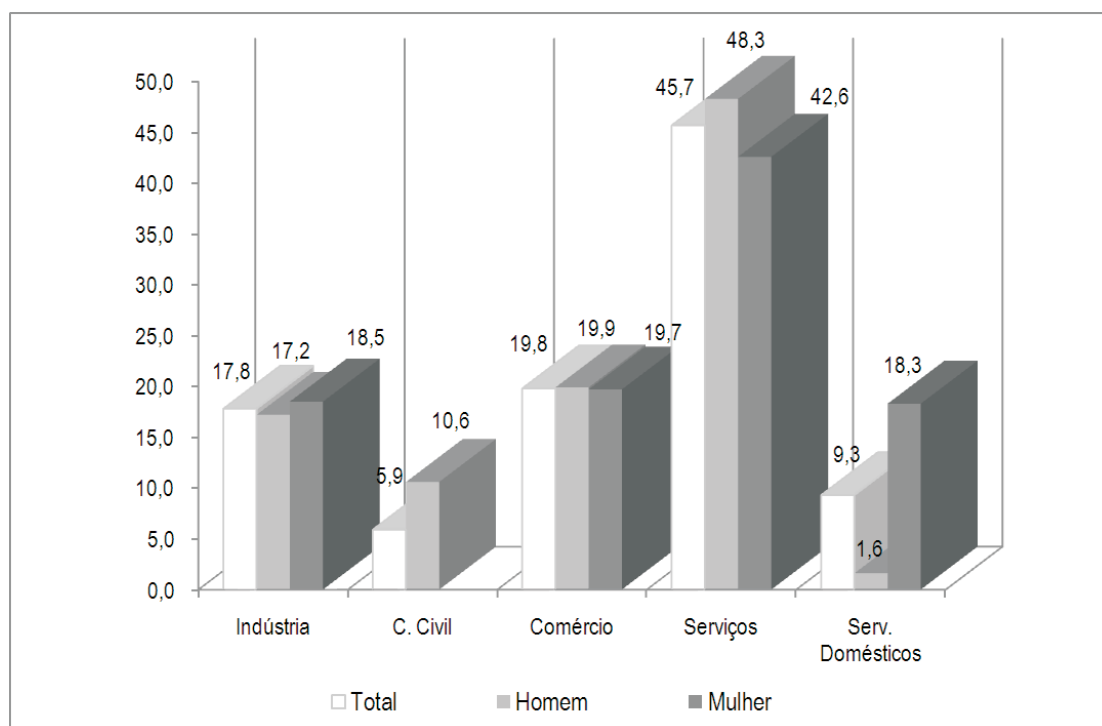


Gráfico 1 - Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade e Sexo – Região Metropolitana de Fortaleza - 2009

Fonte: Convênio IDT/Sine-Ce, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

Atendo-se ao universo feminino, a participação de 18,3% do emprego doméstico é equivalente a do emprego industrial (18,5%) e comercial (19,7%), significando que o emprego doméstico ainda é uma forma relevante de inserção das mulheres no mercado de trabalho da RMF, mesmo porque elas têm uma representatividade de 90,5% no total de empregados domésticos, ou seja, de cada dez empregados, nove são mulheres, razão pela qual a opção metodológica deste trabalho foi considerar apenas o contingente feminino.

Conceitualmente, a PED considera como emprego doméstico as atividades de prestação de serviços domiciliares diversos à família do chefe do domicílio, de forma remunerada, incluindo os seguintes profissionais: cozinheira, arrumadeira, faxineira, lavadeira, passadeira, babá, governanta, vigia, jardineiro, motorista, copeira, acompanhante de idosos, entre outras, compreendendo as categorias mensalista e diarista. Assim, visando conhecer melhor o universo das empregadas domésticas, este estudo aborda algumas de suas características pessoais (raça/cor, faixa etária, escolaridade, posição no domicílio, número de filhos) e diversos aspectos de suas condições atuais de trabalho (posição na ocupação, posse da carteira de trabalho, contribuição para a Previdência Social, tempo de permanência no emprego, jornada de trabalho semanal e rendimento médio real), a partir dos quais se destacam duas características principais desse segmento de trabalhadoras: o perfil heterogêneo e a precariedade de relações de trabalho, como se observa a seguir.

O Perfil das Empregadas Domésticas

Quanto aos atributos pessoais, verifica-se uma predominância significativa de mulheres negras na medida em que 78,1% das empregadas domésticas são mulheres negras, havendo 3,6 vezes mais negras do que não-negras nessa atividade, e são mulheres adultas (66,7% com idade na faixa de 25 a 49 anos), em que este perfil etário mais adulto é atribuído às domésticas negras, posto que 28,4% das domésticas são negras com idade entre 40 e 59 anos. Elas detêm baixa escolaridade (62,4% têm, no máximo, instrução de nível fundamental incompleto), apesar de 17,4% possuírem nível médio completo ou superior incompleto. Além do mais, na maioria, são cônjuges (35,9%) ou chefes de domicílio (28,5%), independente de raça/cor. Elas têm 2,1 filhos, em média, sendo negras ou não, 78,1% têm um ou mais filhos e 13,4% das domésticas mensalistas moram no mesmo domicílio onde trabalham (Tabela 2).

Apesar do perfil mais adulto, o emprego doméstico ainda se constitui uma estratégia de inserção no mundo laboral relevante para as jovens da RMF, principalmente as menos escolarizadas, haja vista que 15,2% das domésticas têm de 18 a 24 anos de idade e 14,2% são filhas.

O emprego doméstico, não exigindo elevada escolaridade, é uma das poucas possibilidades de trabalho para pessoas com pouca instrução. Porém, é relevante a parcela de trabalhadoras com ensino médio completo ou superior incompleto, da ordem de 17,4%, expressando a diversidade de ocupações no universo dos serviços domésticos, dado o surgimento de “novas” ocupações para as quais é exigida mais escolaridade (*baby-síter*, acompanhante/cuidadores de idosos, etc.).

Tabela 2
Distribuição das Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana de Fortaleza - 2009

Atributos Pessoais	Total	Negras	Não-negras
Empregadas Domésticas	100.0	78.1	21.9
Faixa Etária			
10 a 17 Anos	-(1)	-(1)	-(1)
18 a 24 Anos	15.2	12.1	-(1)
25 a 39 Anos	41.1	31.9	9.2
40 a 49 Anos	25.6	19.5	6.1
50 a 59 Anos	11.0	8.9	-(1)
60 Anos e Mais	-(1)	-(1)	-(1)
Posição no Domicílio			
Chefes	28.5	21.9	6.6
Cônjuges	35.9	27.4	8.5
Filhas	14.2	12.0	-(1)
Outras	21.4	16.7	-(1)
Escolaridade			
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	62.4	50.3	12.1
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	20.1	15.5	-(1)
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	17.4	12.3	5.1
Ensino Superior Completo	-(1)	-(1)	-(1)

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

As Condições do Trabalho Doméstico

Quanto às formas de contratação, 77,6% das empregadas domésticas são mensalistas (60,7%, negras e 16,9%, não-negras) e 22,4% diaristas, isto é, a relação é de 3,5 mensalistas para cada diarista. As mensalistas com carteira de trabalho assinada representavam apenas 14,0% das domésticas, bem inferior à proporção de 35,2% de assalariados com carteira assinada registrada no total de ocupados, uma comprovação nítida de que o direito à carteira de trabalho assinada não é devidamente respeitado na RMF, nem mesmo entre as mensalistas. No total da ocupação feminina, 28,9% são assalariadas com carteira assinada e, no emprego doméstico, apenas 14,0%, uma incidência bem menor, equivalente à metade das ocupações femininas assalariadas (Tabela 3). Na verdade, é um nível de formalização demasiadamente baixo, sinalizando elevada precarização nas relações de trabalho da categoria. A elevada proporção de empregadas domésticas trabalhando sem carteira assinada logicamente inviabiliza o acesso da maioria delas aos diversos benefícios da Previdência Social (licença-maternidade, auxílio-doença, etc.) e inúmeras outras proteções sociais advindas das relações formais de trabalho (décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, aviso-prévio, gozo de férias anuais, etc.), além de ter a aposentadoria por tempo de serviço adiada ou inviabilizada.

Tabela 3

**Distribuição das Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Fortaleza - 2009**

Posição na Ocupação	Total	Negras	Não-negras
Empregadas Domésticas	100.0	78.1	21.9
Empregadas Domésticas Mensalistas	77.6	60.7	16.9
Com Carteira de Trabalho Assinada	14.0	10.9	-(1)
Sem Carteira de Trabalho Assinada	63.6	49.7	13.9
Empregadas Domésticas Diaristas	22.4	17.4	-(1)

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT.

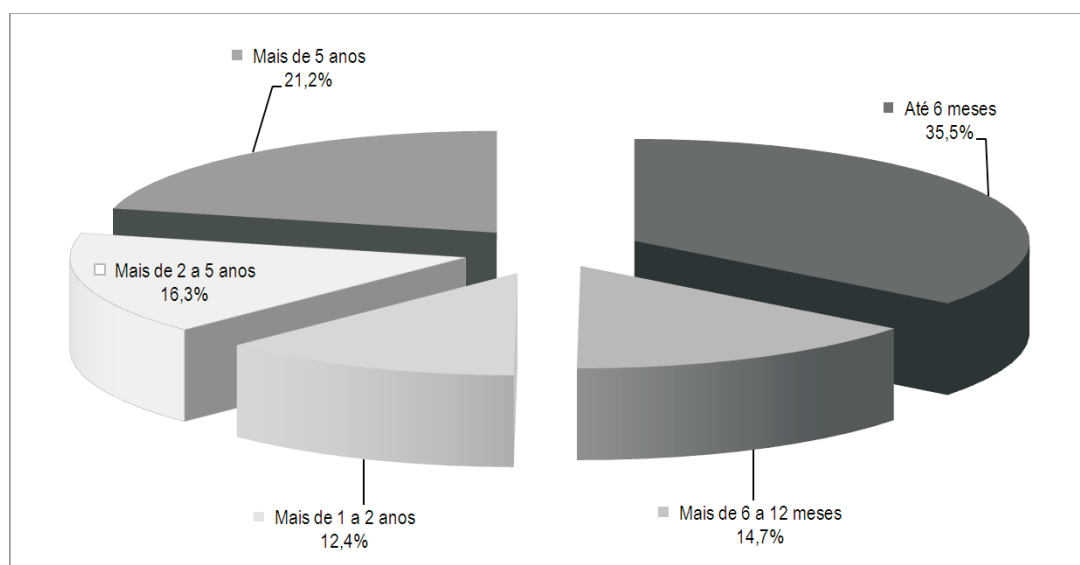
(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Fato é que, no mercado de trabalho nacional, as mulheres sujeitam-se a condições e contratos de trabalho mais precarizados do que os homens. Dentre as mulheres ocupadas na RMF, 50,5% são assalariadas, 28,9% trabalham com carteira assinada, somente 2% são empregadoras, 18,3% são empregadas domésticas e 2,4% são trabalhadoras familiares. Nesse contexto, comparativamente aos homens, elas detêm maiores proporções de trabalhadoras domésticas e familiares e menores participações de assalariadas, assalariadas com carteira assinada e empregadoras.

Os números da PED/RMF estão a comprovar que esta precarização é ainda mais robusta entre as empregadas domésticas. Para cada empregada mensalista com carteira assinada na RMF, há 4,5 sem carteira e, independente da forma de inserção no emprego doméstico, é mantida a representação de 78,1% de profissionais negras. Dentre as diaristas, praticamente inexistente o registro em carteira ou contribuição para a Previdência Social. Nesse aspecto, somente 16,2% das domésticas eram contribuintes da Previdência Social, em 2009, o que demonstra a necessidade de implementar campanhas para a formalização dos contratos de trabalho, enfatizando as vantagens para empregados e empregadores², assim como para disseminar na sociedade os direitos das trabalhadoras domésticas.

² Outra mudança significativa para incrementar a formalização dos vínculos dos empregados domésticos foi a dedução no Imposto de Renda Pessoa Física de 12% do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Esta dedução é garantida sobre o valor do recolhimento referente a um salário-mínimo mensal de um doméstico, incluído a parcela de 13º e 1/3 de férias, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, em [www.mte.gov.br/Trabalho Doméstico](http://www.mte.gov.br/Trabalho%20Doméstico).

No que se refere à estabilidade no emprego, o tempo médio de permanência no trabalho das domésticas é de 47 meses (46 meses entre as negras e 49 meses, não-negras), metade delas permanece no emprego por, no mínimo, um ano e 21,2%, por mais de cinco anos, um indicativo de que esta categoria não tem como característica uma rotatividade elevada, independente da raça/cor. Assim sendo, há outras explicações para o elevado nível de informalização experimentada pela categoria que não a rotatividade de mão de obra, tais quais: a necessidade premente do emprego, a complementação da renda familiar, a incapacidade de fazer valer seus direitos como profissional, o desconhecimento desses direitos pela própria profissional, a falta de conscientização/conhecimento da legislação por parte dos empregadores, dentre outros.



**Gráfico 2 - Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, segundo o Tempo de Permanência no Trabalho
Região Metropolitana de Fortaleza - 2009**

Fonte: Convênio IDT/Sine-Ce, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

Embora semelhante às jornadas médias das mulheres que trabalham na indústria e no comércio, a jornada de trabalho nos serviços domésticos é mais longa do que a observada para o contingente de mulheres ocupadas. Enquanto as mulheres têm uma jornada média de 41 horas por semana, as domésticas trabalham 44 horas. Essa jornada mais extensa de trabalho ocorre tanto com as domésticas negras (44 horas) quanto com as não-negras (45 horas). Assim, a jornada de trabalho das domésticas (44 horas) equivale à jornada média dos ocupados (44 horas) e é mais extensa do que a registrada para o universo das mulheres trabalhadoras (41 horas), notadamente para as que residem no local de trabalho, que integram 13,4% das mensalistas, quase todas sem registro em carteira (Tabela 4).

Outra constatação é que as domésticas mais jovens tendem a ter jornadas médias mais longas. As empregadas de 18 a 24 anos trabalham, em média, 49 horas semanais, enquanto a jornada semanal das profissionais de 50 a 59 anos é estimada em 42 horas. Complementarmente, as jornadas mais extensas verificam-se também entre as mensalistas com carteira assinada (53 horas), um indicativo de que a formalização dos contratos de trabalho parece estar associada a jornadas mais extensas. Por sua vez, a jornada média semanal das diaristas (22 horas) equivale a 44% da jornada média das mensalistas (50 horas), possivelmente em decorrência do menor número de dias trabalhados por semana.

Tabela 4

Horas Semanais Médias Trabalhadas⁽¹⁾ pelas Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo Atributos Pessoais e Posição na Ocupação - Região Metropolitana de Fortaleza - 2009

Atributos Pessoais	Total	Negras	Não-negras
Empregadas Domésticas	44	44	45
Faixa Etária			
10 a 17 Anos	- (2)	- (2)	- (2)
18 a 24 Anos	49	49	- (2)
25 a 39 Anos	44	44	44
40 a 49 Anos	43	43	43
50 a 59 Anos	42	40	- (2)
60 Anos e Mais	- (2)	- (2)	- (2)
Posição no Domicílio			
Chefes	41	40	41
Cônjuges	40	40	40
Filhas	44	43	- (2)
Outras	55	54	- (2)
Escolaridade			
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	43	43	44
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	45	45	- (2)
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	45	46	45
Ensino Superior Completo	- (2)	- (2)	- (2)
Posição na Ocupação			
Empregadas Domésticas Mensalistas	50	50	51
Com Carteira de Trabalho Assinada	53	53	- (2)
Sem Carteira de Trabalho Assinada	49	49	51
Empregadas Domésticas Diaristas	22	22	- (2)

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT.

(1) Exclusiva as que não trabalharam na semana.

(2) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Rendimento Médio Real das Domésticas

Em 2009, o rendimento real médio das mulheres ocupadas foi estimado em R\$ 645, com os maiores rendimentos detidos pelas não-negras (R\$ 812), enquanto o rendimento médio das negras foi de R\$ 563, equiparável a 69,3% do rendimento médio das não-negras. Nos serviços domésticos prevalecem níveis médios de rendimento bem menores: total (R\$ 323), negras (R\$ 322) e não-negras (R\$ 328), ou seja, as domésticas ganham o equivalente à metade do rendimento médio real das mulheres ocupadas, não havendo distinção de raça/cor, o que demonstra o grau de discriminação a que está sujeita a categoria.

De fato, nos serviços domésticos, praticamente não há diferença de remuneração entre negras e não-negras, ao contrário do que ocorre nos demais setores, em que as não-negras percebem maiores rendimentos, certamente devido ao baixo nível de remuneração do trabalho doméstico na RMF, conforme já explicitado. Comparativamente aos outros setores, é nos serviços domésticos onde a mulher trabalhadora é pior remunerada. No âmbito dos ocupados, o rendimento real médio horário das mulheres é estimado em R\$ 3,68, senda na indústria, R\$ 2,92, no comércio, R\$ 2,93 e nos serviços, R\$ 5,36, ou seja, o rendimento médio horário das domésticas (R\$ 1,72) está um pouco acima da metade do nível de remuneração observado na indústria e comércio e é quase 1/3 do constatado nos serviços³.

³ As diversas formas de discriminação – especialmente as de gênero e raça – estão associadas aos fenômenos de exclusão social que dão origem e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidade e pela criação de barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza. Esta lógica se reflete no mercado de trabalho, no qual as mulheres, especialmente as mulheres negras, vivenciam as situações mais desfavoráveis. (ORGANIZAÇÃO, 2008).

A exemplo do que ocorre em outras categorias, o rendimento real médio das empregadas domésticas cresce com a idade e a escolaridade, independente de ser mensal ou horário. Enquanto as domésticas de 18 a 24 anos percebem, em média, R\$ 291 por mês, as de 40 a 49 anos, R\$ 336, ou seja, 15,5% a mais. Se as empregadas analfabetas ou com ensino fundamental incompleto têm um remuneração média mensal de R\$ 310, aquelas com instrução de nível médio completo ou superior incompleto ganham R\$ 355, um adicional de 14,5%, em média (Gráfico 3).

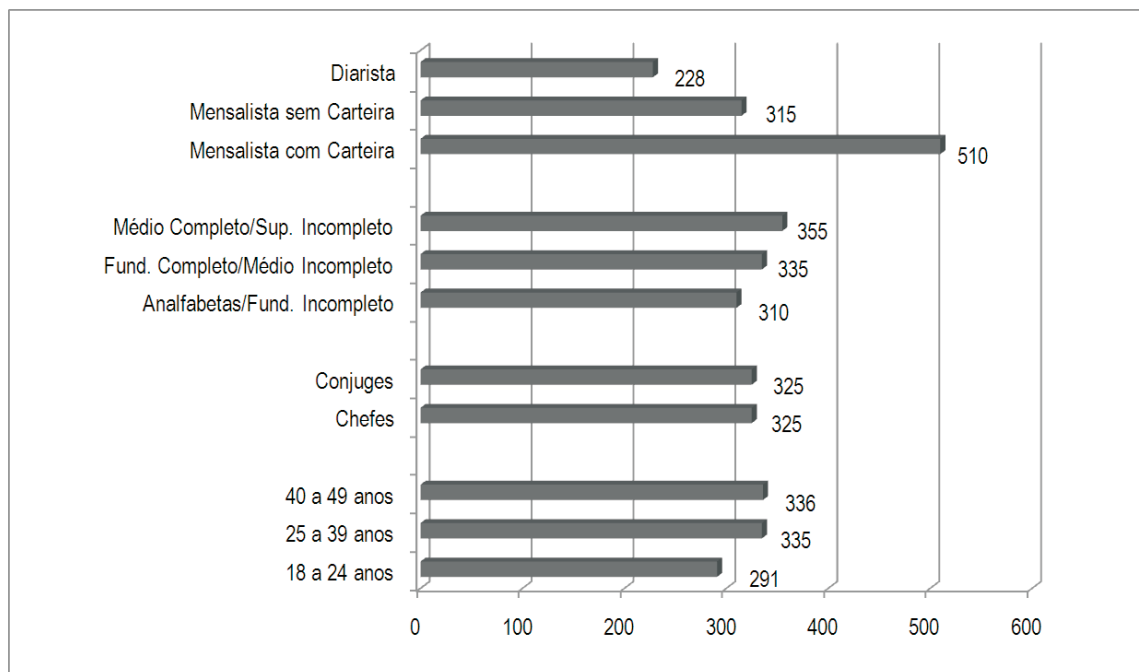


Gráfico 3 – Rendimento Médio Real Mensal das Trabalhadoras Domésticas, segundo Atributos Pessoais e Posição na Ocupação (em R\$)
Região Metropolitana de Fortaleza – 2009.

Fonte: Convênio IDT/Sine-Ce, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

Quanto à posição na ocupação, são as mensalistas com carteira assinada as melhor remuneradas (R\$ 510), com uma remuneração 61,9% superior às mensalistas sem carteira (R\$ 315) e 123,7% maior do que a das diaristas (R\$ 228), o que ilustra a heterogeneidade de remuneração a que a categoria está submetida, evidenciando um padrão de remuneração abaixo do salário-mínimo, na maioria dos casos.

Por outro lado, em termos do rendimento real médio horário, as diaristas ganham melhor (R\$ 2,42), diante das mensalistas (R\$ 1,64), quer com carteira (R\$ 2,25) ou sem carteira (R\$ 1,50). Em síntese, as diaristas ganham mais por hora e as mensalistas têm maior remuneração mensal (Tabela 5).

A título de conclusão, os resultados desse estudo vêm ratificar que o trabalho doméstico, apesar do desenvolvimento econômico e social do estado nos últimos anos, com taxas significativas de crescimento do Produto Interno Bruto, atração de empresas, robusta geração de empregos formais, etc., ainda é uma das importantes estratégias de obtenção de trabalho, principalmente para as mulheres negras, adultas, chefes de domicílio e com pouca instrução, apesar da existência de uma parcela de domésticas mais jovens e mais escolarizadas, retratando a heterogeneidade de perfis que vem se consolidando na categoria, em decorrência de “novas” ocupações que estão a exigir um perfil bastante diferente do tradicionalmente exigido.

Além do mais, persistem características muito peculiares, tais como: jornada de trabalho mais extensa, baixo nível de formalização e salários bem menores que nos demais setores econômicos, principalmente entre as mais jovens e, mesmo não havendo distinção salarial em termos de raça/cor, esta ocorre quando se consideram diversos outros aspectos, em que as mensalistas com carteira assinada e as mais instruídas ganham mais. Estas características são mais marcantes na RMF, quando comparadas às regiões metropolitanas de Recife e Salvador, por exemplo, isto é, números da PED permitem concluir que, se o trabalho doméstico apresenta inúmeros aspectos relacionados à precarização das condições de trabalho da categoria, nas diversas áreas metropolitanas do País, esta situação é ainda mais grave na RMF.

Tabela 5

Rendimento Real Médio Horário ⁽¹⁾ das Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo Atributos Pessoais e Posição na Ocupação – Região Metropolitana de Fortaleza – 2009

Em reais de novembro de 2009

Atributos Pessoais	Total	Negras	Não-Negras
Empregadas Domésticas	1,72	1,71	1,70
Faixa Etária			
10 a 17 Anos	-(2)	-(2)	-(2)
18 a 24 Anos	1,39	-(2)	-(2)
25 a 39 Anos	1,78	1,78	-(2)
40 a 49 Anos	1,83	1,81	-(2)
50 a 59 Anos	-(2)	-(2)	-(2)
60 Anos e Mais	-(2)	-(2)	-(2)
Posição no Domicílio			
Chefes	1,85	1,87	-(2)
Cônjuges	1,90	1,89	-(2)
Filhas	-(2)	-(2)	-(2)
Outras	1,55	1,59	-(2)
Escolaridade			
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	1,68	1,68	-(2)
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	1,74	1,75	-(2)
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	1,84	-(2)	-(2)
Ensino Superior Completo	-(2)	-(2)	-(2)
Posição na Ocupação			
Empregadas Domésticas Mensalistas	1,64	1,64	1,65
Com Carteira de Trabalho Assinada	2,25	-(2)	-(2)
Sem Carteira de Trabalho Assinada	1,50	1,48	-(2)
Empregadas Domésticas Diaristas	2,42	2,44	-(2)

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT.

Nota: Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

(1) Inflator utilizado: INPC-RMF do IBGE.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Trabalho doméstico**. Disponível em: < www.mte.gov.br/TrabalhoDomestico. Acesso em: 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil**. Brasília, 2008.

O TRABALHO DOMÉSTICO NO DISTRITO FEDERAL

O trabalho doméstico é exercido predominantemente por mulheres (no Distrito Federal, do total de ocupados que exercem alguma atividade como trabalhador doméstico, 95% são do sexo feminino). Esta é, portanto, uma atividade histórica e culturalmente ligada às habilidades consideradas femininas. Mais reconhecida pela execução de serviços gerais em um domicílio privado, também é o termo usado para cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros. Dado o seu caráter não-econômico, sem finalidade lucrativa, em que o empregador é uma pessoa física e não jurídica, a legislação que regula a profissão é bastante específica, limitando os direitos trabalhistas destas profissionais, em comparação aos de outras ocupações.

O conceito de empregado doméstico foi formalizado, com atribuição de direitos baseados em lei de 1972 e ampliados pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, por lei de 2006, de forma a garantir piso salarial, irredutibilidade de salário, férias de trinta dias, estabilidade para gestantes e folga em feriados civis e religiosos, entre outros.¹

No entanto, o direito básico de ter a carteira de trabalho assinada ainda não é devidamente respeitado, uma vez que uma parcela expressiva das trabalhadoras domésticas mensalistas no DF ainda não possui registro em carteira. As relações peculiares entre empregado e

¹ Ver Trabalho Doméstico em <www.mte.gov.br> do Ministério do Trabalho e Emprego.

empregador exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir, minimamente, proteção a estas trabalhadoras.²

Os Serviços Domésticos no Distrito Federal perderam importância na estrutura setorial entre as mulheres ocupadas nos últimos anos, mas ainda representavam a segunda forma mais comum de inserção das mulheres no mercado de trabalho, atrás apenas do setor de Serviços. Dada essa característica, optou-se por considerar apenas o contingente feminino neste estudo, em que se apresentam alguns aspectos do trabalho doméstico (tipo de contratação, tempo de permanência no trabalho, número de horas trabalhadas na semana, contribuição à Previdência Social e rendimentos) e algumas características de suas ocupantes (faixa etária, posição no domicílio e escolaridade), além de destacar as diferenças mais relevantes entre domésticas negras e não-negras.³

Sua análise indica a relativa precariedade dessa profissão e pode subsidiar o atual debate legislativo sobre a garantia dos direitos trabalhistas e de proteção social às empregadas domésticas, como parte de um segmento populacional cujo trabalho costuma ser um importante indutor de redução da pobreza. Desse modo, pretende-se oferecer um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade e chamar atenção para sua importância e problemas mais evidentes. Para tanto, utilizaram-se informações dos anos de 2000 e 2009 da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada no Distrito Federal pelo Dieese, Fundação Seade e Secretaria de Estado de Trabalho – SETRAB/GDF.

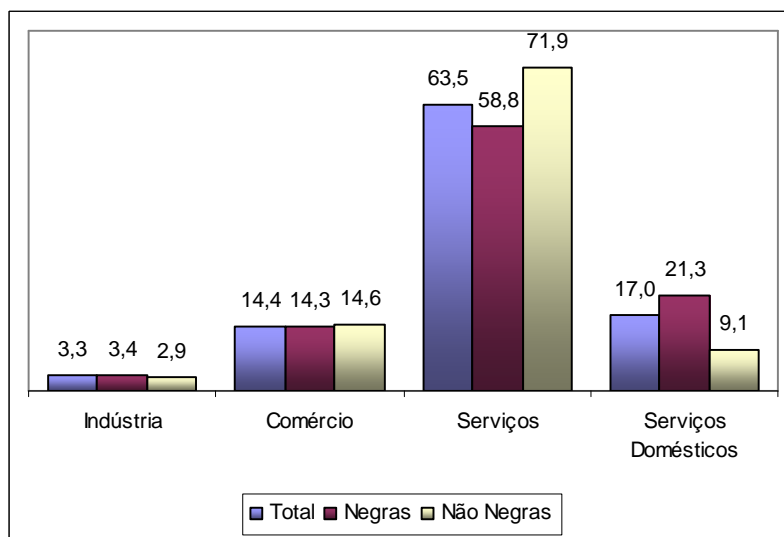
² Ver *Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil* – OIT escritório no Brasil, em <www.oitbrasil.org.br>.

³ O grupo de negras refere-se às mulheres negras e pardas e o de não-negras corresponde às brancas e amarelas.

Mulheres negras predominam no trabalho doméstico

As mulheres ocupam 47,6% do total de postos de trabalho existentes no Distrito Federal. Os Serviços respondem por um pouco menos do que 2/3 do contingente de trabalhadoras (63,5%), seguidos, à distância, pelos Serviços Domésticos (17,0%), Comércio (14,4%) e Indústria (3,3%) (Gráfico 1).

Gráfico 1
Distribuição das Mulheres Ocupadas, por Setor de
Atividade, segundo Raça/Cor
Distrito Federal
2009



Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

Do ponto de vista da raça/cor, o Gráfico 1 demonstra que, em 2009, havia maior equilíbrio da participação entre negras e não-negras na Indústria e no Comércio, enquanto sobressai a proporção de não-negras nos Serviços e de negras nos Serviços Domésticos.

Essa característica peculiar nos Serviços Domésticos também pode ser constatada ao se observar a Tabela 1: do total de mulheres ocupadas em 2009, 64,5% eram negras e 35,5% não-negras; tal distribuição assemelha-se entre as ocupadas na Indústria, no Comércio e nos Serviços, enquanto nos Serviços Domésticos havia uma sobre-representação de mulheres negras (81,0%). Importante notar que, entre 2000 e 2009, permaneceu praticamente inalterada a sobre-representação das trabalhadoras negras nos serviços domésticos.

Tabela 1
Distribuição das Mulheres Ocupadas, por Raça/Cor, segundo Setor de Atividade
Distrito Federal
2000-2009

Setor de Atividade	Em percentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não Negras	Total	Negras	Não Negras
Total	100,0	57,6	42,4	100,0	64,5	35,5
Indústria	100,0	56,3	(1)	100,0	68,0	32,0
Comércio	100,0	56,5	43,5	100,0	63,9	36,1
Serviços	100,0	53,6	46,4	100,0	59,8	40,2
Construção Civil	100,0	(1)	(1)	100,0	(1)	(1)
Serviços Domésticos	100,0	70,5	29,5	100,0	81,0	19,0
Outros	100,0	(1)	(1)	100,0	77,1	(1)

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Mulheres adultas e com baixa escolaridade compõem o perfil das domésticas

Em relação ao perfil das domésticas, as informações confirmam a tendência de aumento da proporção de mulheres adultas exercendo tais atividades: o maior contingente (44,7%) está na faixa etária de 25 a 39 anos, com clara predominância das trabalhadoras negras em relação a não-negras (36,6% e 8,1%, respectivamente). Seguem-se, em importância, os grupos de idade de 40 a 49 anos (26,7%) e de 18 a 24 anos (14,4%). Na comparação com 2000, observa-se aumento dos percentuais das faixas etárias mais elevadas e, portanto, maior concentração de trabalhadoras nestas faixas (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo Faixa Etária
Distrito Federal
2000-2009

Faixa Etária	Em percentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não Negras	Total	Negras	Não Negras
Total	100,0	70,5	29,5	100,0	81,0	19,0
10 a 17 Anos	6,9	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
18 a 24 Anos	31,7	21,3	10,4	14,4	12,1	(1)
25 a 39 Anos	41,5	29,8	11,7	44,7	36,6	8,1
40 a 49 Anos	13,9	10,2	(1)	26,7	21,1	5,5
50 a 59 Anos	(1)	(1)	(1)	10,7	8,4	(1)
60 Anos e Mais	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O trabalho doméstico não tem sido uma opção relevante para as jovens se inserirem no mercado de trabalho: entre 2000 e 2009, a participação das trabalhadoras domésticas de 18 a 24 anos diminuiu de 31,7% para 14,4% e a de filhas, de 7,5% para 5,7% (Tabela 4). Seja porque as jovens têm maior nível de escolaridade e preferem buscar outras alternativas de ocupação, com maiores chances de progresso e *status* profissional, seja por exigências das famílias empregadoras que preferem pessoas mais experientes, o fato é que o trabalho doméstico tem absorvido crescentemente mulheres adultas em faixas etárias mais elevadas, com maiores responsabilidades na condução de suas próprias famílias.

As informações sobre a escolaridade das domésticas (Tabela 3) podem ajudar na explicação dessa tendência. A maioria delas não chegou a concluir o ensino fundamental (50,8%) e 24,6% não completaram o ensino médio. Ou seja, esse tipo de ocupação, por não exigir níveis de instrução elevados, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

Tabela 3
Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo Nível de
Escolaridade
Distrito Federal
2000-2009

Escolaridade	Em percentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não Negras	Total	Negras	Não Negras
Total	100,0	70,5	29,5	100,0	81,0	19,0
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	71,7	51,6	20,1	50,8	41,1	9,7
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	20,5	13,8	6,7	24,6	19,8	(1)
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	7,8	(1)	(1)	24,4	19,9	(1)
Ensino Superior Completo	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Note-se, porém, que não é desprezível a participação de trabalhadoras com ensino médio completo ou superior incompleto (24,4%). Tal resultado expressa, além da melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes, uma importante diferenciação das ocupações inseridas nos serviços domésticos, como as de babás e acompanhantes de idosos (estas com tendência de crescimento diante do envelhecimento da população, da diminuição do tamanho das famílias e da maior inserção feminina no mercado de trabalho), além de outras relacionadas à prestação de serviços de saúde no domicílio, que requerem maior qualificação e escolaridade.

Coerentemente com a distribuição etária, as informações sobre a composição das domésticas por posição no domicílio (Tabela 4) mostram a predominância de cônjuges (40,0%) e de chefes de domicílio (27,2%), independentemente de sua raça/cor. A forte presença de chefes reforça a necessidade de se investir em ações que beneficiem e amparem este segmento, formado por considerável número de mulheres cujo rendimento do trabalho representa a única ou, pelo menos, a principal fonte de renda para o sustento da família.

Tabela 4
Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo
Posição no Domicílio
Distrito Federal
2000-2009

Posição no Domicílio	Em percentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não Negras	Total	Negras	Não Negras
Total	100,0	70,5	29,5	100,0	81,0	19,0
Chefes	17,8	13,0	(1)	27,2	21,3	5,8
Cônjuges	26,0	18,3	7,7	40,0	32,1	7,9
Filhas	7,5	(1)	(1)	5,7	(1)	(1)
Outras	48,7	33,6	15,1	27,1	22,6	(1)

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Menos da metade das mensalistas tem carteira de trabalho assinada

A Tabela 5 mostra que, em 2009, 73,5% das domésticas eram mensalistas (59,7% negras e 13,7% não-negras) e 26,5% diaristas (das quais 21,2% eram negras). As mensalistas com carteira assinada representavam 43,6% do total de domésticas, percentual bem abaixo do observado no mercado de trabalho em geral, em que predomina o assalariamento com carteira assinada, ainda que, nos Serviços Domésticos, tenha apresentado um expressivo crescimento em relação a 2000, quando era 31,3%. Tal comportamento está relacionado ao movimento mais de geral de formalização do mercado de trabalho brasileiro verificado no período e, subsidiariamente, ao incentivo (não suficiente) à formalização do contrato de trabalho pela dedução, para os empregadores, do gasto com a Previdência Social no imposto de renda.

Entre as diaristas é ainda menos frequente a prática do registro na carteira de trabalho ou de contribuição ao INSS. Como resultado, apenas 46,0% do total das trabalhadoras nos Serviços Domésticos eram contribuintes da Previdência Social em 2009.

Tabela 5
Distribuição das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo Posição na
Ocupação
Distrito Federal
2000-2009

Posição na Ocupação	Em percentagem					
	2000			2009		
	Total	Negras	Não Negras	Total	Negras	Não Negras
Total	100,0	70,5	29,5	100,0	81,0	19,0
Empregadas Domésticas Mensalistas	85,5	59,6	25,9	73,5	59,7	13,7
Com Carteira de Trabalho Assinada	31,3	21,8	9,4	43,6	36,2	7,4
Sem Carteira de Trabalho Assinada	54,2	37,7	16,5	29,8	23,5	6,3
Empregadas Domésticas Diaristas	14,5	11,0	(1)	26,5	21,2	(1)

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Como o registro em carteira envolve importantes proteções sociais e, particularmente, os benefícios previdenciários, a exclusão de parte expressiva de trabalhadoras domésticas do acesso a esses benefícios deve ser objeto de preocupação da sociedade e de ação da administração pública, ao menos na implementação e/ou intensificação de campanhas no intuito de incentivar e levar ao conhecimento de empregados e empregadores as vantagens, para ambos, de um contrato formalizado.

Essa situação de baixa formalização certamente não se explica pela alta rotatividade que possa existir nesses postos de trabalho, não apenas porque o registro em carteira deveria ser feito a partir do primeiro mês de trabalho, mas também porque não se observa uma rotatividade tão intensa pela média de tempo de permanência no emprego doméstico, semelhante ao do conjunto de assalariados do setor privado no DF: quatro anos e três anos e quatros meses, respectivamente, em 2009. Por classes de tempo, 25,8% das domésticas estavam trabalhando há até seis meses no atual emprego e 24,0%, há mais de cinco anos.

Domésticas com registro em carteira têm maior jornada de trabalho

Entre as categorias analisadas, as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, independentemente de raça/cor, exercem as jornadas mais longas: 46 horas semanais, contra 42 horas para as que não possuem carteira assinada (Tabela 6). Note-se que a jornada de trabalho das empregadas domésticas mensalistas supera a dos assalariados em geral (41 horas semanais), realidade que deve ser particularmente vivenciada por aquelas trabalhadoras que residem no local de trabalho (24,7% do total de

mensalistas). Entre as domésticas diaristas, a jornada média semanal é bem menos intensa (24 horas), provavelmente como reflexo da realização do trabalho em menor quantidade de dias na semana e não, necessariamente, por menos horas trabalhadas por dia, que, supõe-se, sejam até superiores às das mensalistas.

Tabela 6
Horas Semanais Médias Trabalhadas pelas Domésticas (1), por Raça/Cor, segundo
Posição na Ocupação
Distrito Federal
2000-2009

Posição na Ocupação	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	43	42	44	39	39	39
Empregadas Domésticas Mensalistas	46	46	47	44	45	44
Com Carteira de Trabalho Assinada	48	48	49	46	46	46
Sem Carteira de Trabalho Assinada	46	46	46	42	43	41
Empregadas Domésticas Diaristas	22	21	- (2)	24	24	- (2)

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Exclusivo as que não trabalharam na semana.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Diaristas ganham mais por hora e mensalistas têm maior rendimento mensal

O rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas equivalia a R\$ 3,08, praticamente o mesmo valor para negras e não-negras (Tabela 7).

Este valor equivale a menos de 1/3 do recebido pelo total de ocupados (R\$ 10,63) e um pouco menos do que 20% do auferido por homens não-negros (R\$ 15,76). Restringindo-se a comparação ao contingente feminino, o rendimento médio por hora das domésticas apresenta diferença menos acentuada em relação ao recebido no Comércio (R\$ 4,90), corresponde a pouco mais da metade do auferido na Indústria (R\$ 5,47) e a menos de 1/4 que o das mulheres que trabalham nos Serviços (R\$ 12,55).

Talvez pelo fato de os rendimentos médios nos Serviços Domésticos serem os menores entre todos os setores analisados, é nesse segmento que se constata a menor diferença entre os rendimentos de negras e não-negras. Enquanto os rendimentos médios por hora das negras representavam 79,0% daqueles recebidos pelas não-negras no Comércio e 65,8% nos Serviços, nos Serviços Domésticos praticamente inexistiam diferenças de rendimentos entre negras e não-negras.

As diaristas recebiam, em média, R\$ 4,04 por hora, valor superior ao das mensalistas com carteira assinada (R\$ 3,06) e sem carteira assinada (R\$ 2,58) (Tabela 7). No entanto, o rendimento médio mensal das diaristas (Gráfico 2) é inferior ao das mensalistas sem carteira assinada (R\$ 464) e ao das mensalistas que possuem carteira assinada (R\$ 603), como reflexo da combinação entre o valor/hora e suas respectivas jornadas semanais de trabalho.

Tabela 7
Rendimento Médio Real por Hora (1) das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor, segundo Posição na Ocupação
Distrito Federal
2000-2009

Posição na Ocupação	Em reais de novembro de 2009					
	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	2,20	2,23	2,20	3,08	3,08	3,07
Empregadas Domésticas Mensalistas	2,10	2,09	2,08	2,92	2,86	2,89
Com Carteira de Trabalho Assinada	2,40	2,41	(2)	3,06	3,07	(2)
Sem Carteira de Trabalho Assinada	1,84	1,82	1,89	2,58	2,52	(2)
Empregadas Domésticas Diaristas	3,73	3,78	(2)	4,04	3,98	(2)

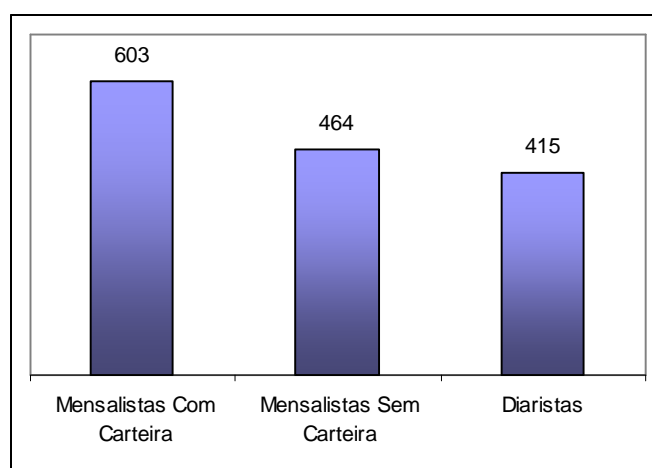
Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

Nota: Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

(1) Inflator utilizado: INPC-DF do IBGE.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Gráfico 2
Rendimento Médio Real Mensal ⁽¹⁾ das Trabalhadoras Domésticas, segundo Posição na Ocupação
Distrito Federal
2009



Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inflator utilizado: INPC-DF do IBGE.

Entre 2000 e 2009, os rendimentos médios mensais das trabalhadoras domésticas evoluíram, em termos reais, de R\$ 404 para R\$ 514, o que representa um crescimento de 27,2%. O crescimento do rendimento médio real ocorreu tanto para as empregadas domésticas mensalistas, quanto para as diaristas. Tal aumento está vinculado, principalmente, à valorização do salário mínimo e ao aumento da massa de rendimentos das famílias empregadoras, para as diaristas (Tabela 8).

Tabela 8
Rendimento Médio Real Mensal ⁽¹⁾ das Trabalhadoras Domésticas, por Raça/Cor,
segundo Posição na Ocupação
Distrito Federal
2000-2009

Posição na Ocupação	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	404	400	414	514	514	512
Empregadas Domésticas Mensalistas	414	412	419	550	551	544
Com Carteira de Trabalho Assinada	494	495	(2)	603	605	(2)
Sem Carteira de Trabalho Assinada	363	358	373	464	463	(2)
Empregadas Domésticas Diaristas	351	340	(2)	415	409	(2)

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inflator utilizado: INPC-DF do IBGE.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

As informações apresentadas mostram que o trabalho doméstico mantém-se como alternativa importante de inserção no mercado de trabalho, sobretudo para mulheres adultas, negras e com baixa escolaridade. Além disso, é provável que uma diferenciação interna a esse segmento se consolide nos próximos anos, com o que se ampliam os requisitos de contratação, particularmente as exigências de escolaridade e qualificação profissional em alguns de seus nichos ocupacionais, principalmente aqueles relacionados ao processo de envelhecimento populacional.

Ao mesmo tempo em que se observam essas novas características do emprego doméstico, velhos problemas ainda persistem, como a elevada proporção de pessoas sem carteira de trabalho assinada e as extensas jornadas de trabalho, aliadas, com frequência, às baixas remunerações.

O emprego doméstico, da forma em que se organiza no Brasil e no DF, reflete e, simultaneamente, contribui para a elevada concentração de renda que caracteriza nossa

sociedade. A desvalorização desse tipo de atividade – evidenciada não apenas pela baixa remuneração, como também pela baixa proteção da legislação – reforça ainda mais as desigualdades sociais presentes no Brasil.

<p>SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO – SETRAB GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SCN Quadra 01 Bloco D Galeria Oeste Brasília – DF Fone: 61 – 3226-4458</p>	<p>PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED SCS Quadra 01 Bloco K Edifício DENASA Sala 903/904 Brasília – DF Fone: 61 – 3322-7045 E-mail: peddf@dieese.org.br</p>	<p>DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS - DIEESE Escritório Regional do Distrito Federal EQS 314/15 Sindicato dos Bancários 1º Andar Brasília – DF Fone: 61 – 3345-8855 E-mail: erdf@dieese.org.br</p>
---	---	---

O trabalho doméstico é exercido predominantemente por mulheres. Esta é, portanto, uma atividade histórica e culturalmente ligada às habilidades consideradas femininas. Mais reconhecida pela execução de serviços gerais em um domicílio privado, também é o termo usado para cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros. Dado o seu caráter sem finalidade lucrativa, em que o empregador é uma pessoa física e não jurídica, a legislação que regula a profissão é bastante específica, limitando os direitos trabalhistas destas profissionais, em comparação aos de outras ocupações.

O conceito de empregado doméstico foi formalizado, com atribuição de direitos baseados em lei de 1972 e ampliados pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, por lei de 2006, de forma a garantir piso salarial, irredutibilidade de salário, férias de trinta dias, estabilidade para gestantes e folga em feriados civis e religiosos, entre outros.¹

No entanto, o direito básico de ter a carteira de trabalho assinada ainda não é devidamente respeitado, uma vez que, do total de trabalhadoras domésticas, apenas cerca de metade tem registro em carteira. As relações peculiares entre empregado e empregador exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir proteção a estas trabalhadoras.²

¹ Ver Trabalho Doméstico em <www.mte.gov.br> do Ministério do Trabalho e Emprego.

² Ver *Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil* – OIT escritório no Brasil, em <www.oitbrasil.org.br>.

Os Serviços Domésticos na Região Metropolitana de Belo Horizonte perderam importância na estrutura setorial entre as mulheres ocupadas nos últimos anos, mas ainda respondiam por 15,2% do total da ocupação feminina em 2009, superados apenas pelo setor Serviços. Este é o único segmento em que os homens não são maioria: 95,6% de seus postos de trabalho são ocupados por mulheres, principalmente negras. Dada essa característica, optou-se por considerar apenas o contingente feminino neste estudo, em que se apresentam alguns aspectos do trabalho doméstico (tipo de contratação, tempo de permanência no trabalho, número de horas trabalhadas na semana, contribuição à Previdência Social e rendimentos) e algumas características de suas ocupantes (faixa etária, posição no domicílio e escolaridade), além de destacar as diferenças mais relevantes entre domésticas negras e não-negras.³

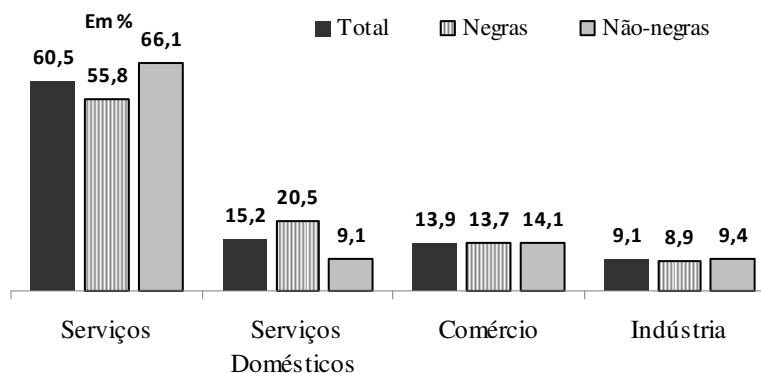
Sua análise indica a relativa precariedade dessa profissão e pode subsidiar o atual debate legislativo sobre a garantia dos direitos trabalhistas e de proteção social às empregadas domésticas, como parte de um segmento populacional cujo trabalho costuma ser um importante indutor de redução da pobreza. Desse modo, pretende-se oferecer um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade e chamar atenção para sua importância e problemas mais evidentes. Para tanto, utilizaram-se informações de 2000 e 2009 da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte pela Fundação Seade, Dieese, Secretária do Estado de Desenvolvimento Social – Sedese e Fundação João Pinheiro.

Mulheres negras predominam no trabalho doméstico

As mulheres ocupam 45,5% do total de postos de trabalho existentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os Serviços respondem por mais da metade do contingente de trabalhadoras (60,5%), seguidos, à distância, pelos Serviços Domésticos (15,2%), Comércio (13,9%) e Indústria (9,1%) (Gráfico 1).

³ O grupo de negras refere-se às mulheres pretas e pardas e o de não-negras corresponde às brancas e amarelas.

Gráfico 1
Distribuição das Mulheres Ocupadas, por Setor de Atividade, segundo Raça/Cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
2009



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.

Do ponto de vista da raça/cor, o Gráfico 1 demonstra que, em 2009, havia maior equilíbrio da participação entre negras e não-negras na Indústria e no Comércio, enquanto sobressai a proporção de não-negras nos Serviços e de negras nos Serviços Domésticos.

Essa característica peculiar nos Serviços Domésticos também pode ser constatada ao se observar a Tabela 1: do total de mulheres ocupadas, 53,8% eram negras e 46,2% não-negras; tal distribuição assemelha-se entre as ocupadas na Indústria e no Comércio, enquanto nos Serviços Domésticos havia uma sobre-representação de mulheres negras (72,4%) e nos Serviços essa sobre-representação era de mulheres não-negras (50,5%).

Tabela 1

**Distribuição das Mulheres Ocupadas, por Raça/Cor, segundo Setor de Atividade
Região Metropolitana de Belo Horizonte
2000-2009**

Em porcentagem

Setor de Atividade	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negros	Não-Negros	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	51,7	48,3	100,0	53,7	46,3
Indústria	100,0	46,0	54,0	100,0	52,4	47,6
Comércio	100,0	45,2	54,8	100,0	53,1	46,9
Serviços	100,0	47,9	52,1	100,0	49,5	50,5
Construção Civil	100,0	(1)	(1)	100,0	(1)	(1)
Serviços Domésticos	100,0	68,3	31,7	100,0	72,4	27,6
Outros	100,0	(1)	(1)	100,0	(1)	(1)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Mulheres adultas e com baixa escolaridade compõem o perfil das domésticas

Em relação ao perfil das domésticas, as informações confirmam a tendência de aumento da proporção de mulheres adultas exercendo tais atividades: o maior contingente (34,9%) está na faixa etária de 25 a 39 anos, com distinção entre negras e não-negras (26,0% e 9,0%, respectivamente). Seguem-se, em importância, os grupos de idade de 40 a 49 anos (30,4%) e de 50 a 59 anos (19,3%). Na comparação com 2000, observa-se aumento destes percentuais e, portanto, maior concentração de trabalhadoras nestas faixas (Tabela 2).

Tabela 2

**Distribuição das Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo Faixa Etária
Região Metropolitana de Belo Horizonte
2000-2009**

Em porcentagem

Faixa Etária	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	68,3	31,7	100,0	72,4	27,6
10 a 17 Anos	6,6	4,8	(1)	(1)	(1)	(1)
18 a 24 Anos	24,8	17,4	7,4	7,9	5,5	(1)
25 a 39 Anos	37,0	25,6	11,4	34,9	26,0	9,0
40 a 49 Anos	19,9	13,2	6,7	30,4	21,4	9,0
50 a 59 Anos	8,9	5,5	(1)	19,3	14,2	5,1
60 Anos e Mais	(1)	(1)	(1)	5,4	(1)	(1)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O trabalho doméstico não tem sido uma opção relevante para as jovens se inserirem no mercado de trabalho: entre 2000 e 2009, a participação das trabalhadoras domésticas de 18 a 24 anos diminuiu de 24,8% para 7,9% e a de filhas, de 20,6% para 11,1% (Tabela 4). Seja porque as jovens têm maior nível de escolaridade e preferem buscar outras alternativas de ocupação, com maiores chances de progresso e *status* profissional, seja por exigências das famílias empregadoras que preferem pessoas mais experientes, o fato é que o trabalho doméstico tem absorvido crescentemente mulheres adultas em faixas etárias mais elevadas, com maiores responsabilidades na condução de suas próprias famílias.

As informações sobre a escolaridade das domésticas (Tabela 3) podem ajudar na explicação dessa tendência. A maioria delas não chegou a concluir o ensino fundamental (62,3%) e 20,1% não completaram o ensino médio. Ou seja, esse tipo de ocupação, por não exigir níveis de instrução elevados, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

Tabela 3
Distribuição das Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo Nível de Escolaridade
Região Metropolitana de Belo Horizonte
2000-2009

Escolaridade	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	68,3	31,7	100,0	72,4	27,6
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	76,9	52,9	24,1	62,3	46,4	15,9
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	16,9	10,9	6,0	20,1	13,7	6,3
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	5,9	4,3	(1)	17,5	12,2	5,2
Ensino Superior Completo	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.
1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Note-se, porém, que não é desprezível a participação de trabalhadoras com ensino médio completo ou superior incompleto. Tal resultado expressa, além da melhora do nível de

escolaridade da população nos anos recentes, uma importante diferenciação das ocupações inseridas nos serviços domésticos, como as de babás e acompanhantes de idosos (estas com tendência de crescimento diante do envelhecimento da população, da diminuição do tamanho das famílias e da maior inserção feminina no mercado de trabalho), além de outras relacionadas à prestação de serviços de saúde no domicílio, que requerem maior qualificação e escolaridade. Estas ocupações, no total de trabalhadores domésticos, aumentaram de 5,9%, no ano 2000, para 17,5%, em 2009.

Coerentemente com a distribuição etária, as informações sobre a composição das domésticas por posição no domicílio (Tabela 4) mostram a predominância de cônjuges (42,5%) e de chefes de domicílio (32,2%), independentemente de sua raça/cor. A forte presença de chefes reforça a necessidade de se investir em ações que beneficiem e amparem este segmento, formado por considerável número de mulheres cujo rendimento do trabalho representa a única ou, pelo menos, a principal fonte de renda para o sustento da família.

Tabela 4
Distribuição das Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo Posição no Domicílio
Região Metropolitana de Belo Horizonte
2000-2009

Posição no Domicílio	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	68,3	31,7	100,0	72,4	27,6
Chefes	19,1	13,1	5,9	32,2	23,1	9,1
Cônjuges	36,5	24,2	12,3	42,5	31,0	11,5
Filhas	20,6	13,8	6,8	11,1	8,7	(1)
Outras	23,8	17,1	6,7	14,2	9,6	(1)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Menos de 2/3 das mensalistas tem carteira de trabalho assinada

A Tabela 5 mostra que, em 2009, 67,6% das domésticas eram mensalistas (49,2 % negras e 18,4% não-negras) e 32,4% diaristas (23,2% negras e 9,2% não-negras). As mensalistas com carteira assinada representavam 42,6% do total de domésticas, porcentual bem abaixo do observado no mercado de trabalho em geral, em que predomina o assalariamento com

carteira assinada, nos Serviços Domésticos, foi apresentada relativa estabilidade em relação a 2000, quando era 42,4%.

Entre as diaristas é ainda menos frequente a prática do registro na carteira de trabalho ou de contribuição ao INSS. Como resultado, apenas 49,9% do total das trabalhadoras nos Serviços Domésticos eram contribuintes da Previdência Social em 2009.

Tabela 5
Distribuição das Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Belo Horizonte
2000-2009

Posição na Ocupação	Em porcentagem					
	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	100,0	68,3	31,7	100,0	72,4	27,6
Empregadas Domésticas Mensalistas	81,4	56,1	25,3	67,6	49,2	18,4
Com Carteira de Trabalho Assinada	42,4	30,0	12,4	42,6	31,5	11,1
Sem Carteira de Trabalho Assinada	39,0	26,1	12,9	25,0	17,7	7,3
Empregadas Domésticas Diaristas	18,6	12,2	6,4	32,4	23,2	9,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

Como o registro em carteira envolve importantes proteções sociais e, particularmente, os benefícios previdenciários, a exclusão de parte expressiva de trabalhadoras domésticas do acesso a esses benefícios deve ser objeto de preocupação da sociedade e de ação da administração pública, ao menos na implementação e/ou intensificação de campanhas no intuito de incentivar e levar ao conhecimento de empregados e empregadores as vantagens, para ambos, de um contrato formalizado.

Essa situação de baixa formalização certamente não se explica pela alta rotatividade que possa existir nesses postos de trabalho, não apenas porque o registro em carteira deveria ser feito a partir do primeiro mês de trabalho, mas também porque não se observa uma rotatividade tão intensa pela média de tempo de permanência no emprego doméstico, semelhante ao do conjunto de assalariados na RMBH: cinco anos e quatro meses e de cinco anos e cinco meses, respectivamente, em 2009. Por classes de tempo, 21,8% das domésticas estavam trabalhando há até seis meses no atual emprego e 29,6%, há mais de cinco anos.

Domésticas com registro em carteira têm maior jornada de trabalho

Entre as categorias analisadas, as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, independentemente de raça/cor, exercem as jornadas mais longas: 44 horas semanais, contra 40 horas para as que não possuem carteira assinada (Tabela 6). A jornada de trabalho das primeiras supera a dos ocupados em geral (40 horas semanais), realidade que deve ser particularmente vivenciada por aquelas trabalhadoras que residem no local de trabalho (9,3% do total de mensalistas). Entre as domésticas diaristas, a jornada média semanal é bem menos intensa (24 horas), provavelmente como reflexo da realização do trabalho em menor quantidade de dias na semana e não, necessariamente, por menos horas trabalhadas por dia, que, supõe-se, sejam até superiores às das mensalistas.

Tabela 6
Horas Semanais Médias Trabalhadas pelas Domésticas (1), por Raça/Cor, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Belo Horizonte
2000-2009

Posição na Ocupação	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	41	41	41	36	36	37
Empregadas Domésticas Mensalistas	45	45	46	42	42	43
Com Carteira de Trabalho Assinada	47	47	48	44	44	44
Sem Carteira de Trabalho Assinada	43	43	43	40	39	41
Empregadas Domésticas Diaristas	22	22	22	24	24	24

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG
(1) Exclusive as que não trabalharam na semana.

Diaristas ganham mais por hora e mensalistas têm maior rendimento mensal

O rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas equivalia a R\$ 3,04, praticamente o mesmo valor para negras e não-negras (Tabela 7).

Este valor equivale a menos da metade do recebido pelo total de ocupados (R\$ 7,19) e menos de um terço do auferido por homens não-negros (R\$ 10,22). Restringindo-se a comparação ao contingente feminino, o rendimento médio por hora das domésticas apresenta diferença menos acentuada em relação ao recebido no Comércio (R\$ 4,32),

corresponde a pouco mais da metade do auferido na Indústria (R\$ 5,61) e a menos da metade que o das mulheres que trabalham nos Serviços (R\$ 7,72).

Talvez pelo fato de os rendimentos médios nos Serviços Domésticos serem os menores entre todos os setores analisados, é nesse segmento que se constata a menor diferença entre os rendimentos de negras e não-negras. Enquanto os rendimentos médios por hora das negras representavam 71,0% daqueles recebidos pelas não-negras no Comércio, 64,5% na Indústria e apenas 52,9% nos Serviços, nos Serviços Domésticos essa proporção era de 99,6%.

As diaristas recebiam, em média, R\$ 3,55 por hora, valor superior ao das mensalistas com carteira assinada (R\$ 3,04) e sem carteira assinada (R\$ 2,46) (Tabela 7). No entanto, o rendimento médio mensal das diaristas (R\$ 365) é inferior ao das mensalistas sem carteira assinada (R\$ 421) e ainda menor do que o das mensalistas que possuem carteira assinada (R\$ 572), como reflexo da combinação entre o valor/hora e suas respectivas jornadas semanais de trabalho.

Tabela 7
Rendimento Médio Real por Hora (1) das Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo
Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Belo Horizonte
2000-2009

Posição na Ocupação	Em reais de novembro de 2009					
	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	1,96	1,98	1,93	3,04	3,02	3,03
Empregadas Domésticas Mensalistas	1,83	1,84	1,77	2,89	2,84	2,95
Com Carteira de Trabalho Assinada	2,02	2,03	1,95	3,04	3,01	(2)
Sem Carteira de Trabalho Assinada	1,56	1,54	1,59	2,46	(2)	(2)
Empregadas Domésticas Diaristas	3,32	3,40	(2)	3,55	3,59	(2)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.

Nota: Exclusivo as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

(1) Inflator utilizado: IIPCA-BH do Ipead

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Na evolução dos rendimentos médios mensais das mulheres ocupadas, houve crescimento em todos os setores de atividade analisados, entre 2000 e 2009. Nos Serviços Domésticos, tal aumento (36,3%) (Tabela 8) está vinculado, principalmente, à valorização do salário

mínimo – caso das mensalistas com carteira assinada – e ao aumento da massa de rendimentos das famílias empregadoras, para as diaristas.

Tabela 8
Rendimento Médio Real Mensal (1) das Empregadas Domésticas, por Raça/Cor, segundo
Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Belo Horizonte
2000-2009

Posição na Ocupação	Ano de 2000			Ano de 2009		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	344	347	338	469	465	480
Empregadas Domésticas Mensalistas	352	354	348	520	511	542
Com Carteira de Trabalho Assinada	407	409	401	572	567	(2)
Sem Carteira de Trabalho Assinada	288	284	293	421	(2)	(2)
Empregadas Domésticas Diaristas	313	320	(2)	365	369	(2)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG
Nota: Exclusiva as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

(1) Inflator utilizado: IIPCA-BH do Ipead

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

As informações apresentadas mostram que o trabalho doméstico mantém-se como alternativa importante de inserção no mercado de trabalho, sobretudo para mulheres adultas, negras e com baixa escolaridade. Além disso, verifica-se que uma provável diferenciação interna a esse segmento vem se consolidando, com o que se ampliam os requisitos de contratação, particularmente as exigências de escolaridade e qualificação profissional em alguns de seus nichos ocupacionais.

Ao mesmo tempo em que se observam essas novas características do emprego doméstico, velhos problemas ainda persistem, como a elevada proporção de pessoas sem carteira de trabalho assinada e as extensas jornadas de trabalho, aliadas, com frequência, às baixas remunerações.

O emprego doméstico, da forma em que se organiza no Brasil e na RMBH, reflete e, simultaneamente, contribui para a elevada concentração de renda que caracteriza nossa sociedade. A desvalorização desse tipo de atividade – evidenciada não apenas pela baixa remuneração, como também pela baixa proteção da legislação – reforça ainda mais as desigualdades sociais presentes no Brasil.

<i>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL</i>	<i>FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO</i>	<i>DIEESE</i>
<p>Rua Martim de Carvalho, 94 Santo Agostinho CEP. 30190-090 Belo Horizonte - MG Fone: (31) 3348-4526 Fax: (31) 3337-7988 www.sedese.mg.gov.br sinemg@social.mg.gov.br asscom@social.mg.gov.br</p>	<p>Alameda das Acácias, 70 São Luís / Pampulha CEP. 31275-150 Belo Horizonte - MG Fone: (31) 3448-9719/ 3448-9479 Fax: (31) 3448-9486 / 3448-9480 www.fjp.mg.gov.br cei.ndi@fjp.mg.gov.br</p>	<p>Escritório Regional de MG Rua Curitiba, 1269 – 9º andar Centro - CEP. 30170-121 Belo Horizonte - MG Fone: (31) 3222-9395 Fax: (31) 3222-9787 www.dieese.org.br ermg@dieese.org.br</p>

AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NOS MERCADOS DE TRABALHO METROPOLITANOS

No Brasil, em 2008, o contingente de trabalhadores domésticos remunerados somava 6.626 mil pessoas, das quais 93,6% eram mulheres, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda hoje, é o segmento que garante a inserção ocupacional de 15,8% das mulheres que trabalham. Só é superado pelo setor de Educação, Saúde e Serviços Sociais, segmento que reúne 16,8% das ocupadas e pelo Comércio e Reparação, onde estão 16,2% das trabalhadoras.

Porém, trabalho doméstico remunerado¹ se distingue dos demais trabalhos assalariados por sua situação particular. Suas atividades se restringem quase exclusivamente ao âmbito da casa, em afazeres que historicamente estiveram ligados às habilidades consideradas femininas, tais como cozinhar, limpar, lavar, passar e cuidar de crianças. Embora seja mais reconhecido pela execução de serviços gerais em domicílio privado, o termo também se refere a cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros. Como se trata de um trabalho com características próprias, sem finalidade lucrativa, em que o empregador é uma pessoa física, a legislação que regula a profissão é bastante específica, limitando os direitos trabalhistas destas profissionais, em comparação aos de outras ocupações.

O fato de as trabalhadoras domésticas remuneradas desenvolverem atividades no âmbito dos domicílios limita as relações com sua categoria profissional. Além disso, a relação com o empregador é fortemente marcada por relações interpessoais e familiares, o que descaracteriza o caráter profissional da ocupação. Acrescente-se que este é um emprego de baixa sindicalização, de acesso limitado aos direitos trabalhistas plenos, mesmo quando com carteira de trabalho assinada, e uma ocupação de baixos rendimentos e de longas jornadas. Todos esses elementos contribuem para a desvalorização da atividade.

¹ Neste estudo, o trabalho doméstico remunerado será chamado também de Serviços Domésticos ou Emprego Doméstico. É foco de análise apenas a trabalhadora doméstica remunerada.

Hoje, é intenso o debate sobre a necessidade de que as empregadas domésticas tenham seus direitos equiparados ao dos demais trabalhadores, dada a importância desta atividade para o desenvolvimento de toda a sociedade.

Conhecer as características desta profissão e de suas trabalhadoras ajuda a subsidiar o atual debate legislativo sobre a garantia dos direitos trabalhistas e de proteção social às empregadas domésticas. Desse modo, pretende-se oferecer um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade nos mercados de trabalho metropolitanos e chamar a atenção para sua importância e os problemas mais evidentes. Para tanto, utilizaram-se informações de 2009 da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal pelo DIEESE em parceria com a Fundação Seade, Ministério do Trabalho e Emprego e parceiros regionais.

Serviços Domésticos é alternativa importante de trabalho para as mulheres

Em 2009, as mulheres ocupavam de 43,7%, em Recife, a 47,6%, no Distrito Federal do total de postos de trabalho existentes nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PED.

As características do crescimento econômico do país nos últimos anos e a ênfase nos investimentos e obras públicas vêm provocando leves alterações na proporção de ocupados por setor. Como resultado destas mudanças, em 2009, mais de 50% das mulheres ocupadas trabalhavam no setor Serviços das regiões metropolitanas pesquisadas pela PED, exceto Fortaleza onde o percentual corresponde a 42,6%. O Comércio era o segundo maior empregador da mão de obra feminina em quatro das sete regiões: Porto Alegre (17,0%), Recife (19,8%), Fortaleza (19,7%) e Salvador (17,1%). Por outro lado, os Serviços Domésticos apareceram como segundo setor que mais ocupou mulheres nas regiões de São Paulo (17,1%), Belo Horizonte (15,2%) e no Distrito Federal (17,0%). Em duas regiões foi detectado um pequeno percentual de mulheres trabalhando na construção civil: Belo Horizonte, com 1,1% das ocupadas e São Paulo, com 0,6% (Tabela 1).

As maiores proporções de mulheres que trabalhavam nos Serviços Domésticos foram observadas em Fortaleza e Recife (18,3%, em cada uma das regiões) enquanto a menor foi verificada em Porto Alegre (13,0%).

Tabela 1
Distribuição das ocupadas por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)

Setor de Atividade	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	9,1	3,3	12,0	4,9	4,6	13,5	18,5
Construção civil	1,1	(2)	(2)	(2)	(2)	0,6	(2)
Comércio	13,9	14,3	17,0	19,8	17,1	15,0	19,7
Serviços	60,5	63,4	57,5	54,4	60,9	53,4	42,6
Serviços Domésticos	15,2	17,0	13,0	18,3	15,8	17,1	18,3
Outros(1)	(2)	1,4	(2)	2,3	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas.

(2) A Amostra não comporta desagregação para esta categoria.

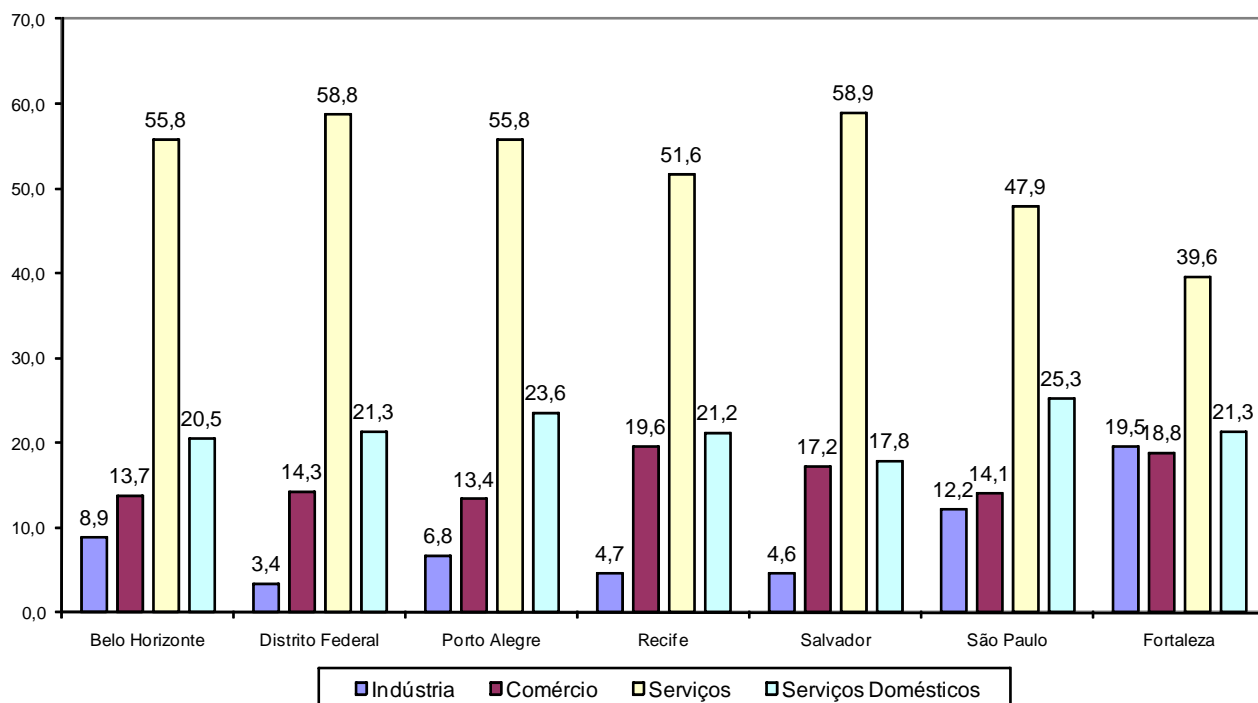
Quando se faz a relação entre trabalho feminino e raça/cor, aparecem diferenças na distribuição das mulheres no mercado de trabalho, explicadas em parte pelas características demográficas regionais. Por exemplo, em Salvador, mais de 85% da população é negra e em Porto Alegre, a maior proporção é de não negros.

Para as ocupadas negras, os Serviços Domésticos foi o segundo setor mais importante em termos de ocupação. Em todas as regiões, à exceção de Salvador, do total de ocupadas negras, mais de 20% estavam alocadas nos Serviços Domésticos, sendo que em São Paulo, esse percentual chegou a 25,3%.

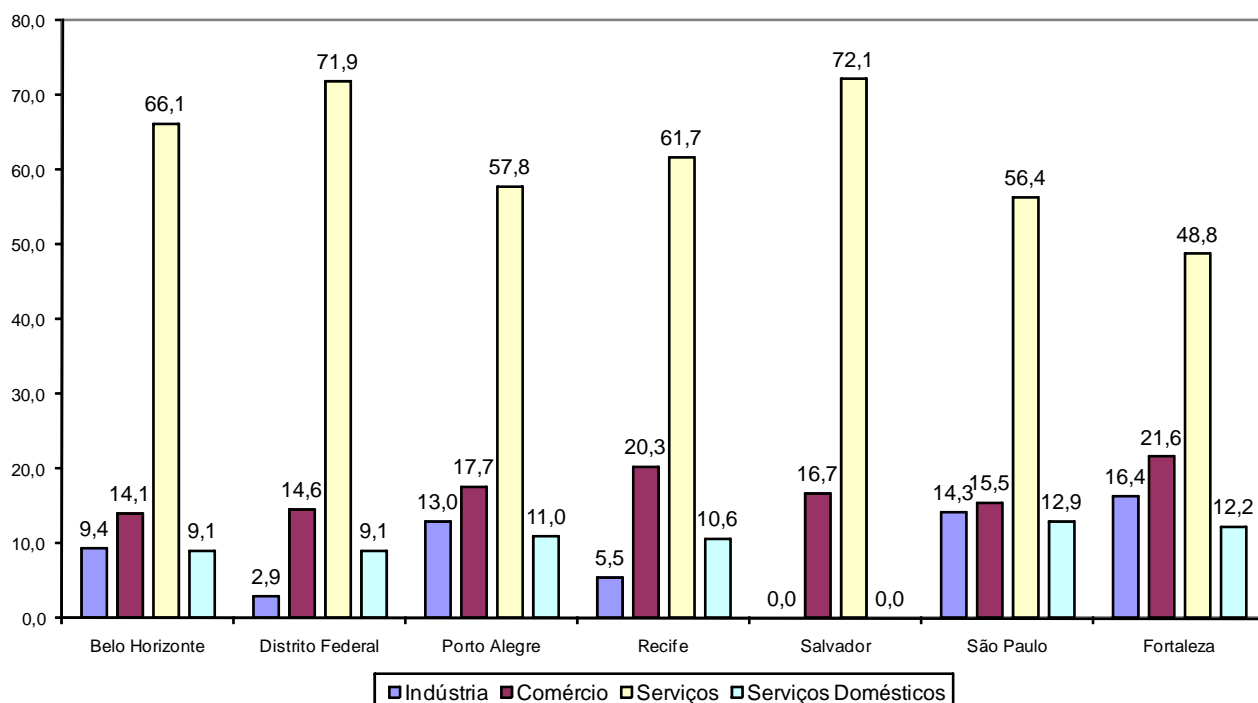
No caso das ocupadas não negras, o Comércio foi o segundo setor que mais empregou. Entre as trabalhadoras não negras, em 2009, os percentuais de mulheres que estavam ocupadas nos Serviços Domésticos variaram entre 9,1% (registrado no Distrito Federal e em Belo Horizonte) e 12,9%, verificado em São Paulo (Gráfico 1).

Gráfico 1
Distribuição das ocupadas negras e não negras por setor de atividade econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em %)

Negras



Não Negras



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs: a) Na região metropolitana de Salvador, não houve desagregação da amostra para mulheres não negras na Indústria e nos Serviços Domésticos.

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

A proporção de mulheres negras foi predominante no trabalho doméstico em praticamente todas as regiões, em 2009. Em Salvador, 96,2% das ocupadas nos Serviços Domésticos eram negras, enquanto em São Paulo, os percentuais foram equivalentes: do total de trabalhadoras ocupadas no setor, 50,6% eram negras e 49,4% não negras. A única exceção aconteceu em Porto Alegre, onde a população negra é bem menor: 28,3% das ocupadas nos Serviços Domésticos são negras, as demais, não negras (71,7%) (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição das mulheres ocupadas e das ocupadas nos serviços domésticos, por raça/cor,
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009
(em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Negras	Não-Negras
Belo Horizonte			
Total	100,0	53,7	46,3
Serviços Domésticos	100,0	72,4	27,6
Distrito Federal			
Total	100,0	64,5	35,5
Serviços Domésticos	100,0	81,0	19,0
Porto Alegre			
Total	100,0	15,6	84,4
Serviços Domésticos	100,0	28,3	71,7
Fortaleza			
Total	100,0	67,1	32,9
Serviços Domésticos	100,0	78,1	21,9
Recife			
Total	100,0	72,4	27,6
Serviços Domésticos	100,0	84,0	16,0
Salvador			
Total	100,0	85,2	14,8
Serviços Domésticos	100,0	96,2	(1)
São Paulo			
Total	100,0	34,2	65,8
Serviços Domésticos	100,0	50,6	49,4

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Prevalece a presença de mulheres adultas

A maior parte das trabalhadoras domésticas era constituída por mulheres adultas, com idade entre 25 a 49 anos. Em todas as regiões analisadas, mais de 77% das ocupadas nos Serviços Domésticos tinham entre 25 e 59 anos. Nota-se, também, a tendência de esta ocupação ser mais exercida por mulheres mais velhas, uma vez que é pequena a parcela de jovens de 18 a 24 anos, inferior, em geral, a de mulheres com idade entre de 50 a 59 anos, exceto no Distrito Federal e em Fortaleza (Tabela 3).

Esta situação mostra que, em algumas regiões, o trabalho doméstico deixou de ser uma opção relevante para as jovens se inserirem nos mercados de trabalho metropolitanos, o que fica

evidenciado quando os dados de 2009 são comparados com os de 2000 (Tabela 3, Anexo Estatístico). A redução da proporção de jovens é expressiva nas seis regiões para as quais existem dados comparativos².

Tabela 3
Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo faixa etária
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)

Faixa Etária	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 17 Anos	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
18 a 24 Anos	7,9	14,4	(1)	8,1	10,4	6,5	15,2
25 a 39 Anos	34,9	44,7	29,0	43,1	45,7	39,2	41,1
40 a 49 Anos	30,4	26,7	33,7	30,1	27,5	29,3	25,6
50 a 59 Anos	19,3	10,7	25,2	14,4	12,9	18,9	11,0
60 Anos e Mais	5,4	(1)	7,3	(1)	(1)	4,7	(1)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

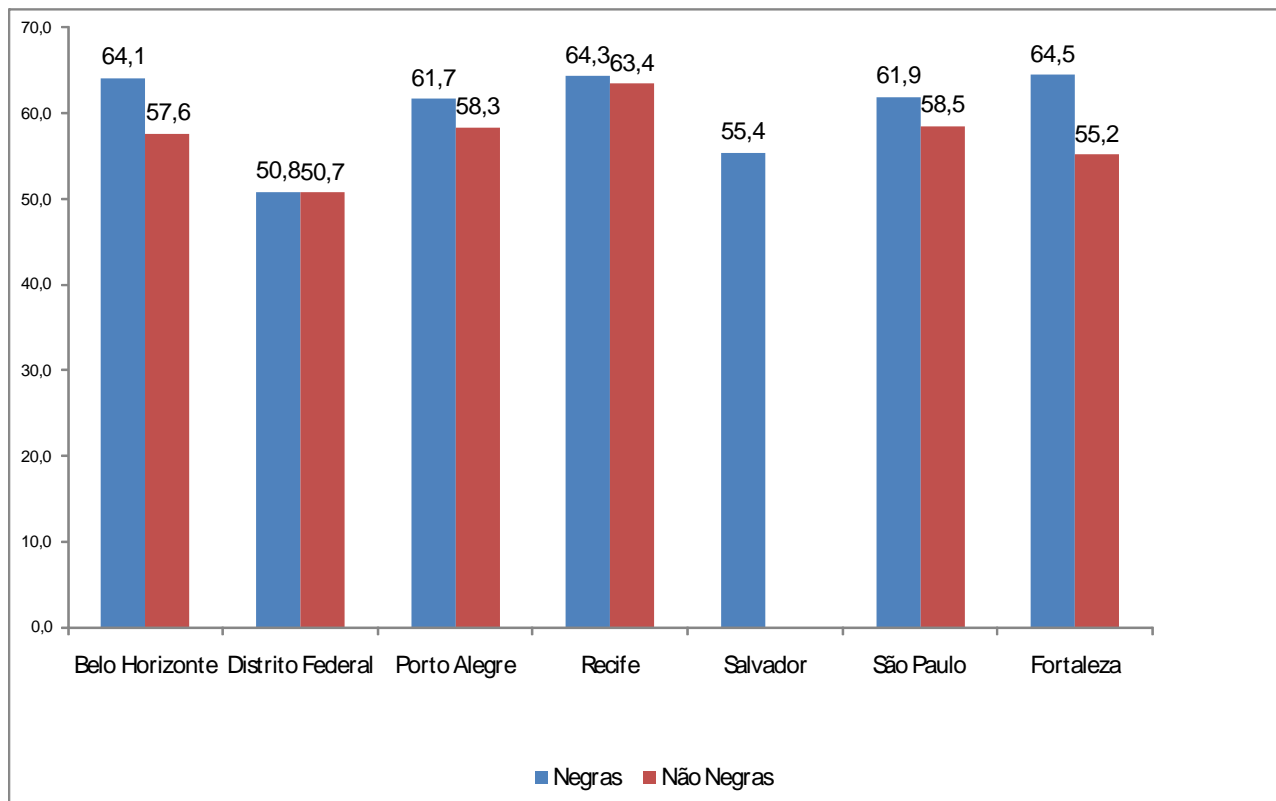
Essa alteração de perfil pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais o aumento do nível de escolaridade das jovens que, assim, preferem buscar alternativas de ocupação que representem maiores chances de progresso e status profissional, e melhores perspectivas de ter carteira de trabalho assinada. Outro fator pode ser a exigência das famílias empregadoras que preferem pessoas mais experientes para a realização dos trabalhos domésticos. Como consequência, o serviço doméstico tem absorvido crescentemente mulheres adultas, em faixas etárias mais elevadas. A proporção de crianças e jovens com idade entre 10 e 17 anos exercendo o trabalho doméstico remunerado tem baixa representatividade estatística, não podendo ser dimensionado pela amostra da pesquisa.

O nível de escolaridade das domésticas é, de maneira geral, baixo. Em todas as regiões analisadas, a maioria delas não chegou a concluir o ensino fundamental (Gráfico 2). Esta característica ficou mais evidenciada entre as domésticas negras que no caso das não negras, exceto no Distrito Federal e em Recife, onde as proporções eram semelhantes. Ou seja, o trabalho nos Serviços Domésticos, por não exigir nível de instrução elevado, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

² A Pesquisa na Região Metropolitana de Fortaleza começou a ser divulgada em 2009, não sendo possível a comparação com dados de 2000.

Gráfico 2
Proporção das trabalhadoras domésticas negras e não negras com até o ensino fundamental
incompleto
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

b) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria na Região Metropolitana de Salvador.

Apesar do predomínio de trabalhadoras menos escolarizadas, em 2009, foi expressiva a participação de mulheres com ensino médio completo ou superior incompleto, com percentual próximo a 15% em Recife e Porto Alegre, de aproximadamente 17% em Fortaleza e Belo Horizonte e superior a 20% em São Paulo, Salvador e Distrito Federal (Tabela 3, Anexo Estatístico). Além de expressar a melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes, o dado indica uma importante diferenciação entre as ocupações exercidas nos Serviços Domésticos. Assim, tende a crescer a participação de ocupações que são exercidas por pessoas com maior grau de instrução, como babás e, em especial, acompanhantes de idosos. O envelhecimento da população, junto com a diminuição do tamanho das famílias e a maior inserção feminina no mercado de trabalho justificam a expansão do trabalho para estes profissionais domésticos, em geral com maior escolaridade, inclusive com formação na área de saúde, mas que ainda assim, mantêm o perfil do emprego doméstico, ligado às atividades que exigiriam habilidades consideradas femininas.

Em todas as regiões analisadas, a proporção de empregadas domésticas que na família ocupam a posição de cônjuges foi superior a 35%. No entanto, também entre as trabalhadoras domésticas se verificou a tendência de aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres,

cujo percentual ficou em patamar mais ou menos semelhante, variando entre 27,2% no Distrito Federal e 35,3% em Porto Alegre (Tabela 3, Anexo Estatístico).

Mensalistas são maioria

A maior parte das trabalhadoras domésticas exerceu seu trabalho como mensalista, com e sem carteira de trabalho assinada (Gráfico 3). As mensalistas representaram proporções acima de 67% em todas as regiões metropolitanas analisadas.

As empregadas mensalistas com carteira de trabalho assinada são as que, em tese, se encontram em melhor situação comparativamente às outras trabalhadoras domésticas remuneradas, em razão do reconhecimento formal de seu vínculo de trabalho e, quando o pagamento da contribuição à previdência social é efetivo por parte dos empregadores, também pelo acesso ao sistema de proteção social. No entanto, as mensalistas com carteira estavam em maior proporção apenas nas regiões de Belo Horizonte (42,6%), Distrito Federal (43,6%), Porto Alegre (45,1%) e São Paulo (36,6%). Nas regiões do Nordeste, por sua vez, foi superior o percentual de mensalistas sem carteira assinada, com destaque para Fortaleza (63,6%).

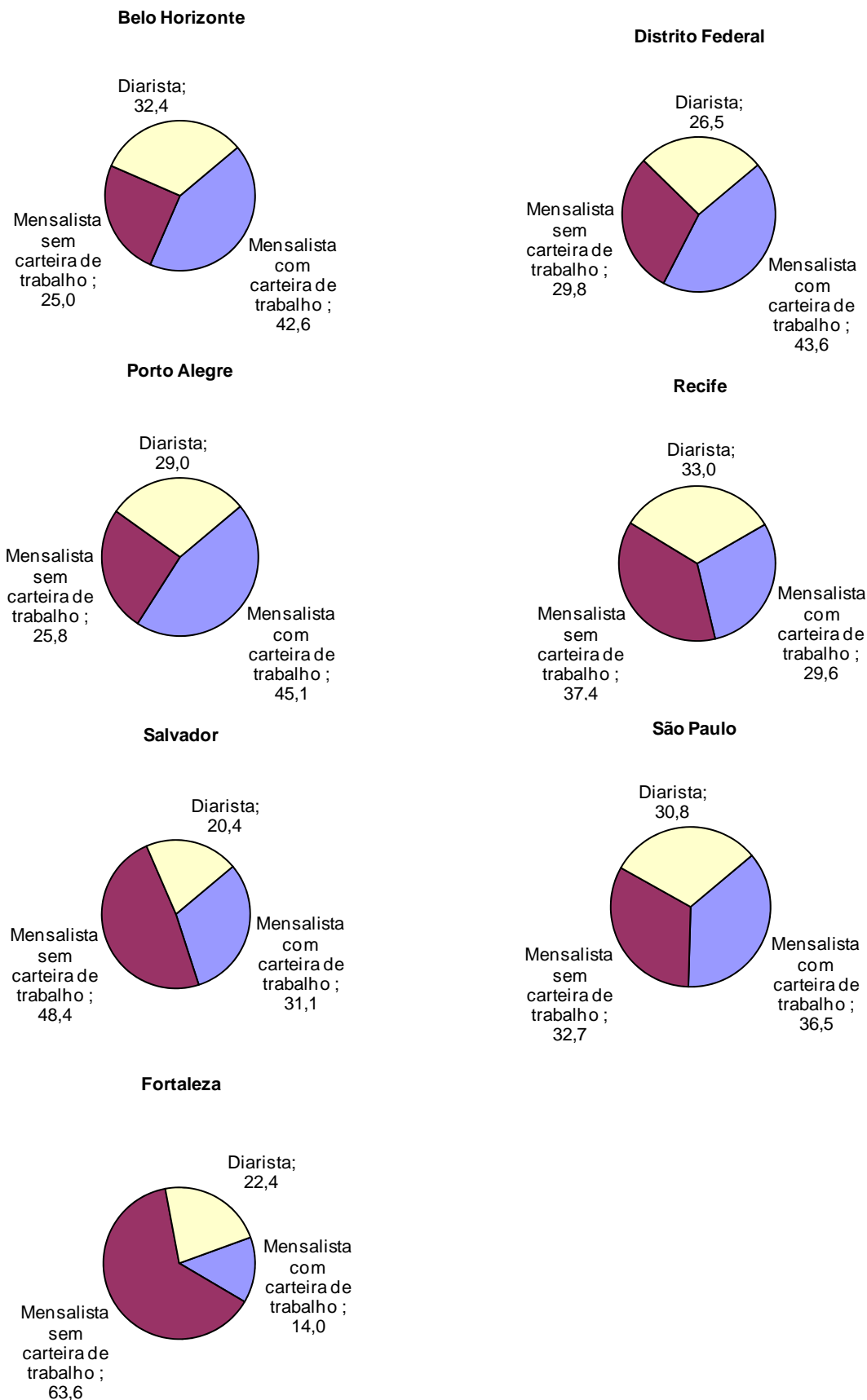
Assim, percebe-se que o direito básico de ter a carteira de trabalho assinada ainda não é totalmente respeitado. As relações peculiares entre empregado e empregador³ exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir proteção social a essas trabalhadoras.⁴

As diaristas possuem uma situação mais instável e precária, pois são remuneradas pelo dia de trabalho. Caso entrem em férias ou fiquem doentes, deixam de receber seus salários. Também é mais intenso o ritmo de trabalho, uma vez que precisam “dar conta” de todo o serviço na sua jornada diária. Estas trabalhadoras, cuja participação nos Serviços Domésticos vem aumentando desde 2000, representaram, em 2009, um percentual que variou de 20,4%, em Salvador a 33,0% em Recife.

³ Ávila, Maria Betânia de Melo. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Fevereiro de 2009.

⁴ Ver *Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil* – OIT escritório no Brasil, em <www.oitbrasil.org.br>.

Gráfico 3
Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Uma das grandes fragilidades do emprego doméstico é a baixa proporção de mulheres que contribuem para a previdência social. No caso das mensalistas com carteira, a contribuição está garantida. Mas no caso das mensalistas sem carteira, o número de contribuintes foi tão baixo que não foi possível desagregar a amostra. Entre as diaristas, segmento em que também é menos frequente a prática do registro na carteira de trabalho ou de contribuição ao INSS, os percentuais observados foram 15,8% em Belo Horizonte e 10,9% em São Paulo.

Como resultado, a parcela de trabalhadoras nos Serviços Domésticos que eram contribuintes da Previdência Social em 2009 variou de 19,8% em Fortaleza, percentual bem abaixo dos verificados nas demais regiões, a 52,5% em Porto Alegre (Tabela 9, Anexo Estatístico).

Baixa rotatividade

Os Serviços Domésticos não se caracterizam pela alta rotatividade, mesmo porque, por ser realizado dentro do domicílio, um dos laços que se estabelece é o da confiança mútua. O tempo médio de permanência nesta atividade foi alto em todas as regiões pesquisadas. Em Fortaleza, 3 anos e 11 meses, o menor entre as regiões e em Belo Horizonte, o maior, 5 anos e 4 meses.

O tempo médio de permanência no emprego, em 2009, não apresentou diferenças expressivas por raça/cor nas regiões de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza. No entanto, no Distrito Federal, o tempo médio de permanência das não negras - de 4 anos e 6 meses - foi bem superior ao das negras (em 3 anos e 10 meses). O mesmo aconteceu em Recife, onde as não negras permaneciam 5 anos e 3 meses no emprego, enquanto as negras ficavam 4 anos e 6 meses. Em Salvador, a amostra não permitiu fazer a desagregação para as trabalhadoras não negras. Já em Porto Alegre, onde a população negra é menor, o tempo médio de permanência das trabalhadoras negras (5 anos e 10 meses) superou a de não negras, 5 anos.

Jornadas extensas

O trabalho doméstico envolve, com frequência, longas jornadas. As maiores jornadas das trabalhadoras domésticas remuneradas foram verificadas nas regiões metropolitanas do Nordeste, com 54 horas semanais em média, em Recife; 50 horas semanais, em Fortaleza, e 45 horas, em Salvador. No Distrito Federal, a jornada média foi de 44 horas, semelhante àquela estabelecida em lei. Em Belo Horizonte a jornada ficou, em média, em 42 horas, enquanto em Porto Alegre e em São Paulo correspondeu a 41 horas. Não houve diferença significativa na extensão da jornada segundo a raça/cor das trabalhadoras (Tabela 4).

Quando se considera a posição na ocupação, verifica-se que as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, independentemente de raça/cor, foram as que exerceram as jornadas de trabalho mais longas em todas as regiões, destacando-se Recife, onde a

jornada média foi 58 horas e Fortaleza, 53 horas. Ainda que para aquelas sem carteira assinada a jornada tenha sido menor, ainda assim excedeu a jornada legal em Recife (50 horas) e Fortaleza (49 horas).

Já entre as domésticas diaristas, a jornada média semanal foi menor, variando entre 20 horas (Salvador) e 24 horas, (Belo Horizonte e Distrito Federal), provavelmente como reflexo da realização do trabalho em menor quantidade de dias na semana e não necessariamente por menos horas trabalhadas por dia.

Tabela 4
Horas semanais médias trabalhadas pelas trabalhadoras domésticas (1), por raça/cor, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)

Posição na Ocupação	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Mensalistas	42	42	43	44	45	44	41	41	41	54	53	55
Com Carteira												
Assinada	44	44	44	46	46	46	42	42	42	58	57	59
Sem Carteira												
Assinada	40	39	41	42	43	41	40	40	40	50	50	51
Diaristas	24	24	24	24	24	(2)	23	23	23	22	22	20

Posição na Ocupação	Salvador			São Paulo			Fortaleza		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Mensalistas	45	45	(2)	41	41	41	50	50	51
Com Carteira									
Assinada	50	50	(2)	44	44	44	53	53	(2)
Sem Carteira									
Assinada	41	41	(2)	38	38	39	49	49	51
Diaristas	20	20	(2)	23	24	23	22	22	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Exclusive as que não trabalharam na semana.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Empregadas domésticas recebem os menores rendimentos, que pouco se diferenciam entre negras e não-negras

O rendimento médio real por hora das empregadas domésticas, em 2009, foi bem menor nas regiões metropolitanas do Nordeste. Em Fortaleza foi de R\$ 1,71 por hora em média e em Recife, R\$ 1,87. Já em Salvador, a média recebida foi de R\$ 2,08 por hora.

Normalmente, os maiores salários médios são registrados no Distrito Federal, principalmente pela presença do Serviço Público. No caso das trabalhadoras domésticas, porém, o maior rendimento foi observado em São Paulo, capital onde o custo de vida é dos mais elevados do país, com R\$ 3,52 por hora, seguido de Porto Alegre, R\$ 3,51 por hora e pelo Distrito Federal, R\$ 3,08.

Por raça/cor, não foram observadas diferenças expressivas entre os rendimentos das trabalhadoras domésticas.

Tabela 5
Rendimento médio real por hora (1) das ocupadas, por raça/cor, segundo setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em R\$ de novembro de 2009)

Setor de Atividade	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	6,26	4,46	8,19	9,37	7,55	12,44	6,05	4,39	6,36	3,56	3,18	4,78
Indústria	5,61	4,43	6,87	5,47	(2)	(2)	5,05	(2)	5,11	3,91	(2)	(2)
Comércio	4,32	3,58	5,04	4,90	4,43	5,60	4,36	(2)	4,48	2,49	2,34	2,91
Serviços	7,72	5,36	10,14	12,55	10,39	15,80	7,49	5,07	7,95	4,88	4,33	6,19
Construção Civil	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Serviços Domésticos	3,04	3,02	3,03	3,08	3,08	3,07	3,51	3,39	3,56	1,87	1,86	(2)
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Setor de Atividade	Salvador			São Paulo			Fortaleza		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	4,98	4,32	9,14	6,17	4,22	7,26	3,68	3,13	4,63
Indústria	5,78	(2)	(2)	6,19	4,34	7,01	2,92	2,69	3,52
Comércio	3,68	3,43	(2)	4,59	3,45	5,23	2,93	2,64	3,36
Serviços	6,17	5,31	10,55	7,59	4,82	8,82	5,36	4,64	6,54
Construção Civil	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Serviços Domésticos	2,08	2,08	(2)	3,52	3,52	3,60	1,72	1,71	1,70
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês

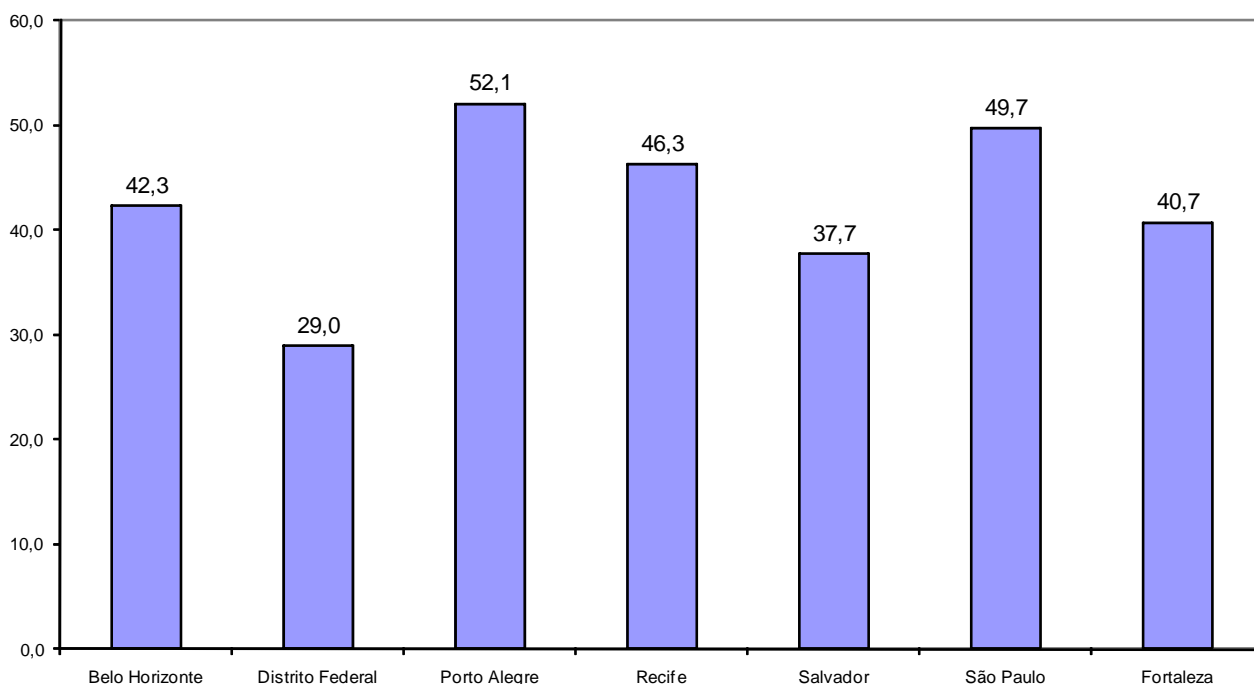
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria em Salvador e Recife.

Obs.: a) Índices utilizados: IPCA-BH/ÍPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos

O rendimento da trabalhadora doméstica foi o menor entre todos os setores de atividade, correspondendo à metade do pago, em média, no setor Serviços. Em 2009, este montante equivalia a menos da metade do recebido pelo total de ocupados nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Recife e principalmente no Distrito Federal, onde o valor que as trabalhadoras domésticas receberam foi inferior a um terço da média dos ocupados. Em São Paulo e Porto Alegre, foi praticamente a metade (Gráfico 4).

Gráfico 4
Proporção dos rendimentos médios por hora das trabalhadoras domésticas (1) em relação ao do
total de ocupados e do total dos homens não negros
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/YPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Em 2009, as diaristas recebiam, em média, um valor por hora superior ao das mensalistas. Já entre as mensalistas, o valor por hora médio recebido por aquelas que tinham carteira assinada superou, em todas as regiões, o recebido pelas sem carteira assinada (Tabela 6).

O rendimento obtido pelas diaristas chegou a ser 47,2% maior do que o das mensalistas em Fortaleza e 38,3% superior no Distrito Federal. Em comparação com aquelas com carteira de trabalho assinada, a maior diferença foi observada no Distrito Federal, 31,9% enquanto em Porto Alegre ficou em 22,1%. O rendimento das diaristas foi ainda maior na comparação com o recebido pelas mensalistas sem carteira. Em Belo Horizonte, onde se registrou a menor diferença, o das diaristas superou em 44,5% o das mensalistas. Já em Fortaleza, as diaristas ganharam 61,2% a mais. O maior rendimento, aliado à flexibilidade de jornada de trabalho, pode indicar a tendência ao crescimento do emprego doméstico diarista e a redução das mensalistas. Destaca-se que a análise do rendimento hora desconsidera outros benefícios que as mensalistas com carteira assinada possam ter como descanso semanal remunerado, férias e 13º terceiro.

Tabela 6
Rendimento médio real por hora (1) das trabalhadoras domésticas, por raça/cor, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em R\$ de novembro de 2009)

Posição na Ocupação	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Empregadas Domésticas												
Mensalistas	2,89	2,84	2,95	2,92	2,86	2,89	3,34	-(2)	3,38	1,75	1,77	-(2)
Com Carteira Assinada	3,04	3,01	-(2)	3,06	3,07	-(2)	3,55	-(2)	3,61	1,98	2,02	-(2)
Sem Carteira Assinada	2,46	-(2)	-(2)	2,58	2,52	-(2)	2,92	-(2)	-(2)	1,54	1,53	-(2)
Empregadas Domésticas												
Diaristas	3,55	3,59	-(2)	4,04	3,98	-(2)	4,34	-(2)	-(2)	2,34	2,38	-(2)

Posição na Ocupação	Salvador			São Paulo			Fortaleza		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Empregadas Domésticas									
Mensalistas	2,04	2,05	-(2)	3,34	3,31	3,37	1,64	1,64	1,65
Com Carteira Assinada	2,27	2,27	-(2)	3,68	3,64	3,73	2,25	-(2)	-(2)
Sem Carteira Assinada	1,87	1,88	-(2)	2,89	2,84	2,95	1,50	1,48	-(2)
Empregadas Domésticas									
Diaristas	-(2)	-(2)	-(2)	4,47	4,43	4,51	2,42	2,44	-(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria em Salvador e Recife.

Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/IPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF.

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Sistema PED - Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE Apoio: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT

Regiões Metropolitanas

Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – SEDESE – SINE/MG; Fundação João Pinheiro – FJP.

Distrito Federal: Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese.

Porto Alegre: Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do

Rio Grande do Sul: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS/SINE-RS; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser –

FEE; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco/Agência do Trabalho;

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município do Recife; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos – Dieese. Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – SETRE; Secretaria do Planejamento do

Estado da Bahia – SEPLAN; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo – SEP;

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – SERT; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.

OS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO E O ACESSO AO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pela Fundação João Pinheiro, pelo Dieese, pela Sedese-MG e pela Fundação Seade, permite dimensionar as principais características de inserção no mercado de trabalho de alguns segmentos populacionais. Através de um questionário suplementar sobre o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR, aplicado no período de maio a outubro de 2008, foi possível obter importantes informações a respeito de estratégias de procura por trabalho, uso do seguro-desemprego e realização de cursos de qualificação profissional da população com 14 anos e mais – economicamente ativa ou inativa, mais especificamente, ocupados,¹ desempregados e inativos. Com um recorte por raça-cor, estes dados permitiram conhecer os diferenciais de acesso ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda entre negros e não-negros,² sobre aqueles temas abordados.

Em relação às políticas públicas do SPETR, destaca-se, dos resultados obtidos para a RMBH, que a ida a postos públicos de atendimento ao trabalhador como meio de procura de trabalho foi utilizado por 16,9% dos empregados, embora apenas 0,8% tenham obtido o atual emprego por esse mecanismo de busca. A rede social continua sendo a forma mais eficiente de se encontrar um trabalho, principalmente entre os negros (57,6%).

Um percentual um pouco maior de negros (66,7%) do que de não-negros (64,9%) usou o seguro-desemprego dentre aqueles que perderam o emprego nos últimos oito anos. Dos negros que usaram o benefício, 3,1% foram encaminhados a uma vaga pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

¹ Ocupados: empregados com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregados no setor público, empregados domésticos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

² A população negra corresponde às pessoas classificadas como negras ou pardas e a população não-negra corresponde a brancos e amarelos.






Do total de pessoas com 14 anos e mais, 24,8% negros e 30,6% não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Entre os que fizeram curso, os que relacionam diretamente seus resultados ao trabalho, o fazem mais no sentido de ampliar conhecimento e oportunidades do que de obter ou mudar de trabalho ou profissão – no primeiro caso, um pouco mais fortemente percebido entre os não-negros e, no segundo, entre os negros.

SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Estratégias de Procura por Trabalho

1. No período de maio a outubro de 2008, do total de empregados e trabalhadores familiares, 59,2% eram negros e 40,8%, não-negros. Os empreendedores – neste estudo representados por trabalhadores autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar – apresentavam proporção um pouco menor do que o segmento de empregados entre os negros (53,6%) e maior entre os não-negros (46,9%).
2. Naquele período, 53,1% dos empregados e trabalhadores familiares encontraram seu atual trabalho por indicação de parentes, amigos ou conhecidos. Esse foi o principal meio utilizado por negros (57,6%), especialmente, mas também por não-negros (46,4%) (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1), segundo meio pelo qual encontraram o atual trabalho, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maio a outubro de 2008

Meio	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	0,8	(2)	(2)
Atual empresa empregadora/empregador	29,9	28,5	32,1
Agências privadas/órgãos de integração de estagiários	2,5	2,2	2,9
Organizações comunitárias/centrais sindicais/sindicatos	(2) 	(2) 	(2)
Concurso público	12,4	9,6	16,5
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	53,1 	57,6	46,4
Outro	1,1 	(2) 	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

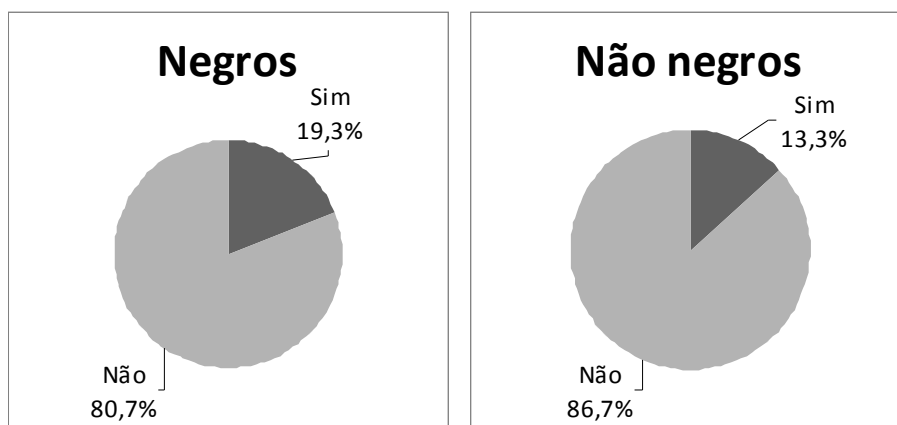
(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

3. O contato direto com o atual empregador também aparece como importante meio para obtenção de trabalho, ligeiramente mais utilizado pelos não-negros (32,1%) do que pelos negros (28,5%). Já os postos públicos de atendimento ao trabalhador tiveram pequena participação apenas 0,8%.

4. Entre os empregados e trabalhadores familiares com trabalho obtido por outro meio que não o serviço público de encaminhamento ao trabalhador, 16,9% declararam ter ido a um posto público: destes, 19,3% eram negros e 13,3%, não-negros (Gráfico 1). Embora a maioria (83,1%) sequer tenha recorrido a um destes postos na tentativa de encontrar um trabalho, percebe-se que é um recurso relativamente bem utilizado, em especial entre os negros, mas que oferece muito pouco retorno efetivo.

Gráfico 1
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares que não encontraram o atual emprego por meio de postos públicos de atendimento ao trabalhador (1), segundo situação de ida a estes postos enquanto procuravam o atual trabalho, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maior a outubro de 2008



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

5. Entre os empregados e trabalhadores familiares que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador, a maioria justificou que não foi necessário (88,8% negros e 89,1% não-negros) e uma parcela de 3,9% de negros e 3,5% de não-negros não conheciam esse serviço (Tabela 2). Essas informações reforçam a importância do serviço público para aqueles que não encontram, fora a rede social, outros recursos capazes de proporcionar uma procura de trabalho frutífera, além de apontar para a necessidade de ampliação da rede de atendimento e de divulgação dos serviços.

Tabela 2
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador (1), segundo motivo da não procura, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maio a outubro de 2008

Motivo da não procura	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	3,7	3,9	3,5
Tem muita burocracia/oferece poucas vagas	2,8	3,2	2,4
Vagas inadequadas para a profissão	2,1	(2)	2,9
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	1,8	1,9	(2)
Não foi necessário	88,9	88,8	89,1
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

6. Dadas as características do trabalho dos empreendedores era de se esperar que o meio mais utilizado para iniciar o atual negócio ou empresa tivesse origem na iniciativa própria (para 60,0% dos negros e 57,5% dos não-negros, conforme Tabela 3). O segundo recurso que mais aparece é a rede social, neste caso, mais em proporção semelhante entre negros (37,5%) e não-negros (37,4%). Os demais meios, incluindo postos públicos de atendimento ao trabalhador e agências públicas de apoio, como o Banco do Povo, não chegaram a um número suficiente de casos a ponto de se obter significância estatística.

Tabela 3
Distribuição de empreendedores (1), segundo meio pelo qual iniciaram o atual negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maior a outubro de 2008

Em porcentagem			
Meio pelo qual iniciaram o atual negócio/empresa	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	(2)	(2)	(2)
Agências públicas de apoio (Banco do Povo, etc.)	(2)	(2)	(2)
Agências privadas de apoio (Sebrae, bancos privados, etc)	(2)	(2)	(2)
Sindicato, associação de classe, organizações comunitárias, etc.	(2)	(2)	(2)
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	37,4	37,5	37,4
Não teve apoio	58,9	60,0	57,5
Outro	(2)	(2)	(2)

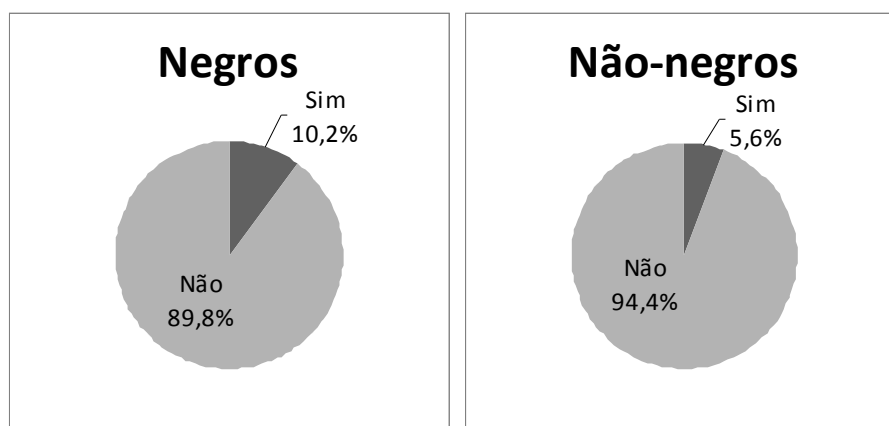
Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

7. De qualquer maneira, a parcela de empreendedores que passaram por algum posto público de atendimento ao trabalhador enquanto iniciavam seu negócio ou empresa é menor do que a de empregados e trabalhadores familiares, mas também mais utilizado entre negros (10,2%) do que entre não-negros (5,6%). (Gráfico 2)

Gráfico 2
Distribuição de empreendedores que não encontraram o atual trabalho por meio de postos públicos de atendimento ao trabalhador (1), segundo situação de ida a estes postos enquanto iniciavam seu negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maior a outubro de 2008



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

8. O motivo do elevado percentual de não procura por postos de atendimento ao trabalhador (91,9%) foi justificado, pelos empreendedores, principalmente por não ser considerado necessário (83,8% pelos negros e 88,1% pelos não-negros) ou por acreditarem que o serviço disponível tem muita burocracia ou um atendimento inadequado para o seu negócio ou empresa (7,2% negros e 6,2% não-negros), conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4
Distribuição de empreendedores que não procuraram postos públicos de
atendimento (1), segundo motivo da não procura, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maio a outubro de 2008

Motivo da não procura	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	5,2	6,1	(2)
Tem muita burocracia/atendimento inadequado para o seu negócio ou empresa	6,7 [■]	7,2	6,2
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe) [■]	(2) [■]	(2) [■]	(2)
Não foi necessário	85,8	83,8	88,1
Outro	(2) [■]	(2) [■]	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

9. Quanto aos empreendedores que indicaram alguma dificuldade enfrentada em seu negócio ou empresa (já que 60,8% de negros e 51,1% de não-negros afirmaram não ter qualquer dificuldade), grande parte achava que há excesso de concorrentes (19,9% de negros e 21,5% de não-negros), além de parcelas menores com dificuldades relacionadas a capital, impostos, administração e gestão, entre outras (Tabela 5). Aparentemente, a natureza do negócio ou empresa e, portanto, das principais dificuldades enfrentadas, não corresponde, na maioria dos casos, aos serviços oferecidos pelos postos públicos de atendimento. Os casos em que os empreendedores poderiam mostrar interesse pelos serviços públicos estariam entre as parcelas em que as dificuldades se relacionam a administração e gestão e capital, por exemplo, para os quais poderiam ser oferecidos cursos na área e concessão de crédito.

Tabela 5
Distribuição de empreendedores (1), segundo dificuldades enfrentadas no negócio
ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maio a outubro de 2008

Dificuldades enfrentadas no negócio ou empresa	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Excesso de concorrentes	20,6	19,9	21,5
Sazonalidade nas vendas de produtos ou serviços	5,8	5,3	6,3
Legalização da empresa ou negócio/muitos impostos	9,6	7,6	12,0
Falta de capital ou financiamento/instalações e equipamentos necessitando de melhorias	6,9	5,6	8,4
Falta de capacitação em gestão, administração/falta de assistência técnica/divulgação dos produtos ou serviços	5,5	4,1	7,2
Outras	8,7	6,9	10,7
Nenhuma	56,3	60,8	51,1

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

10. Entre os inativos, muitos declararam não trabalhar porque cuidam dos afazeres domésticos (26,4% negros e 23,1% não-negros), não precisam ou não querem trabalhar (23,6% e 29,9%, respectivamente), estudam (22,4% e 24,8%), acham que não têm idade para trabalhar (10,0% e 11,3%), não encontram trabalho ou o que ganhariam não compensa (5,7% e 3,9%) ou sentem-se discriminados (3,1% negros e 3,7% não-negros).

11. Aqueles que responderam os dois últimos itens poderiam ter interesse nos serviços de encaminhamento prestados pelos postos públicos, os quais talvez desconheçam. É interessante observar que os negros encontram mais dificuldade do que os não-negros em encontrar trabalho (ou acham que o que ganhariam não compensa), o que se alinha às altas taxas de desemprego entre os negros.

12. Os desempregados – que são, por definição, aqueles que efetivamente procuraram um trabalho – apontam dificuldades nesta procura, principalmente, pela falta de escolaridade ou de experiência (53,1% negros e 48,7% não-negros), muita concorrência (35,5% negros e 36,7% não-negros) e discriminação na seleção (17,2% e 17,4%, respectivamente). Os serviços prestados nos postos públicos de atendimento incluem o encaminhamento a cursos de qualificação que poderiam ajudar em alguns casos, mas certamente não resolveriam a falta de escolaridade (ensino formal); já em relação à falta

de experiência, esses postos parecem ser uma boa opção a quem procura o primeiro trabalho, principalmente para os negros, cujos recursos de procura (exceto a rede social) se mostram menos eficientes do que os utilizados pelos não-negros. A discriminação na seleção (por idade, cor, sexo ou deficiência) percebida pelos desempregados é apresentada em proporções bem maiores do que as dos inativos, mas são mais próximas entre negros e não-negros (Tabela 6).

Tabela 6
Proporção de desempregados (1), segundo dificuldades para conseguir trabalho,
por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maio a outubro de 2008

Em porcentagem			
Dificuldades para conseguir trabalho	Total	Negros	Não-negros
Muita concorrência para poucas vagas	35,9	35,5	36,7
Falta trabalho na área onde mora/faltam clientes ou serviços	8,6	9,2	(2)
Financiamento para abrir seu próprio negócio	(2)	(2)	(2)
Falta de escolaridade ou qualificação/falta de experiência	51,5	53,1	48,7
Discriminação na seleção (idade/cor/sexo/deficiência)	17,3	17,2	17,4
Os salários oferecidos são baixos/jornada de trabalho incompatível com estudos ou afazeres domésticos/nenhuma	9,9	8,8	(2)
Outras	5,7	(2)	(2)

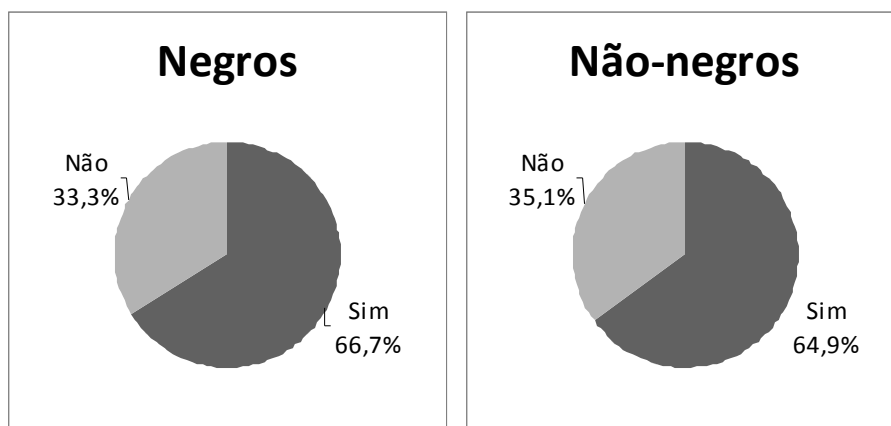
Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Uso do Seguro-Desemprego

13. Do total de pessoas com 14 anos e mais, que perderam ou deixaram o emprego com carteira assinada nos últimos oito anos, mais da metade usou o seguro-desemprego, com um percentual ligeiramente maior de negros (66,7% negros e 64,9% não-negros), conforme Gráfico 3.

Gráfico 3
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos, segundo situação de uso do seguro-desemprego, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maio a outubro de 2008



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.





14. A maioria das pessoas que fizeram uso desse benefício já estava, na época da entrevista, em 2008, ocupadas (76,1% negros e 77,9% não-negros). As demais estavam desempregadas (10,0% e 9,3%, respectivamente) ou inativas (13,9% e 12,8%).

15. Apenas uma pequena parcela dessas pessoas que usaram o seguro-desemprego foi encaminhada para alguma vaga pelo sistema público de atendimento ao trabalhador (2,9%). Aqui, a possibilidade de desconhecimento do serviço tende a ser menor, uma vez que o posto de atendimento é um dos locais possíveis para se requerer o benefício, mas não o único, e não necessariamente nos demais locais há indicação dos postos públicos de atendimento a estes trabalhadores, o que viria a acontecer com a integração dos serviços – a legislação brasileira não obriga que o requerente do seguro-desemprego seja incluído no cadastro para vagas de emprego e cursos de qualificação ou capacitação profissional. Portanto, este baixo percentual pode estar associado à não procura dos postos, pela falta de necessidade (até porque muitos encontraram ocupação posteriormente), ou pela idéia de que as vagas oferecidas são inadequadas a algumas profissões, que há muita burocracia ou pouca oferta de vagas, como acham alguns usuários, ou mesmo à qualidade dos serviços prestados e à falta de integração dos serviços.

16. Mais da metade daqueles que não usaram o seguro-desemprego apresentaram como principal motivo eventos que os incapacitavam para isso: pediram demissão (16,8%

negros e 24,6% não-negros), faltou completar o período de carência (22,6% e 18,5%, respectivamente) ou não ficaram desempregados neste período (22,1% e 25,8%) (Tabela 7).

Tabela 7
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum
emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos e não usaram o
seguro-desemprego, segundo motivo, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maio a outubro de 2008

Em porcentagem			
Motivo de não usar o seguro-desemprego	Total	Negros	Não-negros
Contrato temporário	7,9	7,0	9,3
Pediu demissão	20,0	16,8	24,6
Não ficou desempregado neste período	23,6	22,1	25,8
Teve outras rendas ou trabalhos	(1) 	(1) 	(1)
Faltou completar o período de carência	20,9	22,6	18,5
Não vale a pena ou foi despedido por justa causa	(1) 	(1) 	(1)
Outros	26,8	30,6	21,2

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Qualificação Profissional

17. Entre as pessoas que usaram o seguro-desemprego, apenas 9,6% dos negros realizaram algum curso de qualificação ou capacitação profissional durante a vigência do benefício, seja por indicação do Sine ou demais postos públicos, por iniciativa da antiga empresa ou por iniciativa própria.

18. Do total de pessoas com 14 anos e mais, 24,8% negros e 30,6% não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Para a grande maioria tratava-se especificamente de cursos de capacitação, em especial entre os negros (69,9% e 48,2%, respectivamente) e, em menor medida, de cursos de graduação superior com quatro anos ou mais (16,4% e 34,9%), ensino médio integrado e educação profissional (6,4% e 4,8%) e, ainda, cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado (4,7% negros e 11,3% não-negros).

19. Estes cursos eram predominantemente pagos pelos próprios estudantes ou seus familiares (52,9% negros e 58,8% não-negros) ou com recursos da empresa (16,4% e 19,9%, respectivamente) ou eram gratuitos, alternativa mais utilizada por negros (26,4%) do que não-negros (17,9%).

20. A maioria das entidades responsáveis pelos cursos era privada (80,2% dos negros e 70,8% dos não-negros) e, portanto, parcela bem menor era pública.

21. Aqueles que realizaram algum curso e que relacionam diretamente seus resultados ao trabalho, o fazem mais no sentido de ampliar conhecimento e oportunidades do que de obter ou mudar de trabalho ou profissão – no primeiro caso, um pouco mais percebido entre os não-negros e, no segundo, entre os negros, o que pode estar relacionado ao nível de escolaridade formal menor. Assim, mais de um terço considerou como resultado da realização do curso obter conhecimentos de interesse pessoal (42,8% negros e 31,7% não-negros), crescer profissionalmente no atual trabalho (23,8% e 24,9%, respectivamente), ampliar as possibilidades de obter trabalho (27,4% e 24,9%), obter o atual emprego ou trabalho (7,0% cada um dos segmentos raça/cor), ter uma profissão (4,6% e 4,7%) e obter ou mudar de emprego ou trabalho (3,2% e 3,1%) (Tabela 8).

Tabela 8
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que realizam ou realizaram algum curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo resultados proporcionados pelo curso, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maio a outubro de 2008

Em porcentagem			
Resultados proporcionados pelo curso	Total	Negros	Não-negros
Obtenção do primeiro emprego ou trabalho	3,4	3,2	3,5
Obtenção do atual emprego ou trabalho	7,0	7,0	7,0
Crescimento profissional no atual trabalho	24,3	23,8	24,9
Melhoria do desempenho do negócio ou empresa	6,3	5,7	7,0
Obtenção ou mudança de emprego ou trabalho	3,2	3,2	3,1
Obtenção de uma profissão	4,7	4,6	4,7
Ampliação das possibilidades de obter trabalho	26,2	27,4	24,9
Obtenção de conhecimentos de interesse pessoal	37,5	42,8	31,7
Ainda não concluiu o curso	30,6	25,9	35,7
Não serviu para nada	4,8	6,0	3,5
Outros	(1)	(1)	(1)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

22. Entre as pessoas que não realizaram nenhum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos, cerca da metade justificou não ter interesse ou não precisar fazer qualquer curso (47,3% negros e 61,9% não-negros), muitos não o fizeram por motivo financeiro (20,1% e 12,2%, respectivamente), por falta de tempo (24,2% e 18,9%) ou por não ter os requisitos exigidos (5,3% e 4,6%), entre outros (Tabela 9).

Tabela 9
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que não realizaram nenhum curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo motivo de não realização, por raça/cor
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Mai a outubro de 2008

Motivo de não realização de curso	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de pessoas com 14 anos e mais	100,0	100,0	100,0
Financeiro	16,9	20,1	12,2
Falta de tempo	22,1	24,2	18,9
Não tem os requisitos exigidos	5,1	5,3	4,6
Falta de cursos perto da residência ou trabalho	0,8	0,9	(1)
Baixa qualidade dos cursos disponíveis	(1)	(1)	(1)
Duração muito extensa dos cursos	(1)	(1)	(1)
Não tem interesse ou não necessita	53,2	47,3	61,9
Outro	1,7	1,9	1,5

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
 (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

23. As informações tratadas neste estudo mostram que os serviços que envolvem o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda têm relevância para uma parcela importante da população em geral e principalmente para uma parcela da população negra. Pode-se afirmar, a partir destes dados levantados pela PED, cerca de um quinto da população considerada neste estudo recorreu a postos públicos de atendimento ao trabalhador como um dos recursos de procura por trabalho, embora essa parcela possa ser ampliada com maior número de postos, mais divulgação dos seus serviços e integração do Sistema, além da necessidade de torná-lo mais eficiente a partir, principalmente, do aumento da captação de vagas adequadas ao seu público. O seguro-desemprego tem boa cobertura, mas também ganharia com a integração do Sistema, com a reformulação da legislação em vigor. Quanto aos cursos de qualificação e capacitação profissional, foi mostrado que são amplamente realizados e parecem trazer benefícios efetivos ao trabalhador (embora a prioridade ainda seja o aumento do nível de escolaridade). No entanto, estes cursos são majoritariamente pagos, no caso de negros e não-negros, mas quando gratuitos, os negros são os que mais os realizam, indicando que o aumento de cursos gratuitos irá beneficiar principalmente este segmento da população, que parece ser o que mais necessita.

OS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO E O ACESSO AO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, da Fundação Seade e do Dieese, permite dimensionar as principais características de inserção no mercado de trabalho dos segmentos populacionais. Através de um questionário suplementar sobre o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR, aplicado no período de maio a outubro de 2008, foi possível obter importantes informações a respeito de estratégias de procura por trabalho, uso do seguro-desemprego e realização de cursos de qualificação profissional da população com 14 anos e mais – economicamente ativa ou inativa, mais especificamente, ocupados,¹ desempregados e inativos. Com um recorte por raça-cor, estes dados permitiram conhecer os diferenciais de acesso ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda entre negros e não-negros,² sobre aqueles temas abordados.

Os resultados obtidos para o Distrito Federal mostram que, no período entre maio e outubro de 2008, a ida a postos públicos de atendimento ao trabalhador como meio de procura de trabalho foi utilizado por 21,9% dos empregados, embora apenas 0,9% tenham obtido o atual emprego por esse mecanismo de busca (destes 0,9% negros, enquanto não-negros não assinalaram significância estatística). A rede social continua sendo a forma mais eficiente de se encontrar um trabalho, principalmente entre os negros (52,1%) do que entre os não-negros (42,8%). Muitos dos empregados que não passaram por postos de atendimento não o fizeram por acreditarem ser desnecessário (83,4% negros e 78,8% não-negros).

¹ Ocupados: empregados com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregados no setor público, empregados domésticos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

² A população negra corresponde às pessoas classificadas como negras ou pardas e a população não-negra corresponde a brancos e amarelos.

Um percentual similar de negros (62,5%) e de não-negros (63,1%) usou o seguro-desemprego dentre aqueles que perderam o emprego nos últimos oito anos. Dos que usaram o benefício, 4,1% de negros e um percentual inferior de não-negros foram encaminhados a uma vaga pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Do total de pessoas com 14 anos e mais, 36,3% negros e 37,5% não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Entre os que fizeram curso, os que relacionam diretamente seus resultados ao trabalho, o fazem mais no sentido de ampliar conhecimento e oportunidades do que de obter ou mudar de trabalho ou profissão.

SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Estratégias de Procura por Trabalho

1. No período de maio a outubro de 2008, do total de empregados e trabalhadores familiares, 58,5% eram negros e 41,5%, não-negros. Os empreendedores – neste estudo representados por trabalhadores autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar – apresentavam proporção ligeiramente inferior entre os negros (58,1%) e superior entre os não-negros (41,9%).
2. Naquele período, 48,2% dos empregados e trabalhadores familiares encontraram seu atual trabalho por indicação de parentes, amigos ou conhecidos. Esse foi o principal meio utilizado por negros (52,1%), especialmente, mas também por não-negros (42,8%) (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1), segundo meio
pelo qual encontraram o atual trabalho, por raça/cor
Distrito Federal
Maio a outubro de 2008

Meio	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	0,9	0,9	(2)
Atual empresa empregadora/empregador	24,9	24,9	25,0
Agências privadas/órgãos de integração de estagiários	2,2	2,0	2,3
Organizações comunitárias/centrais sindicais/sindicatos	(2)	(2)	(2)
Concurso público	22,5	18,7	28,0
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	48,2	52,1	42,8
Outro	1,1	1,3	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

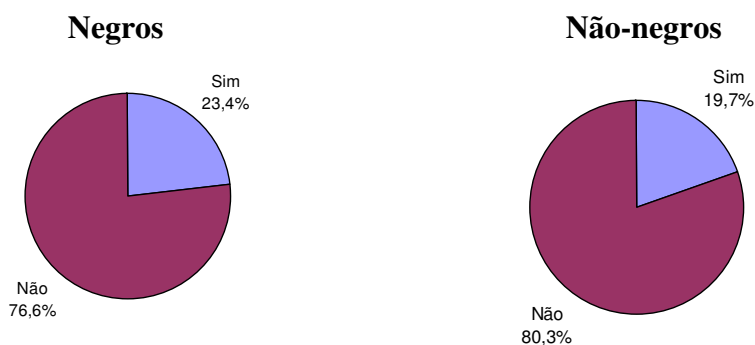
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

3. O contato direto com o atual empregador também aparece como importante meio para obtenção de trabalho, sendo igualmente utilizado pelos negros (24,9%) e pelos não-negros (25,0%). O concurso público, por sua vez, constitui-se também em importante via de acesso ao emprego no Distrito Federal, porém mais comum entre os não-negros (28,0%) do que entre os negros (18,7%). Já os postos públicos de atendimento ao trabalhador tiveram pequena participação de negros (0,9%) e, principalmente, de não-negros, que não alcançaram significância estatística.

4. Entre os empregados e trabalhadores familiares com trabalho obtido por outro meio que não o serviço público de encaminhamento ao trabalhador, 21,9% declararam ter ido a um posto público: destes, 23,4% eram negros e 19,7%, não-negros (Gráfico 1). Embora a maioria (78,1%) sequer tenha recorrido a um destes postos na tentativa de encontrar um trabalho, percebe-se que é um recurso relativamente bem utilizado, em especial entre os negros, mas que oferece muito pouco retorno efetivo.

Gráfico 1
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1), segundo ida a postos públicos de atendimento ao trabalhador enquanto procuravam o atual trabalho (encontrado por outros meios), por raça/cor
Distrito Federal
Maio a outubro de 2008



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

5. Entre os empregados e trabalhadores familiares que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador, a maioria justificou que não foi necessário (85,6% negros e 83,6% não-negros), enquanto que apenas 3,9% dos negros e 3,2% dos não-negros não conheciam esse serviço (Tabela 2). Motivos relacionados a pouca eficácia, eficiência ou efetividade dos serviços públicos de intermediação de mão-de-obra foram citados, mas também por uma parcela pequena dos trabalhadores. Diante dessas informações, é possível supor que, no Distrito Federal, a opção pela não utilização dos serviços públicos de intermediação deve-se antes a predominância de uma cultura que privilegia estratégias individuais de busca por um trabalho do que ao grau de conhecimento das agências públicas ou da qualidade dos serviços prestados.

Tabela 2
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1) que não procuraram
postos públicos de atendimento ao trabalhador, segundo motivo da não procura,
por raça/cor
Distrito Federal
Maio a outubro de 2008

Motivo da não procura	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	3,6	3,9	3,2
Tem muita burocracia/oferece poucas vagas	5,2	4,5	6,3
Vagas inadequadas para a profissão	4,2	3,8	4,7
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	1,4	1,6	(2)
Não foi necessário	84,8	85,6	83,6
Outro	0,8	(2)	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

6. Dadas as características do trabalho dos empreendedores era de se esperar que o meio mais utilizado para iniciar o atual negócio ou empresa tivesse origem na iniciativa própria (para 59,0% dos negros e 64,8% dos não-negros, conforme Tabela 3). O segundo recurso que mais aparece é a rede social, neste caso, mais utilizada entre negros (39,2%) do que entre não-negros (32,5%). Os demais meios, incluindo postos públicos de atendimento ao trabalhador e agências públicas de apoio, como o Banco do Povo, não chegaram a um número suficiente de casos a ponto de se obter significância estatística.

Tabela 3
Distribuição de empreendedores (1), segundo meio pelo qual iniciaram o atual
negócio ou empresa, por raça/cor
Distrito Federal
Maió a outubro de 2008

Meio pelo qual iniciaram o atual negócio/empresa	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	(2)	(2)	(2)
Agências públicas de apoio (Banco do Povo, etc.)	(2)	(2)	(2)
Agências privadas de apoio (Sebrae, bancos privados, etc)	(2)	(2)	(2)
Sindicato, associação de classe, organizações comunitárias, etc.	(2)	(2)	(2)
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	36,4	39,2	32,5
Não teve apoio	61,4	59,0	64,8
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

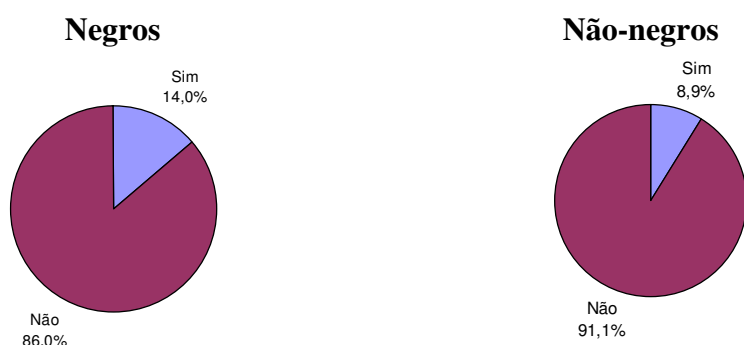
(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

7. De qualquer maneira, a parcela de empreendedores que passaram por algum posto público de atendimento ao trabalhador enquanto iniciavam seu negócio ou empresa é menor do que a de empregados e trabalhadores familiares, mas também mais utilizado entre negros (14,0%) do que entre não-negros (8,9%), como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2
Distribuição de empreendedores (1), segundo ida a postos públicos de atendimento
ao trabalhador enquanto iniciavam seu negócio ou empresa (por outros meios),
por raça/cor
Distrito Federal
Maió a outubro de 2008



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

8. O motivo do elevado percentual de não procura por postos de atendimento ao trabalhador (88,1%) foi justificado, pelos empreendedores, principalmente por não ser considerado necessário (83,4% pelos negros e 78,8% pelos não-negros) ou por avaliarem que o atendimento prestado pelo posto público é inadequado (9,3% negros e 13,8% não-negros), conforme Tabela 4.

Tabela 4
Distribuição de empreendedores (1), segundo meio pelo qual
iniciaram o atual negócio ou empresa, por raça/cor
Distrito Federal
Maior a outubro de 2008

Motivo da não procura	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	3,9	3,7	(2)
Tem muita burocracia/atendimento inadequado para o seu negócio ou empresa	11,2	9,3	13,8
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	2,4	(2)	(2)
Não foi necessário	81,4	83,4	78,8
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

9. Quanto aos empreendedores que indicaram alguma dificuldade enfrentada em seu negócio ou empresa (já que 40,2% de negros e 44,7% de não-negros afirmaram não ter qualquer dificuldade), grande parte achava que há excesso de concorrentes (25,9% de negros e 21,9% de não-negros), além de parcelas menores com dificuldades relacionadas a capital, impostos, administração e gestão, entre outras (Tabela 5). Aparentemente, a natureza do negócio ou empresa e, portanto, das principais dificuldades enfrentadas, não corresponde, na maioria dos casos, aos serviços oferecidos pelos postos públicos de atendimento. Os casos em que os empreendedores poderiam mostrar interesse pelos serviços públicos estariam entre as parcelas em que as dificuldades se relacionam a administração e gestão e capital, por exemplo, para os quais poderiam ser oferecidos cursos na área e concessão de crédito.

Tabela 5
Distribuição de empreendedores (1), segundo dificuldades enfrentadas no
negócio ou empresa, por raça/cor
Distrito Federal
Maio a outubro de 2008

Dificuldades enfrentadas no negócio ou empresa	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Excesso de concorrentes	24,2	25,9	21,9
Sazonalidade nas vendas de produtos ou serviços	6,7	6,4	7,0
Legalização da empresa ou negócio/muitos impostos	13,4	11,5	16,1
Falta de capital ou financiamento/instalações e equipamentos necessitando de melhorias	14,3	15,0	13,4
Falta de capacitação em gestão, administração/falta de assistência técnica/divulgação dos produtos ou serviços	4,8	5,0	4,4
Outras	7,6	8,7	6,0
Nenhuma	42,1	40,2	44,7

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

10. Entre os inativos, muitos declararam não trabalhar porque não precisam ou não querem trabalhar (26,4% negros e 31,9% não-negros), estudam (27,5% e 25,5%, respectivamente) ou cuidam dos afazeres domésticos (24,8% e 24,7%). Em menor proporção, as seguintes razões também foram mencionadas: idade inadequada para o trabalho (7,3% e 9,1%), dificuldades de encontrar um trabalho ou percepção de que o posto de trabalho oferecido não o remuneraria da forma esperada (5,7% e 4,8%) ou ainda por se sentirem discriminados (3,4% negros e 3,9% não-negros).

11. Aqueles que responderam os dois últimos itens poderiam ter interesse nos serviços de encaminhamento prestados pelos postos públicos, os quais talvez desconheçam. É interessante observar que os negros encontram mais dificuldade do que os não-negros em encontrar trabalho (ou acham que o que ganhariam não compensa), o que se alinha às altas taxas de desemprego entre os negros.

12. Os desempregados – que são, por definição, aqueles que efetivamente procuraram um trabalho – apontam dificuldades nesta procura, principalmente, pela falta de escolaridade ou de experiência (52,2% negros e 52,4% não-negros), pela elevada concorrência (44,4% e 43,2%, respectivamente), pela discriminação na seleção (14,4% e 11,6%) e pelas poucas oportunidades de trabalho ou realização de negócios (9,2% e 13,9%). Os serviços prestados nos postos públicos de atendimento incluem o

encaminhamento a cursos de qualificação que poderiam ajudar em alguns casos, mas certamente não resolveriam a falta de escolaridade (ensino formal); já em relação à falta de experiência, esses postos parecem ser uma boa opção a quem procura o primeiro trabalho, principalmente para os negros, cujos recursos de procura (exceto a rede social) se mostram menos eficientes do que os utilizados pelos não-negros. A discriminação na seleção (por idade, cor, sexo ou deficiência) percebida pelos desempregados é apresentada em proporções bem maiores do que as dos inativos (Tabela 6).

Tabela 6
Distribuição de desempregados (1), segundo dificuldades para conseguir
trabalho, por raça/cor
Distrito Federal
Maio a outubro de 2008

Dificuldades para conseguir trabalho	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Muita concorrência para poucas vagas	44,0	44,4	43,2
Falta trabalho na área onde mora/falta clientes ou serviços	10,9	9,2	13,9
Financiamento para abrir seu próprio negócio	(2)	(2)	(2)
Falta de escolaridade ou qualificação/falta de experiência	52,3	52,2	52,4
Discriminação na seleção (idade/cor/sexo/deficiência)	13,4	14,4	11,6
Os salários oferecidos são baixos/jornada de trabalho incompatível com estudos, afazeres domésticos/nenhuma	5,5	4,9	6,5
Outras	3,4	3,3	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

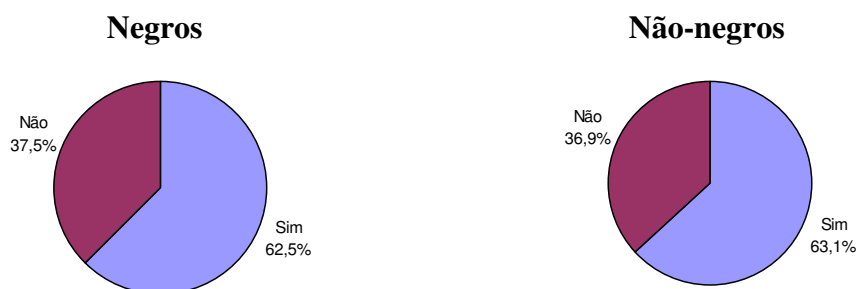
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

Uso do Seguro-Desemprego

13. Do total de pessoas com 14 anos e mais, que perderam ou deixaram o emprego com carteira assinada nos últimos oito anos, mais da metade usou o seguro-desemprego, sendo que entre negros (62,5%) e não-negros (63,1%) a utilização foi em proporções semelhantes, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos, segundo uso do seguro-desemprego, por raça/cor
Distrito Federal
Maior a outubro de 2008



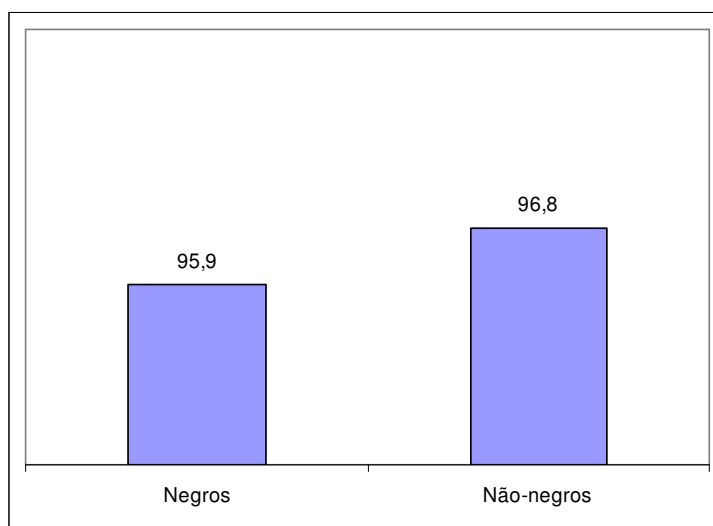
Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

14. A maioria das pessoas que fizeram uso desse benefício já estava, na época da entrevista, em 2008, ocupadas (71,2% negros e 69,3% não-negros). As demais estavam desempregadas (18,1% e 17,6%, respectivamente) ou inativas (10,6% e 13,1%).

15. Apenas uma pequena parcela dessas pessoas que usaram o seguro-desemprego foi encaminhada para alguma vaga pelo sistema público de atendimento ao trabalhador: 95,9% dos negros e 96,8% dos não-negros não foram orientados nesse sentido (Gráfico 4). Aqui, a possibilidade de desconhecimento do serviço tende a ser menor, uma vez que o posto de atendimento é um dos locais possíveis para se requerer o benefício, mas não o único, e não necessariamente nos demais locais há indicação dos postos públicos de atendimento a estes trabalhadores, o que viria a acontecer com a integração dos serviços – a legislação brasileira não obriga que o requerente do seguro-desemprego seja incluído no cadastro para vagas de emprego e cursos de qualificação ou capacitação profissional. Portanto, este baixo percentual pode estar associado à não procura dos postos, pela falta de necessidade (até porque muitos encontraram ocupação posteriormente), ou pela idéia de que as vagas oferecidas são inadequadas a algumas profissões, que há muita burocracia ou pouca oferta de vagas, como acham alguns usuários, ou mesmo à qualidade dos serviços prestados e à falta de integração dos serviços.

Gráfico 4
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que
usaram o seguro-desemprego nos últimos oito
anos, segundo encaminhamento para alguma vaga
pelo sistema público de atendimento ao
trabalhador, por raça/cor
Distrito Federal
Maio a outubro de 2008



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

16. Mais da metade daqueles que não usaram o seguro-desemprego apresentaram como principal motivo eventos que os incapacitava para isso: pediram demissão (23,4% negros e 32,0% não-negros), faltou completar o período de carência (23,7% e 18,7%, respectivamente) ou não ficaram desempregados neste período (15,5% e 16,0%) (Tabela 7).

Tabela 7
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram
algum emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito
anos, segundo uso do seguro-desemprego, por raça/cor
Distrito Federal
Maior a outubro de 2008

Motivo	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Contrato temporário	9,2	7,1	12,2
Pediu demissão	26,8	23,4	32,0
Não ficou desempregado neste período	15,7	15,5	16,0
Teve outras rendas ou trabalhos	(1)	(1)	(1)
Faltou completar o período de carência	21,7	23,7	18,7
Não vale a pena ou foi despedido por justa causa	2,5	(1)	(1)
Outros	26,7	30,2	21,4

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

Qualificação Profissional

17. Entre as pessoas que usaram o seguro-desemprego, apenas 10,7% dos negros (e um percentual mais baixo de não-negros) realizaram algum curso de qualificação ou capacitação profissional durante a vigência do benefício, seja por indicação do Sine ou demais postos públicos, por iniciativa da antiga empresa ou por iniciativa própria.

18. Do total de pessoas com 14 anos e mais, 36,3% negros e 37,5% não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Para a grande maioria tratava-se especificamente de cursos de capacitação, em especial entre os negros (71,7% e 64,1%, respectivamente) e, em menor medida, de cursos de graduação superior com quatro anos ou mais (21,9% e 27,0%). Em proporções ainda menores, tratava-se de pós-graduação, mestrado ou doutorado (6,4% e 10,9%), supletivo de ensino fundamental ou médio (3,7% e 1,6%), médio integrado e educação profissional (1,5% negros e percentual inferior entre não-negros) ou curso de graduação superior com menos de 4 anos (1,0% e 1,7%).

19. Estes cursos eram predominantemente pagos pelos próprios estudantes ou seus familiares (58,8% negros e 61,7% não-negros) ou eram gratuitos, alternativa mais utilizada por negros (24,7%) do que não-negros (18,2%) ou ainda eram pagos com recursos da empresa (14,1% e 18,1%, respectivamente).

20. No Distrito Federal, a responsabilidade da realização de cursos de qualificação era praticamente compartilhada entre entidades públicas (50,5% dos negros e 44,4% dos não-negros) e privadas (49,5% e 55,6%, respectivamente).

21. Aqueles que realizaram algum curso e que relacionam diretamente seus resultados ao trabalho, o fazem mais no sentido de ampliar conhecimento e oportunidades do que obter ou mudar de trabalho ou profissão. Assim, uma parcela representativa considerou como resultado da realização do curso obter conhecimentos de interesse pessoal (44,2% negros e 36,3% não-negros), crescer profissionalmente no atual trabalho (18,8% e 22,0%, respectivamente), ter uma profissão (16,5% e 18,2%) ou ampliar as possibilidades de obter trabalho (16,8% e 17,6%) (Tabela 8).

Tabela 8
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que realizam ou
realizaram algum curso de qualificação/capacitação profissional nos
últimos três anos, segundo resultados obtidos pelo curso, por
raça/cor
Distrito Federal
Maio a outubro de 2008

Resultados proporcionados pelo curso	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Obter o primeiro emprego ou trabalho	1,8	1,9	1,7
Obter o atual emprego ou trabalho	4,7	4,6	4,9
Crescimento profissional no atual trabalho	20,2	18,8	22,0
Melhorou o desempenho do negócio ou empresa	2,5	2,6	2,4
Obter ou mudar de emprego ou trabalho	1,4	1,4	(1)
Ter uma profissão	17,2	16,5	18,2
Ampliar as possibilidades de obter trabalho	17,1	16,8	17,6
Obter conhecimentos de interesse pessoal	40,8	44,2	36,3
Ainda não concluiu o curso	31,3	29,4	33,8
Não serviu para nada	3,3	3,7	2,8
Outros	(1)	(1)	(1)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

22. Entre as pessoas que não realizaram nenhum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos, um pouco menos da metade justificou não ter interesse ou não precisar fazer qualquer curso (46,0% negros e 48,6% não-negros), muitos não o fizeram por falta de tempo (23,6% e 28,2%, respectivamente) ou por motivo financeiro (20,5% e 14,4%), entre outros (Tabela 9).

Tabela 9
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que não realizaram
nenhum curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos
três anos, segundo motivo, por raça/cor
Distrito Federal
Maio a outubro de 2008

Motivo	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de pessoas com 14 anos e mais	100,0	100,0	100,0
Financeiro	18,0	20,5	14,4
Falta de tempo	25,5	23,6	28,2
Não tem os requisitos exigidos	5,8	6,0	5,4
Falta de cursos perto da residência ou trabalho	1,5	1,6	1,5
Baixa qualidade dos cursos disponíveis	(1)	(1)	(1)
Duração muito extensa dos cursos	(1)	(1)	(1)
Não tem interesse ou não necessita	47,0	46,0	48,3
Outro	2,0	2,0	1,9

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

23. As informações tratadas neste estudo mostram que os serviços que envolvem o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda têm relevância para uma parcela importante da população em geral e principalmente para uma parcela da população negra. Pode-se afirmar, a partir destes dados levantados pela PED, que cerca de um terço da população considerada neste estudo recorreu a postos públicos de atendimento ao trabalhador como um dos recursos de procura por trabalho, embora essa parcela possa ser ampliada com maior número de postos, mais divulgação dos seus serviços e integração do Sistema, além da necessidade de torná-lo mais eficiente a partir, principalmente, do aumento da captação de vagas adequadas ao seu público. O seguro-desemprego tem boa cobertura, mas também ganharia com a integração do Sistema, com a reformulação da legislação em vigor. Quanto aos cursos de qualificação e capacitação profissional, foi mostrado que são amplamente realizados e parecem trazer benefícios efetivos ao trabalhador (embora a prioridade ainda seja o aumento do nível de escolaridade). No entanto, estes cursos são majoritariamente pagos, no caso de negros e não-negros, mas quando gratuitos, os negros são os que mais os realizam, indicando que o aumento de cursos gratuitos irá beneficiar principalmente este segmento da população, que parece ser o que mais necessita.

OS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO E O ACESSO AO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Em alusão ao Dia da Consciência Negra

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), realizada por meio de convênio entre FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e com apoio do MTE/FAT, permite dimensionar as principais características de inserção no mercado de trabalho de alguns segmentos populacionais. Recentemente, através de um questionário suplementar sobre o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), aplicado no período de maio a outubro de 2008, foi possível obter importantes informações a respeito de estratégias de procura por trabalho, uso do seguro-desemprego e realização de cursos de qualificação profissional da população com 14 anos e mais – mais especificamente, ocupados,¹ desempregados e inativos. Com um recorte por raça/cor, estes dados permitiram conhecer os diferenciais de acesso ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda entre negros e não-negros.²

O presente estudo tem por objetivo analisar o acesso de negros e não-negros ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de maio a outubro de 2008.

Destaca-se, dos resultados obtidos para a RMPA, que a ida a postos públicos de atendimento ao trabalhador como meio de procura de trabalho foi utilizado por 19,9% dos empregados, embora apenas 2,0% tenham obtido o atual emprego por esse mecanismo de busca. A atual empresa ou empregador continua sendo a forma mais eficiente de se encontrar um trabalho, tanto entre os negros quanto entre os não-negros (cerca de 43,0%).

¹ Ocupados: empregados com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregados no setor público, empregados domésticos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

² A população negra corresponde às pessoas classificadas como negras ou pardas e a população não-negra corresponde a brancos e amarelos.

Um percentual um pouco maior de negros (66,5%) do que de não-negros (64,1%) usou o seguro-desemprego dentre aqueles que perderam o emprego nos últimos oito anos. Dos que usaram o benefício, 3,7% foram encaminhados a uma vaga pelo SPETR.

Do total de pessoas com 14 anos e mais, 22,3% de negros e 27,7% de não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Entre os que fizeram curso, os que relacionam diretamente seus resultados ao trabalho, o fazem mais no sentido de ampliar conhecimento e oportunidades do que de obter ou mudar de trabalho ou profissão – no primeiro caso, um pouco mais fortemente percebido entre os não-negros e, no segundo, entre os negros.

Nas seções que se seguem são analisados, com mais detalhes, os resultados da Pesquisa Especial Acesso ao SPETR sob a ótica de raça/cor.

Estratégias de Procura por Trabalho

1. No período de maio a outubro de 2008, do total de empregados e trabalhadores familiares, apenas 15,6% eram negros. Entre os empreendedores – neste estudo representados por trabalhadores autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar – a proporção de negros era ainda menor do que no segmento de empregados e trabalhadores familiares (10,1%).

2. Naquele período, a parcela mais expressiva dos empregados e trabalhadores familiares (42,6%) encontraram seu atual trabalho direto na empresa empregadora/empregador. Entre os negros, a proporção foi semelhante (42,7%). Todavia, considerado o segundo meio mais apontado para obtenção do trabalho atual (rede social) verifica-se que a população negra recorreu mais intensamente a parentes, amigos e conhecidos (36,9%) do que os não-negros (34,3%) -Tabela 1.

Tabela 1

**Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1), segundo meio pelo qual encontraram o atual trabalho, por raça/cor
Região Metropolitana de Porto Alegre – maio a outubro de 2008**

(%)

Meio pelo qual encontraram o atual trabalho	Região Metropolitana de Porto Alegre		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	2,0	(2)	2,0
Atual empresa empregadora/empregador	42,6	42,7	42,6
Agências privadas/órgãos de integração de estagiários	7,0	7,0	7,0
Organizações comunitárias/centrais sindicais/sindicatos	(2)	(2)	(2)
Concurso público	12,0	9,6	12,4
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	34,7	36,9	34,3
Outro	1,4	(2)	1,4

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

3. Seguindo-se às redes sociais, o concurso público aparece em terceiro lugar, sendo mais importante para os trabalhadores não-negros (12,4%) do que para os negros (9,6%).

4. Entre os empregados e trabalhadores familiares que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador, a maioria justificou que não foi necessário (84,3% dos negros e 88,1% dos não-negros). Todavia, 8,4% dos trabalhadores negros justificaram a não utilização dos postos públicos de atendimento ao trabalhador por apresentarem muita burocracia e/ou oferecerem poucas vagas. Entre os não-negros, teve alguma expressão (4,4%) a afirmativa de vagas inadequadas para a sua profissão (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador (1), segundo motivo da não procura, por raça/cor
Região Metropolitana de Porto Alegre - Maio a outubro de 2008
 (%)

Motivo da não procura	Região Metropolitana de Porto Alegre		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	1,7	(2)	1,7
Tem muita burocracia/oferece poucas vagas	3,6	8,4	2,8
Vagas inadequadas para a profissão	4,2	(2)	4,4
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	1,5	(2)	1,5
Não foi necessário	87,5	84,3	88,1
Outro	1,5	(2)	1,6

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

5. Dadas as características do trabalho dos empreendedores era de se esperar que o meio mais utilizado para iniciar o atual negócio ou empresa tivesse origem na iniciativa própria, sem apoio externo (para 62,8% dos negros e 63,6% dos não-negros, conforme Tabela 3). O segundo recurso que mais aparece é a rede social (33,9% entre os negros e 33,3% entre não-negros). Os demais meios, incluindo postos públicos de atendimento ao trabalhador e agências públicas de apoio, como o Banco do Povo, não chegaram a um número suficiente de casos a ponto de se obter significância estatística.

Tabela 3
Distribuição de empreendedores (1), segundo meio pelo qual iniciaram o atual
negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de Porto Alegre - maio a outubro de 2008
(%)

Meio pelo qual iniciaram o atual negócio/empresa	Região Metropolitana de Porto Alegre		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	(2)	(2)	(2)
Agências públicas de apoio (Banco do Povo, etc.)	(2)	(2)	(2)
Agências privadas de apoio (Sebrae, bancos privados, etc)	(2)	(2)	(2)
Sindicato, associação de classe, organizações comunitárias, etc.	(2)	(2)	(2)
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	33,4	33,9	33,3
Não teve apoio	63,6	62,8	63,6
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

6. De qualquer maneira, a parcela de empreendedores que passaram por algum posto público de atendimento ao trabalhador enquanto iniciavam seu negócio ou empresa (8,3%) é menor do que a de empregados e trabalhadores familiares (19,9%).

7. O motivo do elevado percentual de não procura por postos de atendimento ao trabalhador foi justificado, pelos empreendedores, principalmente por não ser considerado necessário (79,3% pelos negros e 79,6% pelos não-negros) e/ou por entenderem que o atendimento tem muita burocracia ou é inadequado para o seu negócio ou empresa (13,0% do total de empreendedores), conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4
Distribuição de empreendedores que não procuraram postos públicos de atendimento (1),
segundo motivo da não procura, por raça/cor
Região Metropolitana de Porto Alegre – maio a outubro de 2008
(%)

Motivo da não procura	Região Metropolitana de Porto Alegre		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	4,3	(2)	4,3
Tem muita burocracia/atendimento inadequado para o seu negócio ou empresa	13,0	(2)	13,0
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	(2)	(2)	(2)
Não foi necessário	79,6	79,3	79,6
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

8. Entre os empreendedores as principais dificuldades enfrentadas não correspondem, aparentemente, à natureza do negócio ou empresa e, portanto, na maioria dos casos, aos serviços oferecidos pelos postos públicos de atendimento. Para esse segmento, 32,5% dos negros e 37,5% dos não-negros afirmaram não enfrentar nenhuma dificuldade no negócio; grande parte achava que há excesso de concorrentes (29,2% dos negros e 27,0% dos não-negros); e problemas de legalização do negócio (18,5% do total de empreendedores), conforme pode-se observar na Tabela 5. Os casos em que os empreendedores poderiam mostrar interesse pelos serviços públicos estariam entre as parcelas em que as dificuldades se relacionam a administração e gestão e capital, por exemplo, para os quais poderiam ser oferecidos cursos na área e concessão de crédito.

Tabela 5
Distribuição de empreendedores (1), segundo dificuldades enfrentadas no negócio
ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de Porto Alegre – maio a outubro de 2008
(%)

Dificuldades enfrentadas no negócio ou empresa	Região Metropolitana de Porto Alegre		
	Total	Negros	Não-negros
Excesso de concorrentes	27,2	29,2	27,0
Sazonalidade nas vendas de produtos ou serviços	11,6	(2)	10,9
Legalização da empresa ou negócio/muitos impostos	18,5	(2)	19,4
Falta de capital ou financiamento/instalações e equipamentos necessitando de melhorias	10,5	(2)	10,0
Falta de capacitação em gestão, administração/falta de assistência técnica/divulgação dos produtos ou serviços	4,9	(2)	4,9
Outras	18,1	(2)	18,7
Nenhuma	37,0	32,5	37,5

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

9. Os desempregados – que são, por definição, aqueles que efetivamente procuraram um trabalho – apontam dificuldades nesta procura, principalmente, pela falta de escolaridade ou de experiência (64,3% dos negros e 53,3% dos não-negros), muita concorrência para poucas vagas (28,7% e 33,2%, respectivamente) e discriminação na seleção (23,4% dos negros e 23,2% dos não-negros). Os serviços prestados nos postos públicos de atendimento incluem o encaminhamento a cursos de qualificação que poderiam ajudar em alguns casos, mas certamente não resolveriam a falta de

escolaridade (ensino formal). A discriminação na seleção (por idade, cor, sexo ou deficiência) percebida pelos desempregados é apresentada em proporções bem maiores do que as dos inativos, mas são mais próximas entre negros e não-negros (Tabela 6).

Tabela 6
Proporção de desempregados (1), segundo dificuldades para conseguir trabalho, por
raça/cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a outubro de 2008

(%)

Dificuldades para conseguir trabalho	Região Metropolitana de Porto Alegre		
	Total	Negros	Não-negros
Muita concorrência para poucas vagas	32,2	28,7	33,2
Falta trabalho na área onde mora/falta clientes ou serviços	8,3	(2)	9,0
Financiamento para abrir seu próprio negócio	(2)	(2)	(2)
Falta de escolaridade ou qualificação/falta de experiência	55,7	64,3	53,3
Discriminação na seleção (idade/cor/sexo/deficiência)	23,3	23,4	23,2
Os salários oferecidos são baixos/jornada de trabalho incompatível com estudos, afazeres domésticos/nenhuma	7,6	(2)	8,5
Outras	5,4	(2)	5,7

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Desempregados com 14 anos e mais.

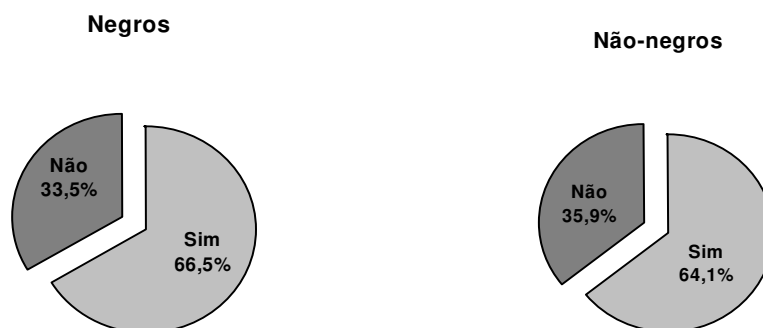
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

Uso do Seguro-Desemprego

10. Do total de pessoas com 14 anos e mais, que perderam ou deixaram o emprego com carteira assinada nos últimos oito anos, mais da metade usou o seguro-desemprego, com um percentual ligeiramente maior dos negros (66,5%) do que dos não-negros (64,1%), conforme Gráfico 1.

Gráfico 1
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum
emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos, segundo situação
de uso do seguro-desemprego, por raça/cor
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a outubro de 2008



Fonte: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

11. A maioria das pessoas que fizeram uso desse benefício já estava, na época da entrevista, em 2008, ocupada (71,1% negros e 74,5% não-negros). As demais estavam desempregadas (16,2% e 11,8%, respectivamente) ou inativas (12,7% e 13,6%).

12. Mais da metade daqueles que não usaram o seguro-desemprego apresentaram como principais motivos eventos que os incapacitava para isso: pediram demissão (26,0% negros e 28,4% não-negros), faltou completar o período de carência (28,2% e 23,2%, respectivamente) - Tabela 7.

Tabela 7
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum
emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos e não usaram o
seguro-desemprego, segundo motivo, por raça/cor
Região Metropolitana de Porto Alegre - maio a outubro de 2008

Motivo	(%) Região Metropolitana de Porto Alegre		
	Total	Negros	Não-negros
Contrato temporário	7,1	(1)	7,1
Pediu demissão	28,0	26,0	28,4
Não ficou desempregado neste período	11,4	(1)	11,9
Teve outras rendas ou trabalhos	10,4	(1)	11,0
Faltou completar o período de carência	24,0	28,2	23,2
Não vale a pena ou foi despedido por justa causa	(1)	(1)	(1)
Outros	24,4	27,2	23,9

Fonte: Convênio PED-RMPA - FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

Qualificação Profissional

13. Do total de pessoas com 14 anos e mais, 22,3% dos negros e 27,7% dos não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Para a grande maioria tratava-se especificamente de cursos de capacitação, em especial entre os negros (66,8%) e em menor proporção entre os não-negros (61,7%); em menor medida, mas com percentual significativo, aparecem os cursos de graduação superior com quatro anos ou mais (17,3% dos negros e 24,3% dos não-negros), seguido do supletivo de ensino fundamental ou médio (8,2% dos negros e 3,5% dos não-negros).

14. Quanto ao financiamento dos cursos de qualificação profissional, observou-se que estes eram predominantemente pagos pelos próprios estudantes ou seus familiares (45,6% dos negros e 56,4% dos não-negros) ou com recursos da empresa (19,5% e 23,6%, respectivamente) ou eram gratuitos, alternativa mais utilizada por negros (32,3%) do que não-negros (15,5%). A maioria das entidades responsáveis pelos cursos era privada (75,7% dos negros e 80,8% dos não-negros).

15. Aqueles que realizaram algum curso de qualificação, o fizeram mais com o sentido de ampliar conhecimento (29,4% dos negros e 34,9% dos não-negros) e aumentar as possibilidades de obter trabalho (26,3% dos negros e 22,0% dos não-negros). O

crescimento profissional no atual trabalho aparece como terceira opção (26,3% dos negros e 22,0% dos não-negros), seguida da necessidade de ter uma profissão (10,6% dos negros e 13,5% dos não-negros) e obter o atual emprego (11,1% dos negros e 8,2% dos não-negros) - Tabela 8.

Tabela 8
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que realizam ou realizaram algum curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo resultados proporcionados pelo curso, por raça/cor
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a outubro de 2008

Resultados proporcionados pelo curso	Região Metropolitana de Porto Alegre (%)		
	Total	Negros	Não-negros
Obter o primeiro emprego ou trabalho	2,5	(1)	2,5
Obter o atual emprego ou trabalho	8,6	11,1	8,2
Crescimento profissional no atual trabalho	26,3	17,9	27,5
Melhorou o desempenho do negócio ou empresa	6,0	(1)	6,3
Obter ou mudar de emprego ou trabalho	2,6	(1)	2,6
Ter uma profissão	13,2	10,6	13,5
Ampliar as possibilidades de obter trabalho	22,6	26,3	22,0
Obter conhecimentos de interesse pessoal	34,2	29,4	34,9
Ainda não concluiu o curso	30,5	29,8	30,6
Não serviu para nada	2,4	(1)	2,2
Outros	3,5	(1)	3,4

Fonte: Convênio PED-RMPA - FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

16. Entre as pessoas que não realizaram nenhum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos, mais da metade justificou não ter interesse ou não precisar fazer qualquer curso (56,2% negros e 61,6% não-negros), muitos não o fizeram por motivo financeiro (26,4% e 17,2%, respectivamente), por falta de tempo (11,9% e 16,2%) ou por não ter os requisitos exigidos (2,9% e 2,1%), entre outros (Tabela 9).

Tabela 9
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que não realizaram nenhum curso de
qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo motivo de não
realização, por raça/cor
Região Metropolitana de Porto Alegre - maio a outubro de 2008

Motivo	(%)		
	Região Metropolitana de Porto Alegre		
	Total	Negros	Não-negros
Total de pessoas com 14 anos e mais	100,0	100,0	100,0
Financeiro	18,7	26,4	17,2
Falta de tempo	15,5	11,9	16,2
Não tem os requisitos exigidos	2,3	2,9	2,1
Falta de cursos perto da residência ou trabalho	0,4	(1)	0,5
Baixa qualidade dos cursos disponíveis	(1)	(1)	(1)
Duração muito extensa dos cursos	(1)	(1)	(1)
Não tem interesse ou não necessita	60,7	56,2	61,6
Outro	2,3	(1)	2,3

Fonte: Convênio PED-RMPA - FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

Os Negros no Mercado de Trabalho e o Acesso ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, da Fundação Seade e do Dieese, permite dimensionar as principais características de inserção no mercado de trabalho dos segmentos populacionais. Através de um questionário suplementar sobre o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR, aplicado no período de maio a outubro de 2008, foi possível obter importantes informações a respeito de estratégias de procura por trabalho, uso do seguro-desemprego e realização de cursos de qualificação profissional da população com 14 anos e mais – economicamente ativa ou inativa, mais especificamente, ocupados,¹ desempregados e inativos. Com um recorte por raça-cor, estes dados permitiram conhecer os diferenciais de acesso ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda entre negros e não-negros,² sobre aqueles temas abordados.

O presente estudo analisa o acesso ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda pelas populações de negros e de não-negros.

Em relação às políticas públicas do SPETR, os resultados obtidos para a RMR mostram que, no período entre maio e outubro de 2008, a ida a postos públicos de atendimento ao trabalhador como meio de procura de trabalho foi utilizado por 26,5% dos empregados, embora apenas 1,5% de negros tenham obtido o atual emprego por esse mecanismo de busca. A rede social continua sendo a forma mais eficiente de se encontrar um trabalho, principalmente entre os negros (66,4%) do que entre os não-negros (58,5%). Uma grande parte dos empregados não passou por postos de atendimento por não ter sido necessário (83,2% negros e 86,3% não-negros).

Um percentual um pouco maior de negros (70,4%) do que de não-negros (66,7%) usou o seguro-desemprego dentre aqueles que perderam o emprego nos últimos oito anos.

¹ Ocupados: empregados com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregados no setor público, empregados domésticos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

² A população negra corresponde às pessoas classificadas como negras ou pardas e a população não-negra corresponde a brancos e amarelos.

Do total de pessoas com 14 anos e mais, 19,6% negros e 23,7% não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Entre os que fizeram curso, os que relacionam diretamente seus resultados ao trabalho, o fazem mais no sentido de ampliar conhecimento e oportunidades do que de obter ou mudar de trabalho ou profissão – no primeiro caso, um pouco mais fortemente percebido entre os não-negros e, no segundo, entre os negros.

SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Estratégias de Procura por Trabalho

1. No período de maio a outubro de 2008, do total de empregados e trabalhadores familiares, 70,6% eram negros e 29,4%, não-negros. Os empreendedores – neste estudo representados por trabalhadores autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar – apresentavam proporção um pouco menor do que o segmento de empregados entre os negros (70,1%) e maior entre os não-negros (29,9%).
2. Naquele período, 64,1% dos empregados e trabalhadores familiares encontraram seu atual trabalho por indicação de parentes, amigos ou conhecidos. Esse foi o principal meio utilizado por negros (66,4%), especialmente, mas também por não-negros (58,5%) (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1), segundo meio pelo qual encontraram o atual trabalho, por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maio a outubro de 2008

Meio pelo qual encontraram o atual trabalho	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	1,5	1,5	(2)
Atual empresa empregadora/empregador	19,9	19,4	21,0
Agências privadas/órgãos de integração de estagiários	2,4	2,2	3,0
Organizações comunitárias/centrais sindicais/sindicatos	(2)	(2)	(2)
Concurso público	11,1	9,6	14,7
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	64,1	66,4	58,5
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

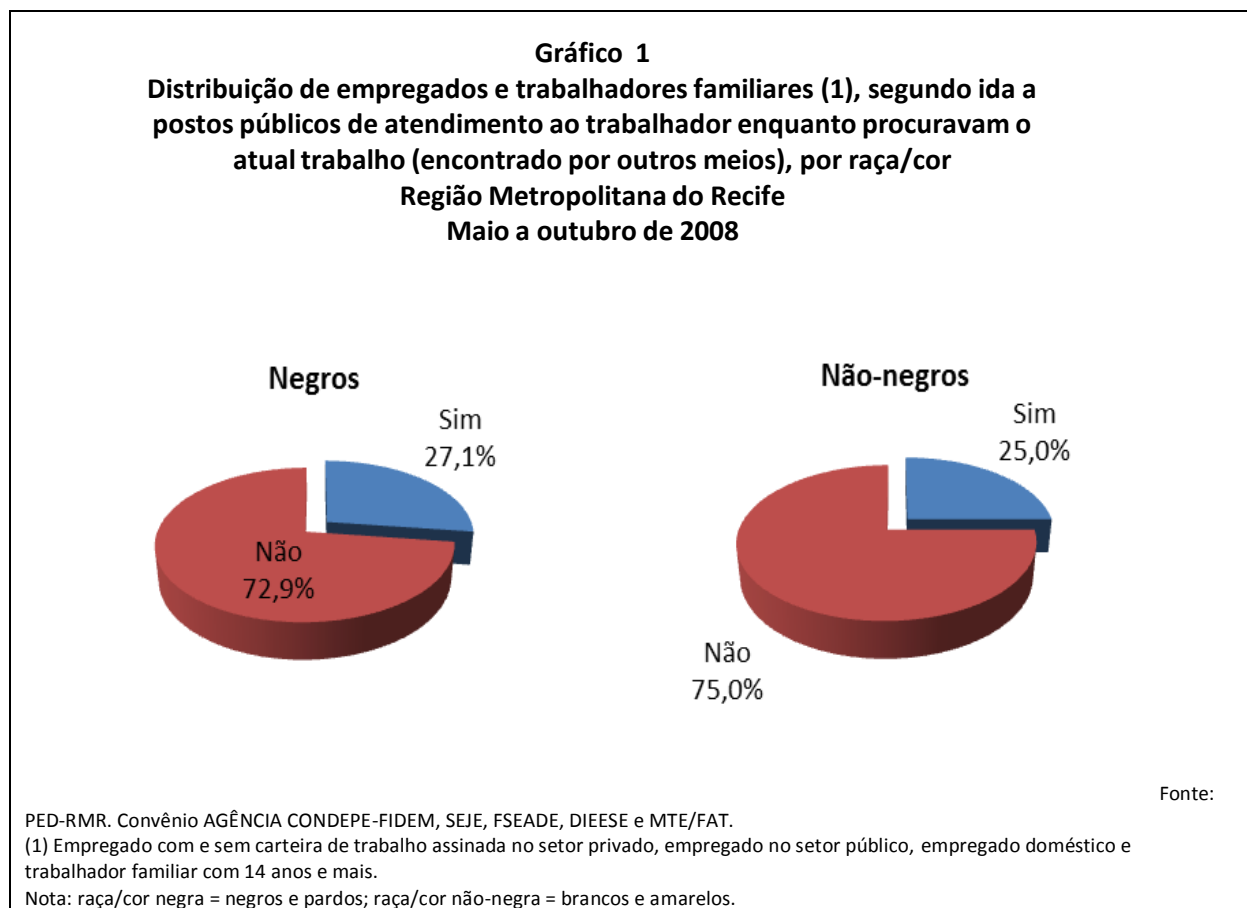
(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

3. O contato direto com o atual empregador também aparece como importante meio para obtenção de trabalho, apenas ligeiramente mais utilizado pelos não-negros (21,0%) do que pelos negros (19,4%). Enquanto, os postos públicos de atendimento ao trabalhador tiveram pequena participação de negros (1,5%).

4. Entre os empregados e trabalhadores familiares com trabalho obtido por outro meio que não o serviço público de encaminhamento ao trabalhador, 26,5% declararam ter ido a um posto público: destes, 27,1% eram negros e 25,0%, não-negros (Gráfico 1). Embora a maioria (73,5%) sequer tenha recorrido a um destes postos na tentativa de encontrar um trabalho, percebe-se que é um recurso relativamente bem utilizado, em especial entre os negros, mas que oferece muito pouco retorno efetivo.



5. Entre os empregados e trabalhadores familiares que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador, a maioria justificou que não foi necessário (83,2% negros e 86,3% não-negros), uma parcela de 6,9% de negros e 5,7% de não-negros apontaram que há muita burocracia ou pouca oferta de vagas e 5,0% dos negros declararam não conhecer o serviço (Tabela 2). Essas informações reforçam a importância do serviço público para

aqueles que não encontram, afora a rede social, outros recursos capazes de proporcionar uma procura de trabalho frutífera, além de apontar para a necessidade de ampliação da rede de atendimento e de divulgação dos serviços.

Tabela 2
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1) que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador, segundo motivo da não procura, por raça/cor Região Metropolitana do Recife
Maio a outubro de 2008

Motivo da não procura	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	4,7	5,0	(2)
Tem muita burocracia/oferece poucas vagas	6,6	6,9	5,7
Vagas inadequadas para a profissão	(2)	(2)	(2)
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	2,7	3,1	(2)
Não foi necessário	84,1	83,2	86,3
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

6. Dadas as características do trabalho dos empreendedores era de se esperar que o meio mais utilizado para iniciar o atual negócio ou empresa tivesse origem na iniciativa própria para 60,3% dos negros e 58,6% dos não-negros (Tabela 3). O segundo recurso que mais aparece é a rede social, neste caso, menos utilizada entre negros (37,3%) do que entre não-negros (38,6%). Os demais meios, incluindo postos públicos de atendimento ao trabalhador e agências públicas de apoio, como o Banco do Povo, não chegaram a um número suficiente de casos a ponto de se obter significância estatística.

Tabela 3
Distribuição de empreendedores (1), segundo meio pelo qual iniciaram o atual negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maio a outubro de 2008

Meio pelo qual iniciaram o atual negócio/empresa	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	(2)	(2)	(2)
Agências públicas de apoio (Banco do Povo, etc.)	(2)	(2)	(2)
Agências privadas de apoio (Sebrae, bancos privados, etc)	(2)	(2)	(2)
Sindicato, associação de classe, organizações comunitárias, etc.	(2)	(2)	(2)
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	37,7	37,3	38,6
Não teve apoio	59,8	60,3	58,6
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

7. De qualquer maneira, a parcela de empreendedores que passaram por algum posto público de atendimento ao trabalhador enquanto iniciavam seu negócio ou empresa é menor do que a de empregados e trabalhadores familiares, sendo pouco mais utilizado entre negros (10,9%) do que entre não-negros (10,0%), como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2
Distribuição de empreendedores (1), segundo ida a postos públicos de atendimento ao trabalhador enquanto iniciavam seu negócio ou empresa (por outros meios), por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maio a outubro de 2008



Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

8. O motivo do elevado percentual de não procura por postos de atendimento ao trabalhador (81,1%) foi justificado, pelos empreendedores, principalmente por não ser considerado necessário para 79,7% dos negros e 84,3% dos não-negros (Tabela 4).

Tabela 4
Distribuição de empreendedores (1), que não procuraram postos públicos de atendimento, segundo motivo da não procura, por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maio a outubro de 2008

Motivo da não procura	Em percentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	7,0	7,1	(2)
Tem muita burocracia/atendimento inadequado para o seu negócio ou empresa	8,7	9,4	(2)
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	(2)	(2)	(2)
Não foi necessário	81,1	79,7	84,3
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

9. Quanto aos empreendedores que indicaram alguma dificuldade enfrentada em seu negócio ou empresa (já que 52,1% de negros e 49,5% de não-negros afirmaram não ter qualquer dificuldade), grande parte achava que há excesso de concorrentes (23,7% de negros e 22,3% de não-negros), além de parcelas menores com dificuldades relacionadas a capital, instalações e equipamentos, impostos, administração e gestão, entre outras (Tabela 5). Aparentemente, a natureza do negócio ou empresa e, portanto, das principais dificuldades enfrentadas, não corresponde, na maioria dos casos, aos serviços oferecidos pelos postos públicos de atendimento. Os casos em que os empreendedores poderiam mostrar interesse pelos serviços públicos estariam entre as parcelas em que as dificuldades se relacionam a administração e gestão e capital, por exemplo, para os quais poderiam ser oferecidos cursos na área e concessão de crédito.

Tabela 5
Distribuição de empreendedores (1), segundo dificuldades enfrentadas no negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maió a outubro de 2008

Dificuldades enfrentadas no negócio ou empresa	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Excesso de concorrentes	23,3	23,7	22,3
Sazonalidade nas vendas de produtos ou serviços	5,9	5,8	(2)
Legalização da empresa ou negócio/muitos impostos	4,4	3,7	(2)
Falta de capital ou financiamento/instalações e equipamentos necessitando de melhorias	16,0	16,4	15,0
Falta de capacitação em gestão, administração/falta de assistência técnica/divulgação dos produtos ou serviços	4,4	4,0	(2)
Outras	6,2	5,8	(2)
Nenhuma	51,3	52,1	49,5

Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

10. Entre os inativos, muitos declararam não trabalhar porque cuidam dos afazeres domésticos (30,2% negros e 27,9% não-negros), não precisam ou não querem trabalhar (27,0% e 31,8%, respectivamente), estudam (24,0% e 22,7%), acham que não têm idade para trabalhar (10,9% e 12,1%), não encontram trabalho ou o que ganhariam não compensa (8,9% e 8,1%) ou sentem-se discriminados (4,3% negros e 5,0% não-negros).

11. Aqueles que responderam os dois últimos itens poderiam ter interesse nos serviços de encaminhamento prestados pelos postos públicos, os quais talvez desconheçam. É interessante observar que os negros encontram mais dificuldade do que os não-negros em encontrar trabalho (ou acham que o que ganhariam não compensa), o que se alinha às altas taxas de desemprego entre os negros. A discriminação por algum motivo (idade, cor, sexo, deficiência), durante o processo seletivo, também é uma queixa um pouco acentuada entre os inativos negros, embora não seja a principal.

12. Os desempregados – que são, por definição, aqueles que efetivamente procuraram um trabalho – apontam dificuldades nesta procura, principalmente, pela falta de escolaridade ou de experiência (56,4% negros e 52,2% não-negros), muita concorrência (50,3% e 47,4%, respectivamente) e discriminação na seleção (14,6% negros e 18,6% não-negros). Os serviços prestados nos postos públicos de atendimento incluem o encaminhamento a cursos de qualificação que poderiam ajudar em alguns casos, mas certamente não resolveriam a falta de escolaridade (ensino formal); já em relação à falta de

experiência, esses postos parecem ser uma boa opção a quem procura o primeiro trabalho, principalmente para os negros, cujos recursos de procura (exceto a rede social) se mostram menos eficientes do que os utilizados pelos não-negros. A discriminação na seleção (por idade, cor, sexo ou deficiência) percebida pelos desempregados é apresentada em proporções bem maiores do que as dos inativos, mas são mais próximas entre negros e não-negros (Tabela 6).

Tabela 6
Distribuição de desempregados (1), segundo dificuldades para conseguir trabalho,
por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maio a outubro de 2008

Dificuldades para conseguir trabalho	Total	Em porcentagem	
		Negros	Não-negros
Muita concorrência para poucas vagas	49,6	50,3	47,4
Falta trabalho na área onde mora/falta clientes ou serviços	13,3	13,5	12,7
Financiamento para abrir seu próprio negócio	(2)	(2)	(2)
Falta de escolaridade ou qualificação/falta de experiência	55,4	56,4	52,2
Discriminação na seleção (idade/cor/sexo/deficiência)	15,6	14,6	18,6
Os salários oferecidos são baixos/jornada de trabalho incompatível com estudos, afazeres domésticos/nenhuma	4,0	3,2	(2)
Outras	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

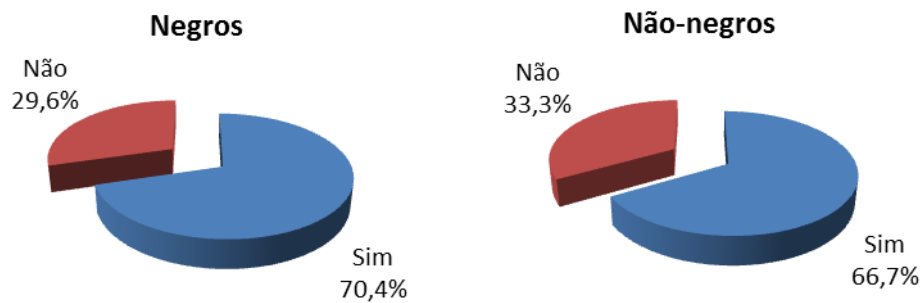
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

Uso do Seguro-Desemprego

13. Do total de pessoas com 14 anos e mais, que perderam ou deixaram o emprego com carteira assinada nos últimos oito anos, mais da metade usou o seguro-desemprego, com um percentual ligeiramente maior de negros (70,4% negros e 66,7% não-negros), conforme Gráfico 3.

Gráfico 3
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos, segundo uso do seguro-desemprego, por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maior a outubro de 2008



Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

14. A maioria das pessoas que fizeram uso desse benefício já estava, na época da entrevista, em 2008, ocupadas (62,5% negros e 65,2% não-negros). As demais estavam desempregadas (24,7% e 21,1%, respectivamente) ou inativas (12,8% negros e 13,7% não-negros).

15. Apenas uma pequena parcela dessas pessoas que usaram o seguro-desemprego foi encaminhada para alguma vaga pelo sistema público de atendimento ao trabalhador – no caso dos negros, 5,1%, para os não-negros não houve número suficiente de casos a ponto de se obter significância estatística. Aqui, a possibilidade de desconhecimento do serviço tende a ser menor, uma vez que o posto de atendimento é um dos locais possíveis para se requerer o benefício, mas não o único, e não necessariamente nos demais locais há indicação dos postos públicos de atendimento a estes trabalhadores, o que viria a acontecer com a integração dos serviços – a legislação brasileira não obriga que o requerente do seguro-desemprego seja incluído no cadastro para vagas de emprego e cursos de qualificação ou capacitação profissional. Portanto, este baixo percentual pode estar associado à não procura dos postos, pela falta de necessidade (até porque muitos encontraram ocupação posteriormente), ou pela idéia de que as vagas oferecidas são inadequadas a algumas profissões, que há muita burocracia ou pouca oferta de vagas, como acham alguns usuários, ou mesmo à qualidade dos serviços prestados e à falta de integração dos serviços.

16. Mais da metade daqueles que não usaram o seguro-desemprego apresentaram como principal motivo eventos que os incapacitavam para isso: faltou completar o período de

carência (26,1% negros e 20,9% não-negros), pediram demissão (14,0% e 21,1%, respectivamente), ou não ficaram desempregados neste período (12,7% e 21,1%) (Tabela 7).

Tabela 7
Proporção de pessoas com 14 anos e mais, que perderam ou deixaram algum emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos, segundo uso do seguro-desemprego, por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maio a outubro de 2008

Motivo	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Contrato temporário	12,5	12,5	(1)
Pediu demissão	16,2	14,0	21,1
Não ficou desempregado neste período	15,3	12,7	21,1
Teve outras rendas ou trabalhos	(1)	(1)	(1)
Faltou completar o período de carência	24,4	26,1	20,9
Não vale a pena ou foi despedido por justa causa	(1)	(1)	(1)
Outros	31,4	35,3	23,3

Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

Qualificação Profissional

17. Entre as pessoas que usaram o seguro-desemprego, apenas 6,5% realizaram algum curso de qualificação ou capacitação profissional durante a vigência do benefício, seja por indicação do Sine ou demais postos públicos, por iniciativa da antiga empresa ou por iniciativa própria.

18. Do total de pessoas com 14 anos e mais, 19,6% negros e 23,7% não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Para a grande maioria tratava-se especificamente de cursos de capacitação, em especial entre os negros (75,2% e 61,2%, respectivamente) e, em menor medida, de cursos de graduação superior com quatro anos ou mais (12,7% e 26,0%), ensino médio integrado e educação profissional (7,0% e 5,5%) e, ainda, cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado (3,4% e 7,6%).

19. Estes cursos eram predominantemente pagos pelos próprios estudantes ou seus familiares (44,4% negros e 51,1% não-negros) ou com recursos da empresa (14,7% e

20,2%, respectivamente) ou eram gratuitos, alternativa mais utilizada por negros (38,4%) do que não-negros (25,5%).

20. A maioria das entidades responsáveis pelos cursos era privada (51,5% dos negros e 58,1% dos não-negros) e, portanto, uma parcela menor era pública, 48,5% entre os negros.

21. Aqueles que realizaram algum curso e que relacionam diretamente seus resultados ao trabalho, o fazem mais no sentido de ampliar conhecimento e oportunidades do que de obter ou mudar de trabalho ou profissão – no primeiro caso, um pouco mais percebido entre os negros e, no segundo, entre os não-negros, o que pode estar relacionado ao nível de escolaridade formal menor. Assim, cerca de um terço considerou como resultado da realização do curso obter conhecimentos de interesse pessoal (34,5% negros e 28,6% não-negros), ampliar as possibilidades de obter trabalho (32,8% e 26,3%, respectivamente), crescer profissionalmente no atual trabalho (18,2% e 21,6%), ter uma profissão (11,6% e 10,6%) e obter o atual emprego ou trabalho (4,2% e 5,0%) (Tabela 8).

Tabela 8
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que realizam ou realizaram algum curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo resultados obtidos pelo curso, por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maior a outubro de 2008

Resultados proporcionados pelo curso	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Obter o primeiro emprego ou trabalho	3,0	2,8	(1)
Obter o atual emprego ou trabalho	4,5	4,2	5,0
Crescimento profissional no atual trabalho	19,3	18,2	21,6
Melhorou o desempenho do negócio ou empresa	3,7	3,7	(1)
Obter ou mudar de emprego ou trabalho	2,8	3,4	(1)
Ter uma profissão	11,3	11,6	10,6
Ampliar as possibilidades de obter trabalho	30,6	32,8	26,3
Obter conhecimentos de interesse pessoal	32,6	34,5	28,6
Ainda não concluiu o curso	30,8	28,3	35,8
Não serviu para nada	3,1	3,3	(1)
Outros	(1)	(1)	(1)

Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

22. Entre as pessoas que não realizaram nenhum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos, mais da metade justificou não ter interesse ou não precisar fazer qualquer curso (55,6% negros e 55,0% não-negros), muitos não o fizeram por

motivo financeiro (18,9% e 20,4%, respectivamente), por falta de tempo (15,1% e 16,1%) ou por não ter os requisitos exigidos (6,5% e 5,2%), entre outros (Tabela 9).

Tabela 9
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que não realizaram nenhum curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo motivo, por raça/cor
Região Metropolitana do Recife
Maio a outubro de 2008

Motivo	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de pessoas com 14 anos e mais	100,0	100,0	100,0
Financeiro	19,3	18,9	20,4
Falta de tempo	15,4	15,1	16,1
Não tem os requisitos exigidos	6,2	6,5	5,2
Falta de cursos perto da residência ou trabalho	1,6	1,9	(1)
Baixa qualidade dos cursos disponíveis	(1)	(1)	(1)
Duração muito extensa dos cursos	(1)	(1)	(1)
Não tem interesse ou não necessita	55,4	55,6	55,0
Outro	1,9	1,9	2,0

Fonte: PED-RMR. Convênio AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM, SEJE, FSEADE, DIEESE e MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.

23. As informações tratadas neste estudo mostram que os serviços que envolvem o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda têm relevância para uma parcela importante da população em geral e principalmente para uma parcela da população negra. Pode-se afirmar, a partir destes dados levantados pela PED, que quase um terço da população considerada neste estudo recorreu a postos públicos de atendimento ao trabalhador como um dos recursos de procura por trabalho, embora essa parcela possa ser ampliada com maior número de postos, mais divulgação dos seus serviços e integração do Sistema, além da necessidade de torná-lo mais eficiente a partir, principalmente, do aumento da captação de vagas adequadas ao seu público. O seguro-desemprego tem boa cobertura, mas também ganharia com a integração do Sistema, com a reformulação da legislação em vigor. Quanto aos cursos de qualificação e capacitação profissional, foi mostrado que são amplamente realizados e parecem trazer benefícios efetivos ao trabalhador (embora a prioridade ainda seja o aumento do nível de escolaridade). No entanto, estes cursos são majoritariamente pagos, no caso de negros e não-negros, mas quando gratuitos, os negros são os que mais os realizam, indicando que o aumento de cursos gratuitos irá beneficiar principalmente este segmento da população, que parece ser o que mais necessita.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

OCUPADOS - são os indivíduos que:

a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente;

b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;

c) possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

DESEMPREGADOS - são os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

a) **DESEMPREGO ABERTO** - pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;

b) **DESEMPREGO OCULTO** - **Pelo trabalho precário:** pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; **Pelo trabalho desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS (maiores de 10 anos) - correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

RENDIMENTOS DO TRABALHO - corresponde ao rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido há horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

PRINCIPAIS INDICADORES

TAXA GLOBAL DE PARTICIPAÇÃO - é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL - equivale à relação entre Desempregados e População Economicamente Ativa. Indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

RENDIMENTO MÉDIO: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo INPC/RMR-IBGE, até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior ao da coleta e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa.

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm rendimentos mais altos.

NOTAS METODOLÓGICAS

PLANO AMOSTRAL - A pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Recife (PED / RMR) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana e rural dos 14 municípios que compõem esta região: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata. Estes municípios estão subdivididos em 38 distritos e 2279 setores censitários, dos quais 395 compõem o plano amostral. As informações de interesses da pesquisa são coletadas mensalmente através de entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, que representam uma fração amostral de 01(um), para cada 126, do total de domicílios da RMR.

MÉDIAS TRIMESTRAIS - Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados neste mês e nos dois meses que o antecederam.

As taxas de desemprego, ocupação e participação de acordo com atributos das pessoas (sexo, cor, idade, posição no domicílio), são calculadas como proporção do grupo de indivíduos com o mesmo atributo na PIA ou na PEA.

PROJEÇÕES POPULACIONAIS - A Agência CONDEPE/FIDEM, responsável pelas projeções populacionais, fez uma revisão das projeções anteriores com base no Censo Demográfico 2000 da FIBGE, chegando a novas estimativas para a População Total da Região Metropolitana do Recife. Como resultado dessas novas projeções foi revista toda a série de estimativas da População em Idade Ativa (PIA) e de seus componentes, a População Economicamente Ativa (PEA) - ocupados e desempregados - e a População formada por indivíduos Inativos com 10 anos ou mais de idade.

EQUIPE TÉCNICA DA PED/RMR**COORDENAÇÃO**

Jairo Azevedo Santiago – DIEESE
Walkíria Moreira Navarro de Moraes – Agência CONDEPE/FIDEM

ANÁLISE DE DADOS

Jairo Azevedo Santiago e Milena A. P. Prado.

INFORMÁTICA

Mardônio C. Lima – Coordenação
Cláudio Marques Dias da Hora, Fabíola Gomes Pereira de Lima e Sérgio Luiz Barbosa.

COLETA DE DADOS

Waldete Vitorino da Silva – Coordenação.

Supervisores: Ângela Celi T. C. de Carvalho, Carlos Murilo Arruda, Fernanda Maria R. Soares, Josiane Maria de Melo, Walkíria da Fonte Vieira, Patrícia F. Correia, Terezinha Célia M. de Souza. **Entrevistadores:** Adriana Maria Ramos Maia, Aldemir S. da Hora Júnior, Alessandra Silva Maceió, Amaro Fernandes de Oliveira, Ana Paula Vieira, André Carlos Arruda Heliodoro, André Lima Castilho, Ângela Roberta Correa de O. Chaves Filha, Avani Costa Melo de Queiroz, Claudécio João B. Pedrosa, Cristiane de Queiroz Silva, Erivan Luis Bezerra Júnior, Gerlane Silva Rêgo, José Regivaldo Silvério da Silva, José Roberto de Castro Peixoto, Katiuscia Maria Bezerra, Maria de Jesus Brito, Maria do Socorro da Silva, Maria Glasner, Marluce A. Cavalcanti, Mauricea Cardoso da Silva, Paulo Ricardo Barbosa Batista, Roberto Pereira de Lima, Rosângela Santos Vasconcelos, Roselis de Lyra Viana, Sadi da S. Seabra, Sheila dos Santos Muniz, Telma Cristina Gomes Barbosa.

LISTAGEM E CHECAGEM

João Batista do N. Feitosa – Coordenação

Supervisão: Francisca A. de Albuquerque. **Checkadores:** Claudia Calado de Mello, Erik G. Batista, Marco Antônio da Silva, Maria Clara do R. Barros Borges, Maria da Conceição P. dos Santos, Pedro Alberto Z. de Melo, Ricardo Marcionilo de Araújo, Rosidalva de S. Pereira. **Listador:** José Correia Neves Júnior.

CRÍTICA

Cláudia Viana Torres – Coordenação
Ana Paula de A. Ferreira, Carla Gabriela Agra do Lago, Flávia Maria Gomes de Lima, Geliane Rodrigues Baracho, Telma Aparecida Ribeiro.

APOIO ADMINISTRATIVO

Ana Lúcia da Silva, Edilma Siqueira do Nascimento, Luciana dos Santos e Sandra Luiza da S. Lyra.

SUPERVISÃO METODOLÓGICA, DE ANÁLISE E DE ESTATÍSTICA – SEADE

Atsuko Haga, Renato Gazola Fonseca, Alexandre Jorge Loloian e Silvia R. Mancini.

ELABORAÇÃO DO PLANO AMOSTRAL E CONSULTORIA ESTATÍSTICA – SEADE

Nádia Dini

ESTIMATIVAS POPULACIONAIS – Agência CONDEPE/FIDEM

Marieta Baltar

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Margareth Monteiro

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO – CONDEPE/FIDEM

Luiz Quental Coutinho – Diretor Presidente
Maurílio Soares de Lima – Diretor Executivo de Estudos, Pesquisas e Estatística
Rodolfo Guimarães R. da Silva – Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS – DIEESE

Tadeu Moraes de Sousa – Presidente
Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Jackeline Natal – Supervisora do Escritório Regional de Pernambuco

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE

Felícia Reicher Madeira – Diretora Executiva

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – PED/RMR

Rua Joaquim de Brito, 216 – Boa Vista – Recife/PE.
CEP: 50070-280 Fones: 3222.1071 e 3222.3308
Home Page: www.dieese.org.br e www.condepefidem.pe.gov.br
E-mail: pedrmr@dieese.org.br e pedrmr@condepefidem.pe.gov.br

**MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO**



SEADE

DIEESE



**SECRETARIA
DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO**

**SECRETARIA ESPECIAL
DA JUVENTUDE
E EMPREGO**

**GOVERNO DE
PERNAMBUCO**
Pernambuco

Suporte à execução:



OS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO E O ACESSO AO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada em parceria pela SEI, Setre, Dieese, Seade e MTE/FAT, permite dimensionar as principais características de inserção no mercado de trabalho de diversos segmentos populacionais. A aplicação de um questionário suplementar sobre o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR, no período de maio a outubro de 2008, possibilitou a obtenção de importantes informações a respeito de estratégias de procura por trabalho, uso do seguro-desemprego e realização de cursos de qualificação profissional da população com 14 anos e mais – economicamente ativa ou inativa, mais especificamente, ocupados,¹ desempregados e inativos. Estes dados permitiram conhecer os diferenciais de acesso ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda entre negros e não-negros,² sobre aqueles temas abordados.

Em relação às políticas públicas do SPETR, destaca-se, dos resultados obtidos para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), que a ida a postos públicos de atendimento ao trabalhador como meio de procura de trabalho foi utilizado por 23,3% dos empregados, embora apenas 2,2% dos empregados tenham obtido o atual emprego por esse mecanismo de busca. A rede social de relações continua sendo a forma mais eficiente de se encontrar um trabalho, principalmente entre os negros (64,7%), mais também é fundamental entre os não-negros (52,2%).

Um percentual maior de negros (64,0%) que de não-negros (59,4%) usou o seguro-desemprego dentre aqueles que perderam o emprego nos últimos oito anos. Dos que usaram o benefício, 66,3% de negros e 69,3% de não-negros encontravam-se

¹ Ocupados: empregados com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregados no setor público, empregados domésticos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

² A população negra corresponde às pessoas classificadas como negras ou pardas e a população não-negra corresponde a brancos e amarelos.

ocupados no momento da realização da entrevista, replicando as conhecidas dificuldades que a população negra tem de encontrar ocupação.

Do total de pessoas com 14 anos e mais, 25,7% dos negros e 35,2% dos não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Entre os que fizeram curso, os que relacionam diretamente seus resultados ao trabalho, o fizeram com dois objetivos principais: ampliar conhecimento e oportunidades no atual trabalho e obter ou mudar de trabalho ou profissão – no primeiro caso, um pouco mais percebido entre os não-negros e, no segundo, entre os não-negros.

SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Estratégias de Procura por Trabalho

1. No período de maio a outubro de 2008, do total de empregados e trabalhadores familiares, 86,0% eram negros e 14,0%, não-negros. Os empreendedores – neste estudo representados por trabalhadores autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar – apresentavam proporções relativamente iguais às dos empregados entre os negros (85,9%) e os não-negros (14,1%).
2. Naquele período, 62,9% dos empregados e trabalhadores familiares encontraram seu atual trabalho por indicação de parentes, amigos ou conhecidos. Esse foi o principal meio utilizado por negros (64,7%), especialmente, mas também por não-negros (52,2%) (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1), segundo meio pelo qual
encontraram o atual trabalho, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008

Meio	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	2,2	2,4	(2)
Atual empresa empregadora/empregador	19,4	18,8	23,1
Agências privadas/órgãos de integração de estagiários	2,1	2,0	(2)
Organizações comunitárias/centrais sindicais/sindicatos	(2)	(2)	(2)
Concurso público	12,3	11,1	19,7
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	62,9	64,7	52,2
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

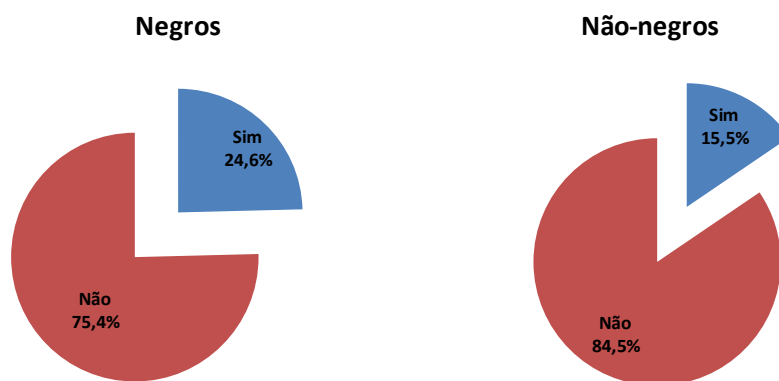
(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

3. O contato direto com o atual empregador também aparece como importante meio para obtenção de trabalho, mais utilizado pelos não-negros (23,1%) do que pelos negros (18,8%). Já os postos públicos de atendimento ao trabalhador tiveram pequena participação de negros (2,4%) e expressão que não permite desagregação entre os não-negros.

4. Entre os empregados e trabalhadores familiares com trabalho obtido por outro meio que não o serviço público de encaminhamento ao trabalhador, 23,3% declararam ter ido a um posto público: entre os negros o percentual foi de 24,6% e entre os não-negros foi de 15,5% (Gráfico 1). Embora a maioria (76,7%) sequer tenha recorrido a um destes postos na tentativa de encontrar um trabalho, percebe-se que é um recurso relativamente bem utilizado, em especial entre os negros, mas que oferece muito pouco retorno efetivo.

Gráfico 1
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares que não encontraram o
atual emprego por meio de postos públicos de atendimento ao trabalhador (1),
segundo situação de ida a estes postos enquanto procuravam o atual trabalho, por
raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

5. Entre os empregados e trabalhadores familiares que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador, a maioria justificou que não foi necessário (75,5% negros e 79,6% não-negros). Entre os negros, 8,8% declarou que não conheciam esse serviço (Tabela 2). Essas informações reforçam a importância do serviço público para aqueles que não encontram, afora a rede social, outros recursos capazes de proporcionar uma procura de trabalho frutífera, além de apontar para a necessidade de ampliação da rede de atendimento e de divulgação dos serviços.

Tabela 2
Distribuição de empregados e trabalhadores familiares que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador (1), segundo motivo da não procura, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008

Motivo de não procura	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	8,4	8,8	(2)
Tem muita burocracia/oferece poucas vagas	5,9	6,1	(2)
Vagas inadequadas para a profissão	(2)	(2)	(2)
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	3,2	3,3	(2)
Não foi necessário	76,1	75,5	79,6
Outro	4,9	5,0	(2)

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

6. Dadas as características do trabalho dos empreendedores era de se esperar que o meio mais utilizado para iniciar o atual negócio ou empresa tivesse origem na iniciativa própria (para 49,0% dos negros e 46,6% dos não-negros, conforme Tabela 3). O segundo recurso que mais aparece é a rede social, utilizada em proporções praticamente idênticas entre negros (48,5%) e não-negros (48,2%). Os demais meios, incluindo postos públicos de atendimento ao trabalhador e agências públicas de apoio, como o Banco do Povo, não chegaram a um número suficiente de casos a ponto de se obter significância estatística.

Tabela 3
Distribuição de empreendedores (1), segundo meio pelo qual iniciaram o atual
negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008

Meio pelo qual iniciaram o atual negócio/empresa	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	(2)	(2)	(2)
Agências públicas de apoio (Banco do Povo, etc.)	(2)	(2)	(2)
Agências privadas de apoio (Sebrae, bancos privados, etc)	(2)	(2)	(2)
Sindicato, associação de classe, organizações comunitárias, etc.	(2)	(2)	(2)
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	48,5	48,5	48,2
Não teve apoio	48,6	49,0	46,6
Outro	(2)	(2)	(2)

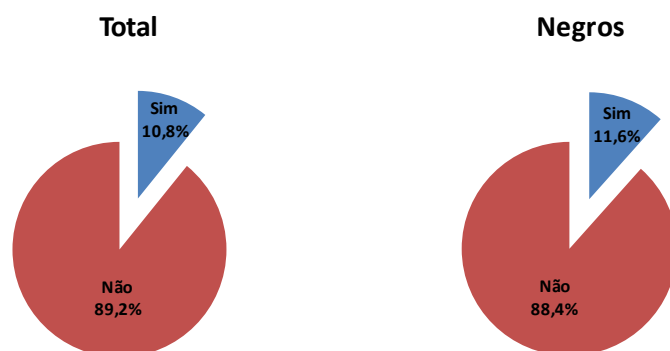
Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

7. De qualquer maneira, a parcela de empreendedores que passaram por algum posto público de atendimento ao trabalhador enquanto iniciavam seu negócio ou empresa (10,8%) é menor do que a de empregados e trabalhadores familiares, mas também mais utilizado entre negros (11,6%), como mostra o Gráfico 2, do que entre não-negros, cujo número de observações foi insuficiente para permitir desagregação.

Gráfico 2
Distribuição de empreendedores que não encontraram o atual trabalho por meio de postos públicos de atendimento ao trabalhador (1), segundo situação de ida a estes postos enquanto iniciavam seu negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

8. O motivo do elevado percentual de não procura por postos de atendimento ao trabalhador (89,2%) foi justificado, pelos empreendedores, principalmente por não ser considerado necessário (69,3% pelos negros e 76,0% pelos não-negros). Entre os negros, 11,4% apontaram como motivo o desconhecimento do serviço disponível e a existência de muita burocracia/atendimento inadequado (9,9%), também nesse item, há insuficiência de amostra para abertura entre os não-negros, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4
Distribuição de empreendedores que não procuraram postos públicos de atendimento (1), segundo motivo da não procura, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008

Motivo da não procura	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	10,7	11,4	(2)
Tem muita burocracia/atendimento inadequado para o seu negócio ou empresa	10,2	9,9	(2)
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	(2)	(2)	(2)
Não foi necessário	70,3	69,3	76,0
Outro	4,6	4,9	(2)

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

- (1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.
 (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

9. Quanto aos empreendedores que indicaram alguma dificuldade enfrentada em seu negócio ou empresa (já que 41,7% de negros e 35,8% de não-negros afirmaram não ter qualquer dificuldade), grande parte achava que há excesso de concorrentes (26,6% de negros e 27,1% de não-negros), além de parcelas menores com dificuldades relacionadas a capital, impostos, administração e gestão, entre outras (Tabela 5). Aparentemente, a natureza do negócio ou empresa e, portanto, das principais dificuldades enfrentadas, não corresponde, na maioria dos casos, aos serviços oferecidos pelos postos públicos de atendimento. Os casos em que os empreendedores poderiam mostrar interesse pelos serviços públicos estariam entre as parcelas em que as dificuldades se relacionam a administração e gestão e capital, por exemplo, para os quais poderiam ser oferecidos cursos nas em que há dificuldades e concessão de crédito.

Tabela 5
Distribuição de empreendedores (1), segundo dificuldades enfrentadas no negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maió a outubro de 2008

Dificuldades enfrentadas no negócio ou empresa	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Excesso de concorrentes	26,6	26,6	27,1
Sazonalidade nas vendas de produtos ou serviços	9,6	9,6	(2)
Legalização da empresa ou negócio/muitos impostos	8,2	6,6	(2)
Falta de capital ou financiamento/instalações e equipamentos necessitando de melhorias	18,3	19,0	(2)
	5,1	5,0	(2)
Falta de capacitação em gestão, administração/falta de assistência técnica/divulgação dos produtos ou serviços			
Outras	12,2	11,4	(2)
Nenhuma	40,8	41,7	35,8

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

- (1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.
 (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

10. Entre os inativos, muitos declararam não trabalhar porque não precisam ou não querem trabalhar (30,1% negros e 41,3% não-negros), estudam (26,7% e 25,8%, respectivamente), cuidam dos afazeres domésticos (25,1% e 22,2%), acham que não têm idade para trabalhar (15,1% e 16,3%), entre outros motivos apontados em

proporções menores, como: não encontram trabalho ou o que ganhariam não compensa (9,9% dos negros, e sem significância estatística para não-negros), é portador de deficiência (4,5% dos negros) ou sentem-se discriminados (2,9% dos negros).

11. Aqueles que responderam os três últimos itens poderiam ter interesse nos serviços de encaminhamento prestados pelos postos públicos, os quais talvez desconheçam. Cabe observar que os negros encontram mais dificuldade do que os não-negros em conseguir um posto de trabalho (ou acham que o que ganhariam não compensa), o que se alinha às altas taxas de desemprego entre os negros observadas ao longo dos anos. A discriminação por algum motivo (idade, cor, sexo, deficiência), durante o processo seletivo, também é uma queixa a ser considerada entre os inativos negros, embora não seja a principal.

12. Os desempregados – que são, por definição, aqueles que efetivamente procuraram um trabalho – apontam dificuldades nesta procura, principalmente, pela falta de escolaridade ou qualificação/experiência (55,2% e 43,0%), muita concorrência (42,7% e 48,2%, respectivamente), e discriminação na seleção, dificuldade apontada quase que exclusivamente pelos negros (19,7%). Os serviços prestados nos postos públicos de atendimento incluem o encaminhamento a cursos de qualificação que poderiam ajudar em alguns casos, mas certamente não resolveriam a falta de escolaridade (ensino formal); já em relação à falta de experiência, esses postos parecem ser uma boa opção a quem procura o primeiro trabalho, principalmente para os negros, cujos recursos de procura (exceto a rede social) se mostram menos eficientes do que os utilizados pelos não-negros. (Tabela 6).

Tabela 6
Proporção de desempregados (1), segundo dificuldades para conseguir trabalho,
por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008

Dificuldades para conseguir trabalho	Total	Em porcentagem	
		Negros	Não-negros
Muita concorrência para poucas vagas	43,3	42,7	48,2
Falta trabalho na área onde mora/falta clientes ou serviços	20,4	21,1	(1)
Financiamento para abrir seu próprio negócio	(1)	(1)	(1)
Falta de escolaridade ou qualificação/falta de experiência	54,0	55,2	43,0
Discriminação na seleção (idade/cor/sexo/deficiência)	19,5	19,7	(1)
Os salários oferecidos são baixos/jornada de trabalho incompatível com estudos, afazeres domésticos/nenhuma	5,2	4,6	(1)
Outras	(1)	(1)	(1)

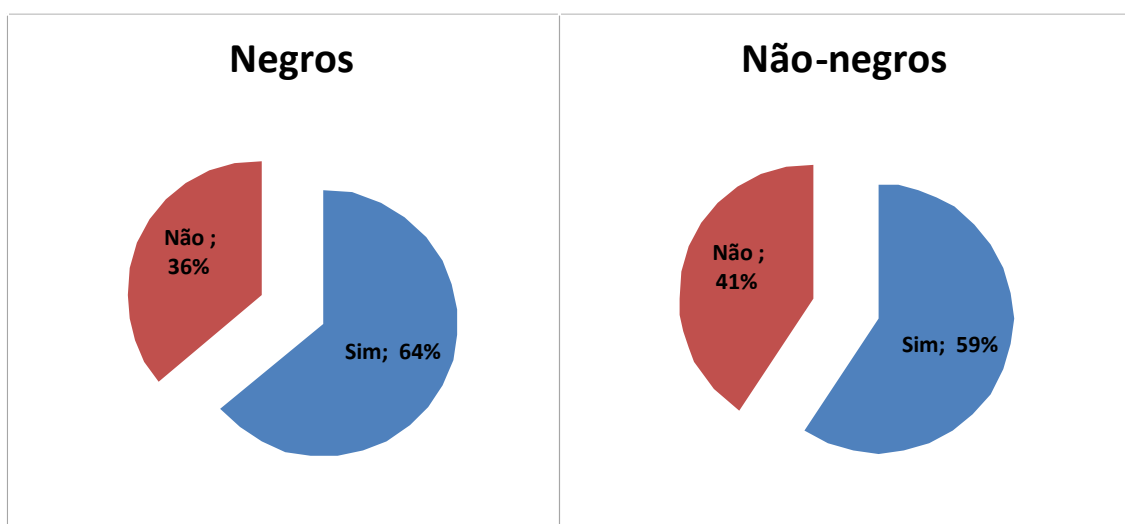
Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Uso do Seguro-Desemprego

13. Do total de pessoas com 14 anos e mais, que perderam ou deixaram o emprego com carteira assinada nos últimos oito anos, mais da metade usou o seguro-desemprego, com um percentual maior de negros (64,0% negros e 59,4% não-negros), conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum
emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos, segundo situação
de uso do seguro-desemprego, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maior a outubro de 2008



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

14. A maioria das pessoas que fizeram uso desse benefício já estava, na época da entrevista, em 2008, ocupada (66,3% dos negros, 69,3% dos não-negros e 66,7% do conjunto da população). As demais estavam desempregadas (22,9% dos negros e 22,5% do total³) ou inativas (10,7% tanto dos negros quanto do total da população).

15. Apenas uma pequena parcela dessas pessoas que usaram o seguro-desemprego foi encaminhada para alguma vaga de trabalho pelo sistema público de atendimento ao trabalhador – mais uma vez, o resultado do conjunto da população (5,3%) é mais elevado que o registrado para os negros (5,1%) (Tabela 7). Aqui, a possibilidade de desconhecimento do serviço tende a ser menor, uma vez que o posto de atendimento é um dos locais possíveis para se requerer o benefício, mas não o único, e não necessariamente nos demais locais há indicação dos postos públicos de atendimento a estes trabalhadores, o que viria a acontecer com a integração dos serviços – a legislação brasileira não obriga que o requerente do seguro-desemprego seja incluído no cadastro

³ A amostra não comporta a abertura dos valores da população não-negra nesse nível. Entretanto, os valores registrados para negros e para o total da população sugerem que os não negros estão menos sujeitos ao desemprego. Esse procedimento será adotado sempre que a população não-negra não lograr representatividade estatística

para vagas de emprego e cursos de qualificação ou capacitação profissional. Portanto, este baixo percentual pode estar associado à não procura dos postos, pela falta de necessidade (até porque muitos encontraram ocupação posteriormente), ou pela idéia de que as vagas oferecidas são inadequadas a algumas profissões, que há muita burocracia ou pouca oferta de vagas, como acham alguns usuários, ou mesmo à qualidade dos serviços prestados.

Tabela 7
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que usaram o seguro-desemprego nos últimos oito anos, segundo situação de encaminhamento para alguma vaga pelo sistema público de atendimento ao trabalhador, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008

Encaminhamento para alguma vaga pelo sistema público de atendimento ao trabalhador	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-negros
Total de pessoas com 14 anos e mais	100,0	100,0	100,0
Sim	5,6	5,7	(1)
Não	94,4	94,3	95,2

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

16. Mais da metade daqueles que não usaram o seguro-desemprego apresentaram como principal motivo eventos que os incapacitava para isso: faltou completar o período de carência (30,3% dos negros e 30,0% de total da população), tinham contrato temporário (15,6% e 14,2%, respectivamente), pediram demissão (14,0% dos negros e 15,3% do conjunto da população), ou não ficaram desempregados neste período (11,3% e 13,1%, respectivamente) (Tabela 8).

Tabela 8
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum
emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos e não usaram o
seguro-desemprego, segundo motivo, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008

Motivo	Em porcentagem		
	Região Metropolitana de Salvador		
	Total	Negros	Não-negros
Contrato temporário	14,2	15,6	(1)
Pediu demissão	15,3	14,0	(1)
Não ficou desempregado neste período	13,1	11,3	(1)
Teve outras rendas ou trabalhos	(1)	(1)	(1)
Faltou completar o período de carência	30,0	30,3	(1)
Não vale a pena ou foi despedido por justa causa	(1)	(1)	(1)
Outros	26,5	28,0	(1)

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Qualificação Profissional

17. Entre as pessoas que usaram o seguro-desemprego, apenas 14,0% (e apenas 13,3% dos negros) realizaram algum curso de qualificação ou capacitação profissional durante a vigência do benefício, seja por indicação do Sine ou demais postos públicos, por iniciativa da antiga empresa ou por iniciativa própria.

18. Do total de pessoas com 14 anos e mais, 25,7% negros e 35,2% não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Para a grande maioria tratava-se especificamente de cursos de capacitação, em especial entre os negros (77,9% e 57,2%, respectivamente) e, em menor medida, de cursos de graduação superior com quatro anos ou mais (17,7% e 34,2%) e, ainda, cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado (5,5% dos negros e 14,2% dos não-negros), nos dois últimos, numa proporção bem maior entre os não-negros.

19. Estes cursos eram predominantemente pagos pelos próprios estudantes ou seus familiares (59,9% negros e 55,7% não-negros) ou eram gratuitos (20,4% para os negros

e 19,4% para o conjunto da população) ou com recursos das empresas, alternativa apontada em maior proporção pelos não-negros (16,1% dos negros e 26,7% dos não-negros).

20. A maioria das entidades responsáveis pelos cursos era privada (69,3% dos negros e 68,0% do conjunto da população) e, portanto, parcela bem menor era pública (30,7% e 32,0%, respectivamente).

21. Aqueles que realizaram algum curso e que relacionam diretamente seus resultados ao trabalho, o fazem com dois objetivos principais: ampliar conhecimento e oportunidades no atual trabalho e obter ou mudar de trabalho ou profissão – no primeiro caso, um pouco mais percebido entre os não-negros e, no segundo, entre os negros, o que pode estar relacionado com o fato desse segundo grupo ter uma média de escolaridade formal menor. Assim, mais de dois quintos considerou como resultado da realização do curso obter conhecimentos de interesse pessoal (45,1% negros e 44,9% não-negros), crescer profissionalmente no atual trabalho (18,5% e 26,9%, respectivamente), ampliar as possibilidades de obter trabalho (20,0% negros e 17,0% não-negros) e ter uma profissão (10,4% dos negros e 9,9% do total) (Tabela 9).

Tabela 9
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que realizam ou realizaram algum curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo resultados proporcionados pelo curso, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008

Resultados proporcionados pelo curso	Em porcentagem		
	Região Metropolitana de Salvador		
	Total	Negros	Não-negros
Obter o primeiro emprego ou trabalho	2,4	2,3	(1)
Obter o atual emprego ou trabalho	6,1	6,0	(1)
Crescimento profissional no atual trabalho	20,1	18,5	26,9
Melhorou o desempenho do negócio ou empresa	5,1	4,6	(1)
Obter ou mudar de emprego ou trabalho	2,5	2,4	(1)
Ter uma profissão	9,9	10,4	(1)
Ampliar as possibilidades de obter trabalho	19,5	20,0	17,0
Obter conhecimentos de interesse pessoal	45,1	45,1	44,9
Ainda não concluiu o curso	24,7	23,2	31,7
Não serviu para nada	6,1	6,9	(1)
Outros	(1)	(1)	(1)

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

22. Entre as pessoas que não realizaram nenhum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos, cerca da metade justificou não ter interesse ou não precisar fazer qualquer curso (46,6% negros e 58,0% não-negros), muitos não o fizeram por motivo financeiro (29,7% e 15,0%, respectivamente), por falta de tempo (17,1% e 20,3%) ou por não ter os requisitos exigidos (4,2% dos negros e 4,1% do total da população), entre outros (Tabela 10).

Tabela 10
Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que não realizaram nenhum curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo motivo de não realização, por raça/cor
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008

Motivo	Região Metropolitana de Salvador		
	Total	Negros	Não-negros
Total de pessoas com 14 anos e mais	100,0	100,0	100,0
Financeiro	27,8	29,7	15,0
Falta de tempo	17,5	17,1	20,3
Não tem os requisitos exigidos	4,1	4,2	(1)
Falta de cursos perto da residência ou trabalho	0,7	0,8	(1)
Baixa qualidade dos cursos disponíveis	(1)	(1)	(1)
Duração muito extensa dos cursos	(1)	(1)	(1)
Não tem interesse ou não necessita	48,1	46,6	58,0
Outro	1,6	1,4	(1)

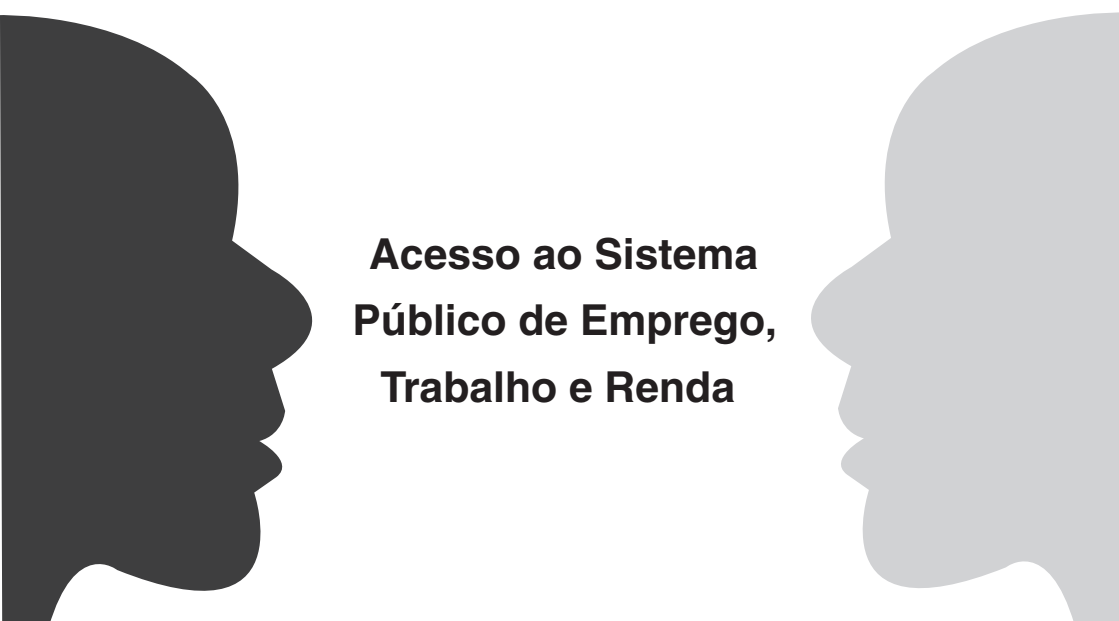
Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

23. As informações tratadas neste estudo mostram que os serviços que envolvem o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda têm relevância para uma parcela importante da população em geral. Pode-se afirmar, a partir destes dados levantados pela PED, que quase um quarto da população considerada neste estudo recorreu a postos públicos de atendimento ao trabalhador como um dos recursos de procura por trabalho, embora essa parcela possa ser ampliada com maior número de postos, mais divulgação dos seus serviços e integração do Sistema, além da necessidade de torná-lo mais eficiente a partir, principalmente, do aumento da captação de vagas adequadas ao seu público. O seguro-desemprego tem boa cobertura para aqueles que perderam ou deixaram algum emprego com carteira de trabalho assinada, mas também ganharia com a integração do Sistema, com a reformulação da legislação em vigor. Quanto aos cursos de qualificação e capacitação profissional, foi mostrado que trazem benefícios ao trabalhador. No entanto, estes cursos são na maioria das vezes pagos, especialmente aqueles acessíveis à população negra, mas quando gratuitos, os negros são os que mais os realizam. Os dados da pesquisa também revelam que os não-negros estão mais

presentes nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado ou graduação superior com duração maior que quatro anos e têm mais acesso ao financiamento das empresas.

OS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



**Acesso ao Sistema
Público de Emprego,
Trabalho e Renda**

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, da Fundação Seade e do Dieese, permite dimensionar vários aspectos do mercado de trabalho e avaliar algumas das políticas públicas relacionadas a ele. Por demanda do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, foram investigados alguns elementos essenciais do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR.

Tal levantamento se realizou por meio de questionário suplementar à PED, entre maio e outubro de 2008, com a população com 14 anos e mais – ocupada,¹ desempregada e inativa. Foram coletadas informações a respeito de estratégias de procura por trabalho, do uso do seguro-desemprego e da realização de cursos de qualificação profissional, os principais instrumentos de que se vale o SPETR. Com recorte por raça-cor, permitido pela PED, estes dados possibilitaram conhecer os diferenciais de acesso ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda entre negros e não-negros.²

Os resultados obtidos para a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP mostram que, no período analisado, cerca de 22% dos empregados dirigiram-se a postos públicos de atendimento ao trabalhador como meio de procura de trabalho, embora apenas 1,5% de negros e 0,9% de não-negros tenham obtido o atual emprego por esse mecanismo de busca. A rede social, formada por parentes, amigos e conhecidos, continua sendo a forma mais eficiente de se encontrar um trabalho, principalmente entre os negros (57,0%).

Porcentual um pouco maior de negros (64,0%) do que de não-negros (61,2%) usou o seguro-desemprego entre aqueles que perderam o emprego nos últimos oito anos. Entre os que usaram esse benefício, 8,4% de negros e 6,7% de não-negros foram encaminhados a uma vaga de emprego pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Do total de pessoas com 14 anos e mais, 22,9% dos negros e 25,3% dos não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos. Entre esses, os que relacionam diretamente os resultados dos cursos ao trabalho indicam principalmente o crescimento profissional e a ampliação das possibilidades de se obter trabalho – no primeiro caso, mais fortemente percebido entre os não-negros e, no segundo, entre os negros.

1. Ocupados: empregados com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregados no setor público, empregados domésticos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

2. A população negra corresponde às pessoas classificadas como negras ou pardas e a população não-negra corresponde a brancos e amarelos.



SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR propõe-se a articular os diferentes instrumentos de atuação pública sobre o mundo do trabalho, em especial aqueles destinados a apoiar a população desempregada e ampliar suas chances de obter um novo trabalho. Criados em diferentes momentos históricos, esses instrumentos ainda não constituem um conjunto articulado de ação pública voltada ao trabalho, objetivo perseguido pelo SPETR para alcançar maior eficiência e eficácia das suas ações.

Os principais instrumentos em que se baseia o sistema são a intermediação de mão de obra, o seguro-desemprego, a qualificação profissional e o fomento ao desenvolvimento de atividades empreendedoras de pequeno porte, individuais e coletivas.

O serviço de intermediação de mão de obra, instituído em 1975, visa reduzir o tempo de procura por um novo trabalho da população desempregada por meio da difusão de informações, seja aos desempregados sobre novas oportunidades de emprego seja aos empregadores sobre o perfil profissional das pessoas inscritas no programa. Ainda que o número de pessoas que efetivamente encontram emprego por meio desse serviço seja relativamente pequeno, ele cumpre a função de reconhecer a situação crítica em que se encontra um indivíduo desempregado e de encaminhá-lo a outros serviços que podem contribuir para reduzir o tempo de procura. Adicionalmente, permite que a pessoa amplie sua rede de relacionamentos, o principal dos mecanismos utilizados para a obtenção de um emprego.

Caso um trabalhador, em vez de buscar um emprego, opte por trabalhar como conta-própria, autônomo ou microempresário, pode recorrer ao Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, criado em 1994, ou ao Banco do Povo Paulista, políticas que visam fornecer crédito para iniciar ou ampliar o negócio próprio. Programas semelhantes também são direcionados ao setor rural, como o Proger Rural e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Outra forma de atuação política é por meio do seguro-desemprego, que visa conceder auxílio financeiro temporário ao indivíduo desempregado. Tendo em vista que a única fonte de renda, para a maioria da população, é o trabalho, sua ausência pode por em risco a sobrevivência do trabalhador e de sua família. Além disso, a procura por novo trabalho exige gastos com os quais nem sempre um desempregado pode arcar. No Brasil, tal instrumento foi instituído em 1986 e atinge principalmente os trabalhadores que perderam emprego registrado em carteira, sob determinadas condições.

Por fim, com vistas a ampliar as chances de um trabalhador desempregado obter uma nova ocupação e a reduzir sua vulnerabilidade, o SPETR promove parcerias com diferentes instituições, oferecendo cursos de formação profissional, sobretudo de curta duração. Esse tipo de qualificação profissional básica ganhou dimensão no Brasil a partir de 1996, por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor, depois chamado de Plano Nacional de Qualificação – PNQ, e tem por objetivo atender a população trabalhadora que não teve oportunidade de se capacitar. Dessa forma, funciona como complemento ao chamado “Sistema S” e às escolas técnicas do sistema educacional formal.

No presente estudo busca-se avaliar os padrões de acesso e utilização, por negros e não-negros, desses instrumentos que compõem o SPETR, visando conhecer eventuais dificuldades de acesso ao sistema desses segmentos populacionais.



Estratégias de procura por trabalho

1. A primeira parte da pesquisa investigou estratégias de procura por trabalho entre empregados e trabalhadores familiares e entre empreendedores. No período de maio a outubro de 2008, do total de empregados e trabalhadores familiares, 36,1% eram negros e 63,9%, não-negros. Os empreendedores – neste estudo representados por trabalhadores autônomos, empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar – apresentavam proporção um pouco menor do que o segmento de empregados entre os negros (31,1%) e maior entre os não-negros (68,9%).

2. O principal meio mobilizado pelos trabalhadores na obtenção de um emprego é sua rede de relacionamentos, seguido do contato direto na empresa empregadora. Esse padrão não é muito diferente para empregados e trabalhadores familiares negros e não-negros, embora entre os negros a primeira opção seja mais frequente (Tabela 1).

Tabela 1

Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1), por raça/cor, segundo meio pelo qual encontraram o atual trabalho
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008

Meio pelo qual encontraram o atual trabalho	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-Negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	1,1	1,5	0,9
Atual empresa empregadora/empregador	32,9	30,7	34,1
Agências privadas/órgãos de integração de estagiários	4,9	4,6	5,1
Organizações comunitárias/centrais sindicais/sindicatos	0,5	(2)	(2)
Concurso público	7,8	5,5	9,1
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	52,5	57,0	49,9
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

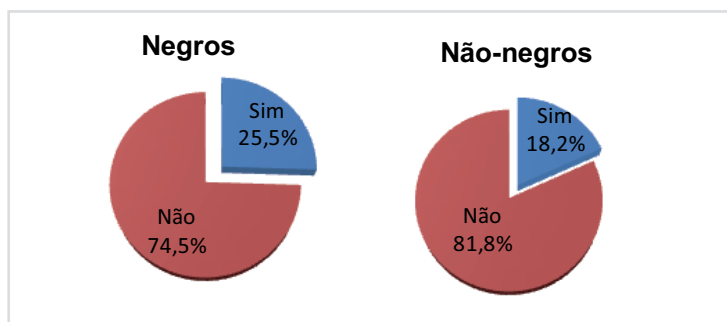
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

3. Na posição oposta encontra-se a utilização dos postos públicos de atendimento ao trabalhador: apenas 1,5% dos negros e 0,9% dos não-negros afirmaram ter sido este o meio pelo qual obtiveram o atual trabalho. Ainda que se possa admitir que haja subenumeração desse tipo de resposta, nota-se que o papel desse serviço é bastante limitado, independentemente de raça/cor dos indivíduos. No entanto, sua avaliação deve levar em conta o fato de ser um importante apoio às pessoas no momento em que se encontram numa situação crítica, além de uma forma de obter informações e contatos que podem concorrer para a obtenção de uma ocupação.

4. Com efeito, entre aqueles que obtiveram seu atual emprego por outro meio que não o serviço público de encaminhamento, 25,5% dos negros e 18,2% dos não-negros declararam ter procurado esses postos de atendimento (Gráfico 1). Percebe-se, assim, que é um recurso relativamente bem utilizado, em especial pelos negros.

Gráfico 1

Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1) que não encontraram o atual emprego por meio de postos públicos de atendimento ao trabalhador, segundo situação de ida a estes postos enquanto procuravam o atual trabalho, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

5. Entre os empregados e trabalhadores familiares que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador, a maioria considerou não ter sido necessário (72,4% dos negros e 75,5% dos não-negros), mas 19,7% dos negros e 15,9% dos não-negros afirmaram desconhecê-los (Tabela 2). Essas informações reforçam a importância do serviço público para parcela expressiva da população, além de apontarem a necessidade de ampliar a rede de atendimento e a divulgação dos serviços.

6. Dadas as características do trabalho dos empreendedores, era de se esperar que o meio mais utilizado para iniciar o atual negócio ou empresa tivesse origem na iniciativa própria (para 58,1% dos negros e 62,5% dos não-negros, conforme Tabela 3). O segundo recurso mais frequente foi a mobilização da rede de amigos e parentes, mais utilizada por negros (40,4%) do que por não-negros (35,8%).

Tabela 2

Distribuição de empregados e trabalhadores familiares (1) que não procuraram postos públicos de atendimento ao trabalhador, segundo motivo da não procura, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008

Motivo da não procura	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-Negros
Total de empregados e trabalhadores familiares (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	17,2	19,7	15,9
Tem muita burocracia/oferece poucas vagas	2,0	2,5	1,8
Vagas inadequadas para a profissão	3,2	1,9	3,9
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	1,2	(2)	1,2
Não foi necessário	74,4	72,4	75,5
Outro	2,0	2,3	1,9

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

(1) Empregado com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado, empregado no setor público, empregado doméstico e trabalhador familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 3

Distribuição de empreendedores (1), segundo meio pelo qual iniciaram
o atual negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008

Meio pelo qual iniciaram o atual negócio/empresa	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-Negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Postos públicos de atendimento ao trabalhador	(2)	(2)	(2)
Agências públicas de apoio (Banco do Povo, etc.)	(2)	(2)	(2)
Agências privadas de apoio (Sebrae, bancos privados, etc)	(2)	(2)	(2)
Sindicato, associação de classe, organizações comunitárias, etc.	(2)	(2)	(2)
Rede social (parentes, amigos ou conhecidos)	37,2	40,4	35,8
Não teve apoio	61,2	58,1	62,5
Outro	(2)	(2)	(2)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

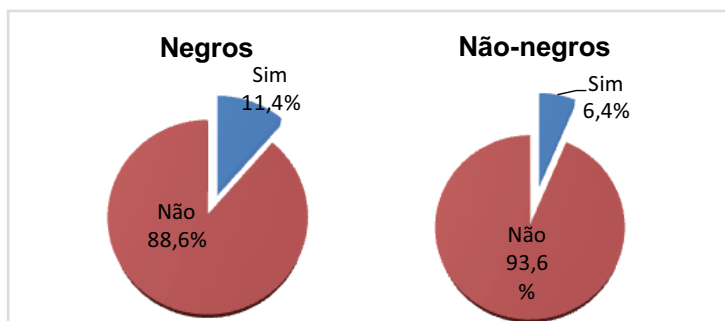
(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria..

7. Também não surpreende a constatação de que a parcela de empreendedores que procuraram um posto público de atendimento ao trabalhador enquanto iniciavam, por outro meio, seu negócio foi menor do que a de empregados e trabalhadores familiares. Mesmo assim, seu uso foi mais frequente entre negros (11,4%) do que entre não-negros (6,4%) (Gráfico 2). De fato, as informações disponíveis sugerem que os negros, mais do que os não-negros, consideram o serviço de intermediação de mão de obra importante, a despeito de haver maior parcela dos primeiros que desconhecem a existência desses serviços, como será visto em seguida.

Gráfico 2

Distribuição de empreendedores (1) que não encontraram o atual emprego por meio de postos públicos de atendimento ao trabalhador, segundo situação de ida a estes postos enquanto iniciavam seu negócio ou empresa, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

8. Os principais motivos apresentados pelos empreendedores para explicar essa procura relativamente baixa foram o desconhecimento do serviço (23,4% dos negros e 17,0% dos não-negros) e, sobretudo, o fato de o considerarem desnecessários diante de seus interesses (67,5% dos negros e 72,8% dos não-negros) (Tabela 4).

➡ Uso do seguro-desemprego

9. Do total de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram o emprego com carteira assinada nos últimos oito anos, mais de 60% usaram o seguro-desemprego, com porcentual ligeiramente maior de negros (64,0%) do que de não-negros (61,2%) (Gráfico 3).

Tabela 4

Distribuição de empreendedores (1) que não procuraram postos públicos de atendimento, segundo motivo da não procura, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008

Motivo da não procura	Total	Em porcentagem	
		Negros	Não-Negros
Total de empreendedores (1)	100,0	100,0	100,0
Não conhece	18,9	23,4	17,0
Tem muita burocracia/atendimento inadequado para o seu negócio ou empresa	5,9	(2)	6,6
Está sempre lotado/difícil acesso (é longe)	(2)	(2)	(2)
Não foi necessário	71,2	67,5	72,8
Outro	2,9	(2)	(2)

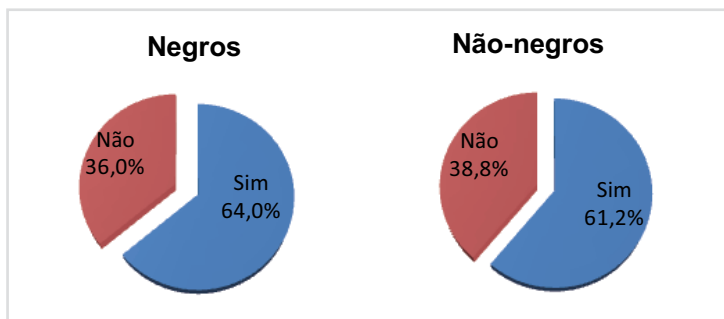
Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

(1) Conta-própria, empregador, profissional universitário autônomo e dono de negócio familiar com 14 anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Gráfico 3

Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos, segundo situação de uso do seguro-desemprego, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008

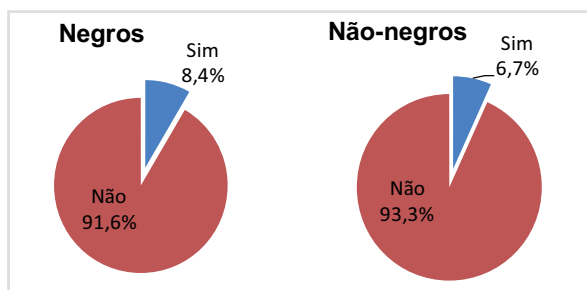


Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

10. Entre as pessoas que usaram o seguro-desemprego, 8,4% (negros) e 6,7% (não-negros) foram encaminhadas para alguma vaga pelo sistema público de emprego, reafirmando a maior utilização desse sistema pelos primeiros (Gráfico 4).

Gráfico 4

Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que usaram o seguro-desemprego nos últimos oito anos, segundo situação de encaminhamento para alguma vaga pelo sistema público de atendimento ao trabalhador, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

11. A Tabela 5 detalha os motivos por que as pessoas que ficaram desempregadas não usaram o seguro-desemprego. Tal detalhamento tem importância para se avaliar o impacto sobre a cobertura do benefício de eventual flexibilização das condições de acesso a ele. Nesse sentido, merece menção a afirmativa de que 23,4% dos negros e 19,4% dos não-negros não o utilizaram por não terem cumprido o período de carência necessário para tanto.

12. Essa mesma tabela mostra, ainda, algumas características da inserção da população negra no mercado de trabalho que contrastam com as dos não-negros: o pedido voluntário de demissão é menos frequente entre os primeiros, assim como é menor a parcela de negros que estava empregada no período de referência e maior a dos que firmaram contrato de trabalho temporário.

13. As informações apresentadas nesta seção mostram que se a inserção dos negros no mercado de trabalho se dá em condições menos favoráveis que a de não-negros, o seu acesso ao seguro-desemprego e ao SPETR é mais frequente. Assim, visto como um conjunto de políticas compensatórias a situações desfavoráveis de inserção produtiva, o sistema parece estar cumprindo adequadamente seu papel, uma vez que atende, aparentemente, os segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho.

Tabela 5

Proporção de pessoas com 14 anos e mais que perderam ou deixaram algum emprego com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos e não usaram o seguro-desemprego, segundo motivo, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008

Motivo de não usar o seguro-desemprego	Total	Em porcentagem	
		Negros	Não-Negros
Contrato temporário	5,9	6,7	5,4
Pediu demissão	31,8	26,3	34,9
Não ficou desempregado neste período	17,8	14,3	19,7
Teve outras rendas ou trabalhos	2,1	(1)	(1)
Faltou completar o período de carência	20,8	23,4	19,4
Não vale a pena ou foi despedido por justa causa	2,6	(1)	(1)
Outros	22,6	29,2	18,9

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.



Qualificação profissional

14. Do total de pessoas com 14 anos e mais, 22,9% se negros e 25,3% se não-negros fizeram algum curso de qualificação ou capacitação profissional nos três anos anteriores à pesquisa. Desses, 85,8% de negros e 76,6% de não-negros participaram de cursos básicos de capacitação. Em contraste, a presença de não-negros é maior do que a de negros em cursos formais – no ensino médio profissionalizante, no ensino superior ou de pós-graduação.

Tabela 6

Proporção de pessoas com 14 anos e mais que realizam ou realizaram curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo tipo de curso, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008

Tipo de curso	Total	Em porcentagem	
		Negros	Não-Negros
Curso de capacitação	79,6	85,8	76,6
Médio integrado e educação profissional	3,5	3,2	3,7
Curso de graduação superior com menos de quatro anos	3,1	(1)	3,3
Curso de graduação superior com quatro anos ou mais	9,7	6,4	11,4
Pós-graduação, mestrado ou doutorado	4,8	(1)	6,5

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

15. Estes cursos eram predominantemente pagos pelos próprios estudantes ou seus familiares (56,8% dos negros e 57,5% dos não-negros) ou com recursos da empresa (17,0% e 22,3%, respectivamente). Os cursos gratuitos foram procurados por 24,7% dos negros e 17,5% dos não-negros.

16. A maioria dos entrevistados, negros e não-negros, considerou que os cursos realizados cumpriram papel em sua carreira profissional ou em sua vida pessoal. O papel mais frequentemente apontado, por negros (33,0%) e não-negros (31,4%), foi o de obter conhecimentos de interesse pessoal, seguido pelo de crescimento profissional no atual trabalho (21,2% e 29,6%, respectivamente). Se adicionados os motivos associados à obtenção do atual emprego ou trabalho, 7,9% dos indivíduos que participaram desses cursos, independentemente de raça/cor, assim se manifestaram e outros 19,0% os consideraram importantes para ampliar suas possibilidades de obter trabalho (Tabela 7).

Tabela 7

Proporção de pessoas com 14 anos e mais que realizam ou realizaram algum curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo resultados proporcionados pelo curso, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008

Resultados proporcionados pelo curso	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-Negros
Obtenção do primeiro emprego ou trabalho	2,3	(1)	2,2
Obtenção do atual emprego ou trabalho	7,9	7,9	7,9
Crescimento profissional no atual trabalho	26,8	21,2	29,6
Melhoria do desempenho do negócio ou empresa	3,7	(1)	4,5
Obtenção ou mudança de emprego ou trabalho	3,3	3,5	3,2
Obtenção de uma profissão	6,0	7,2	5,4
Ampliação das possibilidades de obter trabalho	19,0	20,7	18,2
Obtenção de conhecimentos de interesse pessoal	32,0	33,0	31,4
Ainda não concluiu o curso	24,7	24,3	24,9
Não serviu para nada	5,3	6,5	4,6
Outros	(1)	(1)	(1)

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

17. Por fim, ressalte-se que, entre as pessoas que usaram o seguro-desemprego, apenas 6,8% dos não-negros (e um percentual mais alto de negros) realizaram algum curso de qualificação ou capacitação profissional durante a vigência do benefício, por indicação do Sine ou demais postos públicos, por iniciativa da antiga empresa ou por iniciativa própria.

18. Das pessoas que não realizaram curso de qualificação ou capacitação profissional nos últimos três anos, 47,9% dos negros e 55,5% dos não-negros afirmaram não ter interesse ou necessidade em realizá-lo. Muitos não o fizeram por motivo financeiro (27,1% e 20,1%, respectivamente), por falta de tempo (18,3% e 19,1%) ou por não ter os requisitos exigidos (4,5% e 3,2%), entre outros (Tabela 8).

Tabela 8

Distribuição de pessoas com 14 anos e mais que não realizaram curso de qualificação/capacitação profissional nos últimos três anos, segundo motivo de não realização, por raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – Maio/2008 – Outubro/2008

Motivo de não realização de curso	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não-Negros
Total de pessoas com 14 anos e mais	100,0	100,0	100,0
Financeiro	22,6	27,1	20,1
Falta de tempo	18,8	18,3	19,1
Não tem os requisitos exigidos	3,7	4,5	3,2
Falta de cursos perto da residência ou trabalho	0,7	(1)	0,6
Baixa qualidade dos cursos disponíveis	(1)	(1)	(1)
Duração muito extensa dos cursos	(1)	(1)	(1)
Não tem interesse ou não necessita	52,8	47,9	55,5
Outro	1,4	1,3	1,4

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

19. Essas informações mostram a relevância dos cursos de qualificação para o desenvolvimento pessoal e profissional de negros e não-negros residentes na RMSP. Para os primeiros é particularmente importante a oferta de cursos de capacitação profissional gratuitos, área de atuação específica do SPETR. Chama atenção a menor procura dos negros por cursos de ensino formal, técnico, superior ou de pós-graduação, tema sobejamente conhecido e discutido no Estado e no país e confirmado pelas informações ora apresentadas.

20. As informações tratadas neste estudo mostram que os serviços que envolvem o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda têm relevância para parcela importante da população negra ou não-negra, mas com particular ênfase para os primeiros. É de se esperar que os avanços que foram implementados nos últimos anos no Estado de São Paulo tenham ampliado a procura pelo sistema e sua efetividade, tornando-o ainda mais aderente aos interesses e às necessidades de sua população alvo.



Governador do Estado

Alberto Goldman

Secretário de Economia e Planejamento

Francisco Vidal Luna

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretora Executiva

Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Marcos Martins Paulino

Diretor Adjunto de Análise e Disseminação de Informações

Sinésio Pires Ferreira

Diretora Adjunta de Metodologia e Produção de Dados

Marise Borem Pimenta Hoffmann

Chefia de Gabinete

Ana Celeste de Alvarenga Cruz

Conselho de Curadores

Francisco Vidal Luna (Presidente)

Carlos Antonio Gamero

Geraldo Biasoto Junior

Haroldo da Gama Torres

José Paulo Zeetano Chahad

Márcio Percival Alves Pinto

Michael Paul Zeitlin

Saulo Pereira Vieira

Sérgio Besserman Vianna

Tania Di Giacomo do Lago

Conselho Fiscal

Berenice de Oliveira

Gustavo Ogawa

Inês Paz de Oliveira

SP 2010